

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

JOSÉ ADAUTO ROCHA DA SILVA

**POR TRÁS DAS GRADES E FORA DAS GRADES:
Um estudo antropológico sobre ressocialização no Centro Penal Agroindustrial da
Gameleira em Campo Grande - MS.**

Campo Grande - MS

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

JOSÉ ADAUTO ROCHA DA SILVA

POR TRÁS DAS GRADES E FORA DAS GRADES:

**Um estudo antropológico sobre ressocialização no Centro Penal Agroindustrial da
Gameleira em Campo Grande - MS.**

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul como
requisito parcial para a obtenção do
grau de mestre em Antropologia
Social.**

Orientador: Prof.º. Dr.º. Asher Grochowalski Brum Pereira

Campo Grande - MS

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

JOSÉ ADAUTO ROCHA DA SILVA

POR TRÁS DAS GRADES E FORA DAS GRADES:

**Um estudo antropológico sobre ressocialização no Centro Penal Agroindustrial da
Gameleira em Campo Grande - MS.**

Banca Examinadora:

Profº Drº. Asher Grochowalski Brum Pereira. (Orientador)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Profª Drª. Priscila Lini (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Profº Drº Caíque Ribeiro Galícia (Examinador Interno)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Profª Drª. Karina Biondi. (Examinadora Externa)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Data de Aprovação ____ / ____ / ____

AGRADECIMENTOS

“Que darei eu ao Senhor por todos os benefícios que me tem feito?” Salmos 116:12

A gratidão acompanha aqueles que reconhecem que todas as suas conquistas, somente foram possíveis por causa da participação ou contribuição de pessoas especiais no decorrer da sua trajetória.

Primeiro um sonho, logo após desafios e agora uma realidade. Quero agradecer a Deus, Criador e Sustentador do Universo e o qual me concedeu este privilégio de concluir o Mestrado em Antropologia Social. No decorrer da caminhada de estudos compartilho que em todos os momentos sempre senti Deus me fortalecendo e renovando minhas forças no decorrer da trajetória.

Agradeço imensamente a minha esposa Dora, que incansavelmente me apoiou e incentivou nos momentos difíceis no decorrer da caminhada, muito obrigado, eu te amo. Ao meu filho amado Joed, que compreendeu a minha ausência nas muitas horas dedicadas aos estudos e trabalho. Filho, você sempre será o melhor presente que Deus me deu.

Obrigado professor Asher Brum. Nestes anos de caminhada, você sempre conduziu suas orientações a respeito do meu trabalho com muita sabedoria e leveza em suas observações. Respeito, consideração, admiração e gratidão são sentimentos que tenho por ti.

Quero também agradecer aos meus familiares, que mesmo de longe creio que estiveram orando e torcendo para que tudo ocorresse da melhor forma possível no decorrer da minha caminhada.

Também não poderia deixar de agradecer aos meus colegas de turma e demais professores que também foram importantes na minha formação teórica, no decorrer do curso. Mesmo virtualmente, pois não tivemos o privilégio de ter aulas presenciais devido a pandemia de covid-19, porém isto não tirou o reconhecimento de estima e gratidão.

Agradeço a AGEPEN e o Centro Penal e Agroindustrial da Gameleira por ter aberto as portas para a pesquisa, e permitido a realização do meu trabalho de campo. A direção do presídio e a todos os seus colaboradores a minha gratidão e reconhecimento da importância de cada um em suas falas a respeito da ressocialização. Gratidão, obrigado. *“Até aqui nos ajudou o Senhor”*.

LISTA DE SIGLAS

CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

DCS – Departamento de Ciências Sociais.

SENAPPEN - Secretaria Nacional de Políticas Penais.

AGEPEN – Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul.

INFOPEN – Sistema Nacional de Informações Penitenciárias.

CPAIG – Centro Penal Agroindustrial da Gameleira.

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

BNMP - Banco Nacional de Monitoramento de Prisões.

SISDEPEN - Sistema Penitenciário Brasileiro que sintetiza as informações sobre os estabelecimentos penais e a população carcerária.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

ONU - Organização das Nações Unidas.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

GINI - É um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo.

SIAP – Sistema Integrado de Administração Penitenciária.

FUNPEN - Fundo Penitenciário Nacional.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça.

FUNTRAB: Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Presos em unidades prisionais em Campo Grande no MS.....	33
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – MS 455 - Estrada da Gameleira.....	49
Figura 2 - Portão principal. Entrada do CPAIG.....	52
Figura 3 - Entrada do CPAIG. Recepção e Identificação.....	53
Figura 4 - 2 ° Portão de Entrada do CPAIG.....	55
Figura 5 - Salas Administrativas do CPAIG.....	56
Figura 6 - Espaço entre as celas e o pavilhão administrativo.....	57
Figura 7 - Espaço entre as celas e Pavilhão Administrativo.....	57
Figura 8 - Sala do diretor CPAIG.....	59
Figura 9 - Mesa de Reuniões e café.....	60
Figura 10 - Vista aérea do CPAIG.....	64
Figura 11 – Celas Destinadas a Presos Perigosos.....	67
Figura 12 – Fachada da entrada da Padaria da Liberdade.....	68
Figura 13 – Produção de Pães doces, salgados.....	69
Figura 14 – Reeducandos trabalhando na Padaria Liberdade.....	70
Figura 15 - Produção de Pães Francês.....	71
Figura 16 - Curso de formação de padeiro.....	72
Figura 17 - Real Food. Produção de Marmitas.....	73
Figura 18 - Cozinha e Sala para as refeições dos agentes penais.....	74
Figura 19 - Jade - Fábrica de Erva para Tereré.....	75
Figura 20 - Jade - Fábrica de Erva para Tereré.....	76
Figura 21 - Comper - Consertos e Reformas.....	77
Figura 22 - Homens Trabalhando na Fábrica de Bolas.....	78
Figura 23 - Produção de Tampas de Esgoto.....	79

Figura 24 - Produção de Grelha Boca de Lobo.....	79
Figura 25 - Reeducandos Trabalhando na Montagem de ferragens.....	80
Figura 26 - Reeducandos Trabalhando na Produção de Paralelepípedo.....	81
Figura 27 - Cantina do CPAIG.....	84
Figura 28 - Cantina do CPAIG/Estoque.....	84
Figura 29 - Cantina CPAIG/Chegada de Mercadorias.....	85
Figura 30 - Revitalização da Escola Lino Villachá.....	87
Figura 31 - Revitalização da Escola Prof. Emygdio de Campos Widal.....	87
Figura 32 - Celas Comunidade LGBT.....	89
Figura 33 - Celas comunidade LGBT. Lavatório e Banheiro.....	90

SUMÁRIO

RESUMO	10
INTRODUÇÃO	12
POR TRÁS DAS GRADES E FORA DAS GRADES: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA	13
1 – PROBLEMAS SOCIAIS, DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA	17
1. 1 - Problemas Sociais e o aumento da criminalidade.....	17
1. 2 - Desestrutura Social: Caminho de entrada para o Crime.....	18
1.3 - Ressocialização: Possibilidades e Caminho para uma nova vida.....	21
1. 4 - Violência: Um problema Social.....	22
1. 5 – Inclusão e Exclusão Social.....	24
1.5.1 - O Desviante na Concepção dos autores.....	26
2 - RESSOCIALIZAÇÃO: DEFINIÇÕES E MÉTODOS	28
2.1 - Sistema Penitenciário Brasileiro.....	30
2.2 - Levantamentos de dados: Pesquisa 2021.....	32
2.3 - Problemas Sociais e a Ressocialização.....	35
2.4 - A Função dos Presídios e as Leis de Ressocialização.....	30
2.5 - A função do Presídio.....	42
3 - UM OLHAR ETNOGRÁFICO NO CENTRO PENAL AGROINDUSTRIAL DA GAMELEIRA	43
3.1 - Etnografia de Prisão: Métodos e Perspectivas.....	43
3.2 - Desenvolvimento da Pesquisa de Campo.....	46
3.3 - E a Covid-19? Quase me fez mudar o campo de pesquisa.....	47
3.4 - O Pedido de Autorização para a Pesquisa no CPAIG.....	48
3.5 - A Inserção. A Experiência do Primeiro contato com o Campo.....	50
3.6 - Conhecendo o Centro Penal Agroindustrial da Gameleira.....	66
3.7 - Um Dia de Campo: Conhecendo Projetos instalados dentro do CPAIG.....	67
3.7.1 - Padaria da Liberdade.....	69
3.7.2 - Real Food.....	74
3.7.3 - Jade - Erva Mate para Tereré.....	76
3.7.4 - Comper, Manutenção e Reformas.....	78

3.7.5 - Bolas Sportball.....	79
3.7.6 - Fundação Edyp.....	80
3.7.7 - Concrelaje - Pré Moldados.....	82
3.7.8 - Fábrica de Paralelepípedo.....	82
3.8 - Sustentabilidade, Reformas e Ampliações do CPAIG, de Onde Vem os Recursos?.....	83
3.9 - Projeto: Pintando e Revitalizando a Educação com Liberdade.....	87
3.10 - As Alas Rosas no CPAIG.....	90
3.11 - Considerações e Impressões sobre Trabalho de Campo.....	92
4 - ENTREVISTAS COM DOIS REEDUCANDOS DO CPAIG.....	94
4.1 - Entrevista e Respostas.....	96
4.2 - Considerações e Impressões sobre as Entrevistas.....	101
4.2.1 - Trajetória de vida.....	102
4.2.2 - A Importância de Projetos Sociais e Iniciativas da Sociedade Civil Organizada.....	103
4.2.3 - A Ressocialização na concepção do Interlocutor.....	104
4.2.4 - Estigma.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
BIBLIOGRAFIA.....	108
APÊNDICES.....	115
ANEXOS.....	119

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a ressocialização de detentos no Centro Penal e Agroindustrial da Gameleira em Campo Grande MS, de regime semiaberto. A ressocialização de presos é um tema muito discutido na sociedade, principalmente pelo fato da sua ineficiência mostrada pelo alto índice de retorno de egressos ao sistema prisional. Para compreendermos como funciona a ressocialização de presos neste presídio, primeiro, abordaremos um estudo sobre desigualdade social, onde se compreende como sendo fator importante para a entrada no mundo do crime. Segundo o trabalho fará um levantamento sobre a realidade dos presídios em nosso país e sua população carcerária através de gráficos e levantamentos de dados realizados pelo sistema prisional de nosso país. Por último, através do método etnográfico, realizaremos trabalho de campo no CPAIG, conhecendo toda a estrutura usada para a ressocialização de detentos e através de entrevistas estruturadas, informações e observações se fará uma descrição densa de todo processo usado para a ressocialização de presos nesta instituição.

Palavras Chaves: Ressocialização, sistema prisional brasileiro, desigualdade social, centro penal agroindustrial da gameleira.

ABSTRACT

This work aims to study the resocialization of detainees at the Gameleira Penal and Agroindustrial Center in Campo Grande MS, a semi-open regime and a national reference in resocialization. The rehabilitation of prisoners is a much discussed topic in society, mainly due to its inefficiency shown by the high rate of return of former prisoners to the prison system. In order to understand how the rehabilitation of prisoners in this prison works, first, we will be approaching a study on social inequality, which is understood as an important factor for entering the world of crime. Second, the work will survey the reality of prisons in our country and its prison population through graphs and data surveys carried out by the prison system in our country. Finally, through the ethnographic method, we will be carrying out field work at the CPAIG, knowing the whole structure used for the resocialization of detainees and through structured interviews, information and observations, a dense description will be made of the entire process used for the resocialization of prisoners in this institution.

Keywords: Resocialization, Brazilian prison system, social inequality, Gameleira agro-industrial penal center.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo estudar a ressocialização no Centro Penal e Agroindustrial da Gameleira em Campo Grande - MS, de regime semiaberto. Para compreendermos melhor os fatores que contribuem para o aumento da massa carcerária, foi realizado um estudo sobre a desigualdade social provocada pelo capitalismo, desestrutura social, inclusão e exclusão social.

Estes fatores contribuem também para que a ressocialização não cumpra com sua finalidade, principalmente quando falamos sobre inclusão social. Os estudos irão apontar as dificuldades que o egresso (Ex Presidiário) do sistema prisional terá para se integrar na sociedade. O mesmo sistema que contribui para o caminho da marginalidade, também contribui para a não eficiência da ressocialização com a falta de políticas de conscientização sobre a importância do acolhimento do egresso do sistema penal.

Com relação aos presídios em nosso país, será feito um estudo a partir de artigos e dissertações que irão apontar a realidade que vive os presídios brasileiros. Estruturas precárias, superlotação, falta apoio jurídico e social, a proliferação de doenças contagiosas, a violência dentro dos presídios que terminam com as rebeliões provocadas por grupos organizados dentro dos presídios. Como ressocializar se não há estruturas adequadas para este propósito?

O trabalho irá realizar um levantamento de dados de pesquisas sobre a população carcerária em Mato Grosso do Sul, através dos levantamentos de dados de pesquisas do sistema penitenciário nacional. Isto, através de tabelas que mostraram a realidade atual do sistema penitenciário, essas pesquisas contribuem para a melhor elaboração de políticas públicas para combater o aumento da população carcerária no Brasil.

A problematização do trabalho será sobre a ressocialização no Centro Penal e Agroindustrial da Gameleira. Quais os métodos usados para a ressocialização? Qual é o entendimento de ressocialização na concepção da administração e detentos do presídio? O método laboral realmente é eficiente na ressocialização de presos?

É importante compreender que a ineficiência dos métodos de ressocialização não funcionam somente pela ausência do estado quando se nega a realizar investimentos ou construindo novos presídios para diminuir a superlotação, mas também por não

promover discussões para o aprimoramento e execução de leis que já existem na legislação que garantem os direitos dos detentos e entre estes a ressocialização.

O trabalho de campo será desenvolvido no CPAIG. O motivo desta escolha se dá pelo fato deste presídio ser semiaberto e possuir dados importantes para o desenvolvimento e elaboração deste trabalho. O principal método abordado pelo CPAIG, para a ressocialização dos seus reeducandos, é o laboral.

O trabalho irá apresentar toda a estrutura do presídio, como as fábricas que foram instaladas dentro do presídio e também as que usam a mão de obra carcerária espalhadas pela cidade e compreender a partir do “nativo” (reeducandos, diretor do presídio, psicóloga, assistente social e agentes penal) todo o processo de “ressocialização” (Objeto de Pesquisa) e o impacto causado na vida dos que passa por este processo.

O método etnográfico que irei usar no meu trabalho de campo será a partir dos estudos de investigação prisional de terreno abordado por, Cunha (2014), Wacquant (2002), Biondi, (2010). Os estudos teórico-metodológicos em torno da prisão apresentados por estes autores mostram como tem evoluído os métodos etnográficos de prisão.

As dificuldades de acesso ao terreno, as limitações para se observar o campo dos quais Cunha (2014) e Wacquant (2002) propõem, como uma quase etnografia, são desafios ao pesquisador em aprofundar o método na busca de compreender o objeto de pesquisa proposto em seu trabalho.

POR TRÁS DAS GRADES E FORA DAS GRADES: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA.

Primeiramente, imagino que toda escolha de um tema é algo muito complexo, que exige muitas reflexões e experiências que o nosso cotidiano nos proporciona. A dificuldade se dá pela complexidade do assunto que o autor quer tratar em seu trabalho. Para tanto, Stephen King (2009), em seu livro “Sobre a Escrita”, fala que por trás de cada tema existe uma história. De fato, o que King (2009) está falando, se confirma com a minha experiência. A verdade é que este tema surge a partir de minhas trajetórias de trabalhos em presídios, através de projetos sociais e visitas missionárias.

Nas minhas andanças em presídios femininos e masculinos me trouxeram experiências através de relatos e depoimentos que contribuíram para a escolha deste

tema proposto e compartilho na sequência fatos assim acontecidos nas minhas experiências.

“Por trás das grades”, existem histórias. Através de diálogos que ouvi de inúmeros detentos e detentas em conversas e relatos, pude perceber as trajetórias de vidas de cada um que de forma espontânea assim me relataram. “Por trás das Grades”, existem pessoas que são frutos da sociedade que exclui, que tem suas classes sociais, que domina, que escraviza e que é desigual.

“Por trás das Grades”, certa vez ouvi a fala de uma mulher que havia sido presa e que estava cumprindo pena por tráfico de drogas. Mas em suas descrições sobre a sua trajetória de vida, compartilhou comigo que foi vítima de abuso sexual, por parte de um parente da família, e que seus pais, assim não acreditaram em seu relato do ocorrido.

Por causa disto, ela se revoltou contra seus pais, por não acreditarem em seu relato. Então, ela escolheu uma vida dissoluta, se envolvendo nas drogas, prostituição, até encontrar um homem que se tornou seu marido e era traficante de drogas. Certo dia vieram a ser pegos pela polícia e hoje ambos estão a cumprir pena.

“Por trás das Grades”, vemos pessoas que, por conta do capitalismo, da desigualdade, da falta de políticas públicas, de famílias desestruturadas, são levadas a praticar comportamentos que infringem as leis e normas sociais. Sendo assim, vão parar no lugar onde os que estão em posições privilegiadas de poder classificam como lugar de “controle Social” (FOUCAULT, 2014), ou seja as “Prisões”.

“Por Trás das Grades”, ouvi e vi, histórias de sofrimentos, abandono, violência, opressão. A sociedade sabe que as prisões no Brasil estão superlotadas, falta de tudo e um pouco mais. Certa vez, conversando com uma mãe, em um aconselhamento de rotina, que tinha seu filho preso em uma penitenciária, narra seu sofrimento, dor e tristeza, pois, seu filho estava preso, cumprindo pena e estava gravemente enfermo.

Segundo sua fala, ele ainda não havia passado pelo médico e nem estava sendo medicado. É fato, que muitos detentos têm morrido por doenças que circulam nos presídios, como tuberculose, pneumonia e tantas outras que são transmitidas por fungos e bactérias, e ainda, segundo estudos recentes, a pandemia do Covid-19, agravou ainda mais a situação nos presídios brasileiros.

“Por Trás das Grades”, existem sonhos que ainda continuam vivos. Considera-se, através de dados de pesquisa, que a maior parte dos detentos no Brasil,

sejam de jovens entre 18 a 29 anos: “De acordo com o Infopen¹, 56% dos presos no Brasil são jovens, pessoas de 18 a 29 anos, conforme faixa etária definida pelo Estatuto da Juventude”². Ao entrar dentro de um presídio podemos encontrar jovens que têm muitos sonhos.

Na prisão, ouvi de muitos detentos seus sonhos a serem realizados após deixarem a prisão. Certa vez, um jovem me disse que ao sair da prisão iria deixar a vida do crime, voltar a estudar, ter uma boa profissão, casar-se e constituir uma família. Outro me confidenciou seu desejo de se mudar do país e recomeçar uma vida nova.

“Por Trás das Grades”, há relatos, contos e histórias de vida de pessoas que, talvez, por falta de oportunidade ou ter nascido em favelas, periferias, invasões, não tiveram oportunidade de construir histórias de sucesso.

Trajetórias de vidas marcadas, paradas, interrompidas, porém, ainda existe esperança. Talvez a frase mais ouvida dentro de uma penitenciária, seja, “Quando eu sair ‘LÁ FORA’ farei tudo diferente”.

Aqui começa a outra parte do tema proposto neste trabalho, “Fora das Grades”. Podemos perceber que há muitos caminhos na trajetória de vida de uma pessoa até chegar “Por Trás das Grades”. Muitas vezes, essa trajetória é marcada por sofrimento e dificuldades. “Fora das grades” não será ainda mais difícil? “Fora das Grades”, a pessoa que passa pelo sistema prisional será reconhecida pela sociedade como “Ex-Detento”. Para Erving Goffman (1975), será uma pessoa “Estigmatizada”, e para Howard Becker (2008), será o “Outsider”, ou seja, o “Estranho”, e para Lévi-Strauss (1996), será “Vomitado” (Sociedade Antropoêmica). Para tanto, o jurista e professor Zacarias (2014), tem uma visão que é pessimista com relação à ressocialização ao afirmar que:

Devemos ter em mente, que o preso, o condenado, na mente do cidadão comum e mesmo dos mais evoluídos, será sempre uma ameaça, não bastando que tenha pago seu crime com a supressão de sua liberdade, a pecha lhe incomodará por toda sua vida. (ZACARIAS, 2014, p. 92).

¹ INFOPEN: O Infopen é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro. O sistema, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos desde 2004, sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional.

² Informação extraída de Site:

https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2015/06/23/interna_nacional,661171/levantamento-aponta-que-maioria-dos-presos-no-brasil-sao-jovens-negro.shtml

Rogério Greco (2016) em seu livro, “Sistema Prisional, Colapso atual e Soluções Alternativas”, destaca a impressão que temos de que a sociedade é o maior impedimento para a ressocialização de um ex detento:

Parece-nos que a sociedade não concorda, infelizmente, pelo menos à primeira vista, com a ressocialização do condenado. O estigma da condenação, carregado pelo egresso, o impede de retornar ao normal convívio em sociedade. (GRECO, 2016, p.443).

“Fora das Grades”, como as citações acima e conclusões de estudiosos do tema têm afirmado, o reeducando encontrará barreiras para a sua reinserção ao convívio social. Recentemente, em visita a um albergue credenciado pela Agepen³, e que abriga reeducandos do sistema aberto do sistema prisional de Mato Grosso do Sul, conheci um jovem de cerca de vinte e cinco anos e que está em busca da sua ressocialização.

Outrora, ouvindo seus relatos, em uma conversa um tanto que informal no albergue, o jovem falou-me dos seus crimes e também dos seus sonhos. Mas, ao mesmo tempo, falou das dificuldades de ser aceito pela sociedade. Pelo fato de recentemente ter ido para o sistema aberto, ainda não estava trabalhando, mas já havia ido fazer entrevistas em algumas empresas que usam mão de obra prisional.

Segundo relatos do jovem reeducando, mesmo nestas empresas credenciadas havia algum tipo de preconceito. Me recordo que ele me disse: “*Meus amigos me falaram que os outros funcionários se reúnem em grupos separados dos presos, eles têm medo de nós, acha que nós não somos boas companhias*”, assim, se expressou o jovem com sentimento de tristeza.

Entretanto, ele também destacou o apoio recebido pelo albergue. Em seus relatos, sem o apoio destas instituições, associações, grupos de voluntários, empresas e do poder judiciário, este processo se tornaria ainda mais difícil. Ele me disse que ali recebe alimentação, apoio psicológico, cursos de capacitação, assistência religiosa, assistência jurídica, ajuda na inserção no mercado de trabalho.

Em nossa conversa fiz uma pergunta a aquele jovem sobre sua família e, com tom de tristeza e ódio em sua voz, me disse que eles não se importavam com ele disse que estava muito magoado e que nutre sentimentos ruins. “Fora das Grades”, muitos reeducandos, sofrem por falta de apoio de seus familiares. Esta afirmação se dá pelas minhas experiências em conversas e visitas em presídios do nosso estado.

³ **AGEPEN.** Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul.

Pude observar que sempre surge o tema família, nos relatos dos reeducandos e sempre houve por parte dos seus pais algumas falhas, tais como: afeto, apoio, orientação, estrutura adequada para sua formação para a vida.

1 – PROBLEMAS SOCIAIS, DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA.

1.1 - Problemas Sociais e o aumento da criminalidade.

A desigualdade social, que tanto cresce em nosso meio e ao longo da história sempre foi um fator importante para o crescimento da violência, crimes, fome e o aumento da população carcerária.

Georg Rusche e Otto Kirchheimer (2014), em seu livro “Punição e estrutura social”, que é uma obra importante para o debate na área da criminologia e que tem como proposta estudar a história dos cárceres, nos traz um profundo debate sobre os problemas sociais como fator importante para o aumento da criminalidade.

As relações entre o crime e o meio social têm sido objeto frequente de pesquisas desde os estudos de Quetelet e Von Mayr. A questão social como causa básica da grande quantidade de crimes contra a propriedade e a ordem pública parece estar, portanto, claramente estabelecida. Isto é válido somente quando lidamos com variações da criminalidade resultante de mudanças econômicas temporárias ou de mudanças estruturais profundas como o crescimento acentuado de fraudes recorrentes e crescentes pressões sobre a classe média num mundo oscilante entre a livre concorrência e o capitalismo monopolista. (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p, 17)

Wacquant (2001), em sua importante obra intitulada, “As Prisões da Miséria”, que tem como principal objetivo o debate sobre violência, justiça, política e prisões no Brasil, também compreende como fator importante para o aumento da criminalidade e problemas sociais:

Em primeiro lugar, por um conjunto de razões ligadas à sua história e sua posição subordinada na estrutura das relações econômicas internacionais (estrutura de dominação que mascara a categoria falsamente ecumênica de "globalização"), e a despeito do enriquecimento coletivo das décadas de industrialização, a sociedade brasileira continua caracterizada pelas disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza de massa que, ao se combinarem, alimentam o crescimento inexorável da violência criminal,

transformada em principal flagelo das grandes cidades. (WACQUANT, 2001, p. 4,5)

O debate sobre os problemas sociais, como principal fator para o aumento da criminalidade e conseqüentemente o aumento da população carcerária, nos permite refletir e buscar compreender melhor este fator predominante desde tempos antigos e até hoje no século XXI. No decorrer da história, foram criados mecanismos para conter o crescimento da criminalidade.

No século XV e XVI, *“A criação de uma lei específica para combater delitos contra a propriedade era uma das principais preocupações da burguesia urbana emergente”* (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 33). O que podemos perceber é que o controle das massas sempre esteve no domínio da burguesia.

O crescimento constante do crime entre setores do proletariado empobrecido, sobretudo nas grandes cidades, tornou necessário as classes dirigentes buscar novos métodos que fariam a administração da lei penal mais efetiva. O sistema de penas, com seu regime duplo de punição corporal e fianças, permaneceu imutável, exceto, no entanto, pelas diferentes aplicações da lei, feitas de acordo com a classe social do condenado. (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 31)

Com relação, ao sistema de penas que era a “punição corporal e fiança”, fica bem claro as disparidades entre a burguesia e proletariado. A injustiça social gritante entre estas leis é assustadora. Para a burguesia a opção de comprar sua liberdade, e para o proletariado a punição através de seus corpos. *“A legislação era francamente contra as classes subalternas”* (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004).

A realidade dos nossos dias atuais, século XXI, parece que não mudou muita coisa. Pois continua a burguesia controlando as massas. O capitalismo continua gerando seus “mendigos, vagabundos e ladrões”. A burguesia continua pagando pela sua liberdade e os pobres sendo punidos, existe uma frase popular em nossa sociedade que diz: “Cadeia foi feita somente para pobres”, esta frase parece se encaixar bem nos séculos passados.

As leis continuam sendo produzidas para conter os crimes contra a propriedade e naturalmente produzidas pelas classes dominantes em nosso país e para se defenderem de grupos criados pela desigualdade social que existe em nossa sociedade.

1.2 - Desestrutura Social: Caminho de entrada para o Crime.

O aumento da violência, anos após ano, tem sido claro em nosso país, fato que a tempos tem sido alertado pelos estudiosos, como no caso de Sérgio Adorno (1991), que faz esse estudo em seu artigo, “Sistema Penitenciário Brasileiro”, assim ele entende:

Nos últimos vinte anos, as administrações públicas das grandes cidades brasileiras vêm se mostrando incapazes de debelar seus principais problemas. Aqui e acolá acumulam-se insatisfação de toda ordem, o que torna a vida coletiva nas metrópoles insuportável (ADORNO, 1991, p. 65).

No artigo de Salla (2012), é exatamente isso que aparece a ineficiência do poder público em conter os avanços da violência. Para Salla (2012), o aumento da violência se dá pela falta de políticas públicas para conter o aumento da miséria e a desigualdade social nas periferias:

Wacquant faz uma análise do processo de criminalização da miséria como uma das consequências do fim do chamado Estado de Bem Estar Social ou, como ele caracteriza, “Estado Providência”, mostrando como as ideologias adotadas pelos governos destes países caminharam na construção do que ele caracteriza como “Estado-Penitência”. (SALLA, 2012, p.339)

Para Salla (2012), o aumento das prisões e leis mais rígidas surgem como mecanismos para conter a violência que emergem a partir de gestões de governos:

A prisão surge como um instrumento de controle, punição e de gestão da miséria social. Assim, Wacquant reafirma seu argumento central, no qual o complexo penitenciário assumiu um lugar central na administração da pobreza, na gestão do mercado de trabalho desqualificado, no colapso do gueto urbano, assim como nos serviços do chamado Estado de Bem Estar Social reformados (SALLA; GAUTO; ALVAREZ, 2006, p. 339).

Confirmando tudo isto na prática, a etnografia que Gabriel de Santis Feltran (2008), tendo como interlocutor o jovem Pedro, que retrata exatamente esta realidade. A miséria em que muitos vivem na periferia de grandes centros é causa para o crescimento do “crime organizado” e conseqüentemente da violência:

Até por isso, sua narrativa monta um quadro, antes de mais nada, de justificação, em diversas camadas, de sua entrada no crime – a mãe que morreu, a carência material, o alcoolismo do pai, o irmão que se envolvia pouco a pouco, a irmã que se afastava, os convites freqüentes no bairro, os “bicos” que não davam renda suficiente, as tentativas de evitar esse mundo, os objetos de desejo dos meninos – roupas de marca, bicicleta etc. Pedro monta a cena, em boa parte realista, e por vezes, digamos, hiper-realista, do depoimento padrão dos adolescentes das periferias que ingressaram no crime. (FELTRAN, 2008, P. 98)

O que podemos verificar a partir dos estudos destes artigos é que o problema da violência em nosso país desde o início continua o mesmo, a desigualdade social e a miséria que muitos vivem nas periferias das grandes cidades é fator determinante para o aumento da criminalidade. As tentativas de se construir mais presídios e leis mais rígidas como a RDD, não são suficientes para conter a criminalidade:

Nossa hipótese básica é de que os esforços mobilizados pela criação de leis, normas internas e outros mecanismos de controle dos presos líderes dessas facções, ou mesmo pelos elevados investimentos em construção de unidades prisionais dispersas pelo território, não lograram êxito na sua desarticulação. (SALLA, 2012, p. 33)

A criação da RDD, com o objetivo de controlar o aumento das facções e também o controle nos presídios a partir de leis mais rígidas, na percepção de Salla (2012), isto se mostra contrário a LEP⁴:

Os mecanismos de segurança, adotados pela SAP com o objetivo de desarticular o PCC, acarretam altos custos sociais. Só para citar um exemplo que já foi mencionado: em Presidente Venceslau II não existem atividades de qualquer tipo, seja educacional, profissional ou religiosa, ou seja, ela encerra o confinamento puro e simples. A ausência de atividades deste tipo está prevista no RDD. Em suma, estes presos cumprirão sua sentença sem quaisquer oportunidades de educação e trabalho, garantidos na Lei de Execução Penal. Como afirma Foucault (2008, p.468-474), a governamentalidade tem como objetivo o aumento das forças do Estado que, neste caso, paradoxalmente, requer a sua intervenção para o abrandamento das condições disciplinares previstas no RDD. (SALLA, 2012, p. 345)

⁴ **Lei de Execução Penal.** Art. 1º A **execução penal** tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão **criminal** e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

1.3 - Ressocialização: Possibilidades e Caminho para uma nova vida.

A ressocialização traz esperança ao detento, uma oportunidade de se recuperar. Nos dois artigos é destacado a importância dos trabalhos educacionais, laborais e religiosos nos presídios, uma vez que isto é previsto na LEP. No artigo de Feltran (2008) em que ele narra a história do jovem Pedro, é clara a importância dos métodos de ressocialização. As medidas socioeducativas que foram impostas para Pedro fizeram com que ele conhecesse caminhos que o levassem para longe da criminalidade.

Pedro foi cumprir medidas socioeducativas no Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes “Mônica Paião Trevisan” (Cedeca) – entidade não-governamental de Sapopemba, que acompanha adolescentes da região encaminhados judicialmente para cumprir medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade), depois de condenados por terem cometido infrações à lei.

Através do contato com os educadores e os trabalhos sociais, Pedro percebeu a diferença entre “A coexistência entre o “mundo legítimo” dos trabalhadores, e o “mundo do crime” dos bandidos é uma condição instituída em suas vidas” (FELTRAN, 2008 p. 122).

Desse modo, Feltran (2008) descreve a maneira de Pedro diferenciar estes dois mundos. Pedro no final da entrevista agradece e considera como importante estes trabalhos propostos e assegurados pela LEP, como de grande relevância para os recuperando:

Ao vislumbrar o “outro” lado, aparecem também outras pessoas no depoimento: o Lucas, a Neide, a Juliana, educadores que acompanham o percurso de Pedro. Surge uma oportunidade de trabalho: “Fica ali cuidando das crianças”. “Vou sim”. Pedro virou office-boy, depois educador e passou a receber um salário, previsto nos convênios da entidade social com a Prefeitura, o Governo do Estado, enfim, as políticas sociais. Na data de nossa entrevista, já fazia três anos que ele trabalhava no Nasce. Em 2008, ele completou seis anos na instituição. A narrativa reencontra o “mundo legítimo” e o espaço em que estávamos sentados, em torno da mesa de plástico rígido. Nesse momento, modifica-se novamente o fluxo da descrição. E então, numa inflexão rápida, o depoimento de Pedro retoma os mesmos parâmetros de justificação iniciais. Ele reencontra a família, a religião e o trabalho; está de novo no “mundo legítimo”. Pedro recobra o fôlego e termina a entrevista. (FELTRAN, 2008, p. 119)

Assim, temos duas grandes realidades em nossa sociedade capitalista e desigual. Uma, corrigir erros a partir da dureza da lei e outra é entendermos que todos são iguais e merecem uma chance de refletir sobre a vida e seus valores. As reflexões que os artigos nos permitem fazer é que a falência do sistema carcerário tem início na miséria que muitos vivem por causa de políticas públicas ineficientes. Por outro lado, Pedro é a prova que muitos ainda têm chance de se recuperarem e viverem em sociedade.

O que se pode concluir a partir destes artigos, é que o aumento da violência, as facções e o crime organizado continuarão a trazer medo e pavor em nossa sociedade. Percebe-se que as leis criadas continuam ineficientes e por outro lado, os poderes públicos pouco se preocupam em gestões que venham a combater a miséria e a desigualdade nas periferias.

Conclui-se ainda que o caminho para combater a violência, não terá êxito se for somente com leis mais rígidas e sem políticas de ressocialização que darão oportunidade para os recuperando de terem acesso à educação, a uma profissão e assistência religiosa.

Para tanto, se faz necessário mais estudos e pesquisas que possam ajudar a entender e produzir políticas que realmente sejam eficientes e provoquem mudanças em nossa sociedade.

1.4 - Violência: Um problema Social.

Podemos considerar que a violência é hoje um problema em todas as cidades do Brasil. Para tanto, este problema social somente cresce a cada ano que se passa. O crime organizado, homicídios, roubos e furtos, sequestros a cada dia vemos aumentar os casos em nosso País. Baiarl e Almendra (2002) em um artigo chamado, “A Dinâmica Perversa do Medo da Violência Urbana”, descreve esta realidade:

A violência em todas as suas manifestações é, hoje, sem dúvida alguma, o principal problema que estamos enfrentando. Deixou de ser um fato exclusivamente policial para ser um problema social que afeta a sociedade como um todo. (BAIARL; ALMENDRA, p 59, 2002).

O fato da violência sair da esfera policial e se tornar um problema social é exatamente pelos fatores já descritos neste trabalho. A má distribuição de renda gera a desigualdade social. Falta de políticas públicas que tragam mais investimentos sociais

tais como projetos sociais, incentivos aos jovens a uma profissionalização adequada, são fatores que têm contribuído para o aumento destes problemas.

A discussão sobre a violência no Brasil tem sido muito debatida, e isto pelo fato do aumento a cada dia da violência em todas as cidades. O tema violência já não pertence mais somente às grandes cidades, pelo fato de hoje ela estar presente em pequenas cidades do interior. Como um problema social, e não mais como um problema somente ligado à segurança pública, a sociedade civil tem buscado compreender as causas e fatores que tem feito gerar o aumento da violência.

Para tanto, na busca por discursos que envolvem a violência no Brasil, Roberto Damatta (1982), em seu livro, “As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social”, nos traz algumas reflexões sobre o debate da violência no Brasil.

Primeiramente, ele diz, *“confesso que estas questões me perturbam, porque situam a violência como parte da própria condição humana e da própria vida em sociedade”*. (DAMATTA, 1982, p. 12). Percebe que segue a teoria bíblica de Adão e Eva, que desobedeceram ao mandamento de Deus e assim sofreram os castigos violentos da parte de Deus. E sobretudo também, ele descreve que em quase todas as mitologias há teorias semelhantes de punição e que culminam no que ele chama de, *“a ação violenta que desenha na sua transgressão insólita o extraordinário, parece ser o crivo onde ocorrem as grandes modificações pelas quais passa ou passou o mundo”* (DAMATTA 1982, p. 12).

As lições básicas que a Bíblia e a mitologia narram, no pensamento de Damatta (1982), parece que são pontapés iniciais para se pensar a violência como fator sempre presente nas sociedades. Outrora, mesmo partindo desta teoria de que sempre a violência se fez presente nas sociedades, por outro lado também não podemos deixar de analisar os fatos sociais que culminam nesta violência:

Em outras palavras, se não se pode deixar de verificar que a “violência” (como o sexo, o ódio, a comensalidade e o poder) é dado da própria condição humana, também não se pode deixar de investigar o conjunto de valores que estão associados a certas formas de violência em sociedades específicas. (DAMATTA, 1982, p 12).

Sendo assim, esta teoria nos permite pensar que os conflitos sociais existentes em nossos dias e no decorrer da história. Os conflitos e a violência sempre foram gerados por forças de poder que em suas maiorias contribuíram para as guerras e

interesses que escravizam ou controlam o outro. Para Damatta (1982), a violência é uma resposta do povo ao sistema:

Neste discurso, onde predomina a “razão prática”, a violência não é um mecanismo social é uma expressão da sociedade, mas uma resposta a um sistema. Quer dizer, nesta lógica, a violência está tão retificada quanto o poder, o sistema, o capitalismo, etc..., como um elemento que é visto de modo isolado, individualizado da sociedade na qual ela faz sua aparição. Como se a violência e o violento fossem acidentes ou anomalias que um determinado tipo de sistema provoca e não uma possibilidade real e concreta de manifestação da sociedade brasileira. (DAMATTA, 1982, p 12).

O que temos descrito neste trabalho se identifica com a teoria de Damatta (1982). A injustiça social, desigualdade, ineficiência do poder público, capitalismo dominador tem feito com que aumente a violência em nosso país. O que Damatta chama de “Classe dominante e classe dominada” (DAMATTA 1982), são fatores contribuintes para o agravamento dos conflitos que provocam a violência e conflitos de classe.

1.5 – Inclusão e Exclusão Social.

Jock Young (2002), em seu livro, “A sociedade excludente”, que tem como proposta o debate sobre a inclusão e exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente, primordialmente os aspectos fundantes da transição da sociedade inclusiva para a sociedade excludente, define formas de exclusão em nossa sociedade:

No mundo moderno recente, a exclusão se dá em três níveis: exclusão econômica dos mercados de trabalho, exclusão social entre pessoas na sociedade civil, e nas atividades excludentes sempre crescentes do sistema de Justiça Criminal e da segurança privada. (YOUNG, 2002, p. 11)

A partir destas definições de Young (2002), temos a ideia de que o mercado econômico, as pessoas e as leis que são feitas, contribuem para o aumento do quadro de exclusão social em nossa sociedade. Os grupos de militantes que lutam por liberdade e igualdade em nosso país têm se posicionado nesta luta realizando manifestações e colocando pressão sobre leis e políticas que tragam dignidade sobre aqueles que sofrem.

Vemos também movimentos religiosos que se sentem excluídos ou discriminados buscando igualdade e respeito com relação a suas manifestações religiosas de fé. Entretanto, Young (2008), nos traz a teoria Lévi-Straussiana, de

sociedade “Antropofágicas e Antropoêmicas” que define como as sociedades primitivas viviam e a sociedade moderna tratam socialmente as pessoas:

Uma geração de comentadores sociais esteve fascinada pelas categorias de inclusão e exclusão sugeridas por Claude Lévi-strauss em “Tristes Trópicos”. Sociedades “primitivas”, argumenta ele, lidam com estrangeiros e desviantes engolindo-os tornando os seus e adquirindo forças através deles. Elas são antropofágicas, ao passo que as sociedades modernas são antropoêmicas; elas vomitam os desviantes, conservando-os fora da sociedade ou encerrando-os em instituições especiais no interior de seus perímetros. (YOUNG, 2002, p. 91).

A ideia Levistraussiana, abordada por Young (2002), nos traz a ideia primitiva do povo com relação aos seus desviantes, que ao invés da exclusão eles incluíam na sua sociedade sem o jogar fora do convívio social, que ele denomina de sociedade antropofágica. Por outro lado, temos a sociedade moderna que vomitam os seus desviantes ou os excluem do seu convívio, que ele os denomina de sociedade Antropoêmicas.

Para Levis-strauss (1992), a nossa sociedade se assemelha ao canibalismo primitivo que para nós “sociedade Moderna”, nos choca esta atitude, porém a praticamos quando determinados grupos que exercem poder punem os seu desviantes:

Devemos compreender, sobretudo, que alguns dos nossos costumes podem parecer, a um observador de outra sociedade, semelhantes em natureza ao canibalismo, apesar de o canibalismo nos chocar por ser estranho a ideia de civilização. Estou pensando, por exemplo, nos nossos sistemas legal e prisional. Se estudarmos sociedades a partir de fora, seria tentador distinguir dois tipos contrastes; as que praticam o canibalismo – isto é, que encaram a absorção de certos indivíduos possuidores de poderes perigosos como a única maneira de neutralizar estes poderes e mesmo de transformá-los em vantagem – e as que, como a nossa sociedade, adotam o que se poderia chamar de prática da antropoemia (do grego emein, vomitar); confrontado ao mesmo problema, este último tipo de sociedade escolheu a solução oposta, que consiste em expelir os indivíduos perigosos do corpo social e mantê-los temporária ou permanentemente em isolamento, longe de todos e qualquer contato com seus pares, em estabelecimentos especialmente destinados a este propósito. A maioria das sociedades que chamamos de primitivas encararia este costume com profundo horror; a seus olhos, nós seríamos culpados da mesma barbaridade a que nos inclinamos a acusá-los por seu comportamento oposto. (LÉVI-STRAUSS 1992, p. 287, 288)

A teoria Lévi-straussiana, sobre sociedade primitiva e sociedade moderna, se aproxima muito do objetivo deste trabalho que é estudar a ressocialização de detentos no Brasil. De fato, se é praticado um canibalismo nos presídios, se olhássemos como é

sugerido por Lévi-Strauss (1992), como uma sociedade primitiva para a realidade brasileira.

Mas quem são os desviantes para esta sociedade moderna? Quem são estes que são alvos de rejeição e exclusão? Estas são perguntas importantes para a discussão de um tema tão debatido e discutido na sociedade, onde a cada dia cresce os grupos em busca de igualdade e reconhecimento de pertencentes desta sociedade.

Para buscar resposta, trago para discussão algumas definições por parte de alguns clássicos da nossa literatura.

1.5.1 - O Desviante na Concepção dos autores.

Primeiramente, a autora, Margaret Mead (2009), uma antropóloga americana que em seu livro “Sexo e Temperamento”, define o desviante como o “Inadaptado”.

Sob o termo “inadaptado”, incluo qualquer indivíduo que, por disposições inatas ou acidente da primeira educação, ou mediante as influências contraditórias de uma situação cultural heterogênea, foi culturalmente “cassado”, o indivíduo para quem as ênfases mais importantes de sua sociedade parecem absurdas, irrealis, insustentáveis ou completamente erradas. (MEAD, 2009, p. 277)

Para a autora o “Inadaptado”, são todos os indivíduos que vão contra a cultura ou decidem viver de forma diferente das normas dos “Normais”. Outro autor que é relevante para pensarmos sobre o tema é Erving Goffman (1975), antropólogo e sociólogo Canadense, em seu livro chamado de “Estigma”, assim define também o desviante:

Como conclusão, posso repetir que o estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro. Os atributos duradouros de um indivíduo em particular podem convertê-lo em alguém que é escalado para representar um determinado tipo de papel; ele pode ter de desempenhar o papel de estigmatizado em quase todas as suas situações sociais, tornando natural a referência a ele, como eu o fiz, como uma pessoa estigmatizada cuja situação de vida o coloca em oposição aos normais. (GOFFMAN, 1975, p. 117)

Para Goffman (1975), o estigmatizado é aquele que frustra as normas dos “normais”. Interessante como Goffman (1975) entende que cada indivíduo é uma “Perspectiva” de cada situação social gerada. O estigmatizado é aquele que se exclui da norma e decide viver na contramão. Outrora, isto tem um preço a ser pago, que é a rejeição, exclusão do convívio entre os normais.

Outro autor de extrema relevância é Howard Becker (2008), em seu livro “Outsider” (Estranho), que busca a compreensão de quem de fato é o desviante nesta sociedade moderna. A maneira como o autor define o desviante como o Estranho é bem profundo:

O outsider — aquele que se desvia das regras de grupo — foi objeto de muita especulação, teorização e estudo científico. O que os leigos querem saber sobre desviantes é: por que fazem isso? Como podemos explicar sua transgressão das regras? Que há neles que os leva a fazer coisas proibidas? A pesquisa científica tentou encontrar respostas para estas perguntas. Ao fazê-lo, aceitou a premissa de senso comum segundo a qual há algo inerentemente desviante (qualitativamente distinto) em atos que infringem (ou parecem infligir) regras sociais. Aceitou também o pressuposto de senso comum de que o ato desviante ocorre porque alguma característica da pessoa que o comete torna necessário ou inevitável que ela o cometa. Em geral os cientistas não questionam o rótulo “desviante” quando é aplicado a atos ou pessoas particulares, dando-o por certo. Quando o fazem, aceitam os valores do grupo que está formulando o julgamento. (BECKER, 2008, p. 17)

Na compreensão de Becker (2008), os cientistas não compreendem o desviante como um problema e sim como rótulos e por outro lado compreende que o desviante faz parte de um processo de julgamento e normas sociais aplicadas por grupos.

Ser excluído por uma opção de vida ou por pertencer a um grupo social diferente tem sido a luta que outrora parece sem fim. Leis, manifestação, políticas de descriminalização do ódio e a violência contra grupos tem sido a cada dia debatido.

Mas como fica, por exemplo, um reeducando do sistema prisional, que está buscando ressocializar, ou seja, seu espaço social devolva, nesta sociedade. O objetivo deste trabalho quando tratamos sobre problemas sociais que envolvem: desigualdade, discriminação, inclusão e exclusão, violência, criminalidade, isto se dá pelo fato de que, como já também estudamos por aqui, a violência e o aumento da população carcerária em nosso país, é fruto da desigualdade e destes problemas sociais existentes em nossa sociedade.

2 – RESSOCIALIZAÇÃO: DEFINIÇÕES E MÉTODOS.

A ressocialização de detentos do sistema penal brasileiro, tem se mostrado ineficiente quanto ao seu papel fundamental. Isto ocorre não pelo fato da sua finalidade ou método, mas por todo o conjunto que a acompanha. Na compreensão do jurista, Julio Fabbrini Mirabete (2008), na atual situação dos presídios torna-se quase que impossível a ressocialização de presos do sistema penal brasileiro:

a respeito da execução penal na visão da Criminologia Crítica: “A ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmos, no qual se reproduzem e se agravam as graves contradições que existem no sistema social exterior. (...) A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre uma função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação”. (MIRABETE, 2008, p. 26)

Para tanto, assim como a percepção do jurista e também como já citado neste trabalho, a superlotação dos presídios, a precariedade das instalações prisionais, as doenças, a comida de péssima qualidade, a falta de apoio jurídico e social e a violência são fatores que não permitem a eficiência da ressocialização e seus métodos de cumprirem o seu propósito.

Mas, o que é ressocialização ou ressocializar? A etimologia⁵ da palavra ressocialização é o “Ato ou efeito de Ressocializar(-se)”, no dicionário⁶ é um substantivo feminino. Inserção em sociedade, processo de ressocializar, de voltar a pertencer, a fazer parte de uma sociedade: ressocialização de presos ou encarcerados”.

Tatiane de Oliveira Querino (2013), em seu artigo “O Trabalho como forma de ressocialização do apenado”, entende-se por ressocialização como sendo, “*a maneira de reeducar através de normas disciplinadoras, onde o indivíduo é preparado para a volta em sociedade, quando do cumprimento de sua pena*” (QUERINO, 2013, p. 16). Para J. Seixas Santos (1995), em seu “Dicionário de Criminologia”, compreende que a ressocialização “*é a reintegração do delinquente na sociedade, presumivelmente recuperado*” (1995, p.193).

⁵ **Etimologia:** é o estudo da origem das palavras. É um assunto sempre interessante e ao mesmo tempo polêmico. É frequente a versão sobre a origem de uma palavra ou de uma expressão ser desmentida ou contestada.

⁶ Dicionário Online de Português. <https://www.dicio.com.br> - Acessado em 28/06/2022.

Cezar Roberto Bitencourt (2002), em “Manual de direito penal”, destaca que a eficiência do processo de ressocialização necessita de alguns aspectos fundamentais e eficientes para que ela de fato cumpra o seu propósito:

A ressocialização passa pela consideração de uma sociedade mais igualitária, pela imposição de penas mais humanitárias, prescindindo dentro do possível das privativas de liberdade, pela previsão orçamentária adequada à grandeza do problema penitenciário, pela capacitação de pessoal técnico, etc. Uma consequência lógica de teoria preventivo-especial ressocializadora é no âmbito penitenciário, o tratamento do delinquente. A primeira contrariedade que se apresenta em relação ao tratamento penitenciário é sua eficácia diante das condições de vida que o interior prisional oferece atualmente. Em segundo lugar, mencionam-se os possíveis problemas para o delinquente e seus direitos fundamentais que a aplicação acarretaria. Finalmente, a terceira posição refere-se à falta de meios adequados e de pessoal capacitado para colocar em prática um tratamento penitenciário eficaz. (BITENCOURT, 2002, p. 91)

Ainda, Bitencourt (2012), em seu outro livro de Direito Penal, que se chama, “Tratado de direito penal”, afirma que a Lei de Execução Penal (LEP⁷), garante o direito a ressocialização do apenado:

A Lei de Execução Penal (LEP), já em seu art.1º, destaca como objetivo do cumprimento de pena a reintegração social do condenado, que é indissociável da execução da sanção penal. Portanto, qualquer modalidade de cumprimento de pena em que não haja a concomitância dos dois objetivos legais, quais sejam, o castigo e a reintegração social, com observância apenas do primeiro, mostram-se ilegal e contrária à Constituição Federal. (BITENCOURT, 2012, p.130).

O artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁸ sustenta que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Mesmo que a pessoa tenha praticado crime, o texto do dispositivo da lei citada, é inquestionável que o indivíduo seja punido pelo crime que cometeu, mas, contudo, não sejamos cruéis e não esqueçamos que aquele condenado também é um ser humano e deve ser tratado e respeitado com humanidade.

⁷ **LEP:** Lei de Execução Penal. Lei Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984. <https://www.tjdft.jus.br › lei-de-execucooes-penais>. Acesso em: 28/06/2022.

⁸**Declaração Universal dos Direitos Humanos:** Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acessado em: 28/06/2022.

Os métodos de ressocialização são definidos pela Lei de Execução Penal (LEP). Logo no seu artigo 1º define o seu objetivo: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

2.1 - Sistema Penitenciário Brasileiro.

A realidade do sistema penitenciário brasileiro, há muito se tem mostrado que está numa situação crítica, e são muitos os motivos para esta afirmação. Como a violência em seu interior, seja dos próprios colegas de celas ou dos policiais penais, a questão da saúde, higiene, originando assim inúmeras doenças, a má alimentação, superlotação das celas, assistência jurídica e social.

Letícia Fernandes Cristaldo (2011), em seu artigo “A Atuação dos Sistemas Prisionais na Ressocialização dos presos”, no XVI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e XII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Paraíba, nos traz uma pesquisa de dados da secretaria de saúde sobre as condições sanitárias das penitenciárias brasileiras:

Conforme dados disponibilizados pela Secretaria de Estado de Saúde, “a população prisional é exposta pela sua condição de confinamento a fatores de risco e um número significativo de casos de DST/AIDS, tuberculose, pneumonias, dermatoses, transtornos mentais, hepatites B e C, traumas, diarreias infecciosas, além de outros problemas prevalentes na população adulta brasileira, tais como hipertensão arterial e diabetes mellitus. Vemos que tais situações precárias da saúde nos sistemas prisionais, são de séria preocupação, pois quando estes são postos em liberdade podem contaminar outros. Assim sendo, com tantos fatos preocupantes presentes nas celas, ocorre a reincidência do preso, no qual em vez de começar de novo, refazer sua vida, este acaba voltando à criminalização. (CRISTALDO, 2011, p. 2)

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, perdendo somente para a China e os Estados Unidos da América. Carlos Roberto da Costa Junior (2019), em seu artigo intitulado “O sistema prisional: superlotação e ressocialização”, faz exatamente estes levantamentos:

Em uma pesquisa recente feita pela organização não-governamental *Human Rights Watch* estimou que, no final de 2018, o número de presos no Brasil já passava de 840 mil, terceiro maior do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Porém, o sistema carcerário nacional só tem capacidade

para abrigar a metade dos atuais detentos. São menos de 400 mil vagas disponíveis e, como consequência, a superlotação leva a situação insalubre e até desumanas. Em muitos casos, presos recorrem ao Judiciário e são postos em liberdade sob o argumento de que as prisões violam direitos humanos básicos. As rebeliões são frequentes, como as que marcaram o país nos primeiros dias de 2017 e de 2018, que deixaram centenas de mortos. A falta de controle da Administração Pública sobre os presídios também fica nítida no fato de facções controlarem a criminalidade, especialmente o tráfico de drogas, nas grandes cidades. (JUNIOR, 2019, p. 23)

A realidade dos presídios brasileiros com a superlotação, problemas de saúde, assistenciais mínimas jurídicas e sociais contribuem para as rebeliões e são impedimentos para a ressocialização de presos do sistema prisional brasileiro.

Os estudos e pesquisas mostram a precariedade dos presídios no Brasil. A superlotação dos presídios, a má alimentação, as doenças infecciosas, a violência praticada entre eles e agentes penitenciários, a falta de apoio jurídico e assistencial são problemas antigos que geram mais ainda crises no sistema penal brasileiro.

Infelizmente, o cumprimento das leis penais não têm sido executadas, e garantir os direitos dos presos é garantir os direitos humanos, como afirma o Desembargador Federal, Reis Friede (2019), em seu artigo “As prisões brasileiras e a condição humana do encarcerado”.

Garantir os direitos dos presos é garantir os direitos humanos, o que na atualidade passa a ser uma preocupação fundamental de diversos governos e de organismos internacionais. No Brasil, as violações de tais direitos continuam a ser, sistematicamente, perpetradas nos mais variados setores da sociedade civil contra as chamadas minorias e nas chocantes e medievais instituições prisionais brasileiras, que permitem a absoluta e recorrente degradação da dignidade humana. (FRIEDE, 2019, p. 217)

Todavia, estes problemas encontrados no sistema penal brasileiro ainda tem uma outra consequência vista e percebida que é o aumento e o fortalecimento das facções criminosas, como aponta Fernando Salla (2012), em seu artigo “Políticas Penitenciárias e as Facções Criminosas”, mostrando este outro problema gerado:

Particularmente, no Estado de São Paulo, a expansão do sistema penitenciário e consequente aumento da população carcerária foram atravessados por questões muito complexas, como a superlotação, as rebeliões, os motins, a dispersão das vagas do sistema penitenciário, e inclusive a consolidação do grupo organizado de presos autodenominado Primeiro Comando da Capital –PCC. (SALLA, 2012, p. 340)

Conquanto, devido a toda esta situação no sistema carcerário no nosso país, provocou o surgimento de organizações criminosas que na verdade no início o propósito era reivindicar direitos e melhorias no sistema carcerário. Alessandra Teixeira (2009), em seu artigo “Dispositivos de Exceção e novas Realidades do Sistema Punitivo: Surgimento do PCC e o RDD”, estuda o surgimento da facção:

Segundo o conjunto de informações que dão conta, portanto, da origem do PCC, o Anexo de Taubaté é descrito como o local em que seus fundadores, em agosto de 1993, teriam selado o “pacto” de sua fundação, cuja diretriz maior seria a melhoria das condições carcerárias através de uma guerra contra os principais responsáveis pelas torturas e os maus-tratos no sistema, em especial contra o local que eles denominaram como “o campo de concentração de Taubaté”. Os objetivos firmados e as regras de “convivência” do grupo estariam prescritos e assegurados a partir de um rígido código disciplinar cuja sanção aplicada ao descumprimento seria comumente a morte. (TEIXEIRA, 2009, p. 190)

Os problemas no sistema penal brasileiro, a muito tempo tem sido denunciado e apontado como algo que precisa ser melhorado. Para muitos juristas o problema não está na lei, pois as leis existem e são boas, porém os problemas estão na execução das leis vigentes e a principal delas é a LEP, que garante os direitos dos presos no Brasil.

2.2 - Levantamentos de dados em 2021.

Atualmente Campo Grande possui, dez presídios incluindo a penitenciária Federal. Segundo o SisDepen, Campo Grande tem 6.921 detentos. O presídio com a maior população carcerária, é “Estabelecimento Penal Jair Ferreira de Carvalho, conhecido como a Máxima” que possui uma população de 2.161 detentos.

O Centro Penal e Agroindustrial da Gameleira, que é o presídio escolhido para pesquisa etnográfica deste trabalho, possui hoje uma população carcerária de 1.132 detentos do sistema de regime semiaberto. Na tabela abaixo se encontram todos os presídios de campo grande e sua população carcerária em cada estabelecimento.

Tabela - 01

Presos em Unidades Prisionais no Brasil	
Período de Julho a Dezembro 2021	
Presos em unidades prisionais em Campo Grande / MS	

Presídios em Campo Grande	Fecha do	Semiaberto	Aberto	Provisório	Trat. Ambulatorial	Medida de Segurança	Total
Centro de Triagem "Anízio Lima"	119	0	0	68	0	0	187
Centro Penal Agroindustrial da Gameleira	0	1.132	0	0	0	0	1.132
Estabelecimento Penal "Jair Ferreira de Carvalho" Máxima.	1.964	0	0	149	11	37	2.161
Estabelecimento Penal de Regime Aberto e Casa do Albergado de Campo Grande	0	0	462	0	0	0	462
Estabelecimento Penal Feminino "Irmã Irma Zorzi"	191	0	0	93	0	1	285
Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência	0	60	80	0	0	0	140

Albergada de Campo Grande							
Instituto Penal de Campo Grande	1.090	0	0	336	50	9	1.485
Penitenciária Estadual Masculina de Regime Fechado da Gameleira	419	0	0	148	0	0	567
Presídio de Trânsito de Campo Grande	211	0	0	167	0	0	378
Penitenciária Federal em Campo Grande - MS	118	0	0	5	1	0	124
Total Geral População Carcerária em Campo Grande						6.921	

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base no censo penitenciário de junho de 2021 pelo SISDEPEN.

Como temos relatado neste trabalho, o sistema penal brasileiro está falido. Outrora, pela superlotação dos presídios, doenças, falta de assistência social e jurídica, alimentação precária, violência, o domínio das facções enfim a uma necessidade urgente de socorro para o sistema prisional brasileiro.

Sendo assim, como ficará a situação dos grupos minoritários? Tais como: mulheres, idosos, estrangeiros, populações LGBTI, indígenas, pessoas com transtorno mental, com doenças terminais e com deficiência. As políticas para Mulheres e grupos específicos têm sido pensada pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), com o objetivo de dar atenção a estas pessoas que são presas ou são egressas do sistema penal.

O Senappen, possui a Diretoria de Políticas e Penitenciárias (Dirpp) que visam, conjuntamente, coordenar projetos e programas de atenção à pessoa presa e egressa, relacionados às singularidades restritas à condição das mulheres, idosos, estrangeiros,

populações LGBTI, indígenas, pessoas com transtorno mental, com doenças terminais e com deficiência.

O Senappen, pensando nesta população minoritária criou a revista “Dossiê, Mulheres e grupos específicos no sistema penitenciário”. Que é “A Revista Brasileira de Execução Penal” é um periódico técnico-científico do Departamento Penitenciário Nacional, Depen/MJSP. Publica artigos, documentos inéditos, resenhas, entrevistas, relatos de experiências e descrição de boas práticas, que visam relacionar a experiência profissional, o conhecimento produzido sobre a matéria e o cumprimento da legislação nacional. A revista tem circulação semestral e submissão em fluxo contínuo.

Nesta revista é possível ler vários artigos publicados, com o objetivo de trazer, estudos, relatos, pesquisas e entrevistas com estes grupos específicos. No edital da revista, traz a sua finalidade que é dialogar com as diversidades e custódias a partir das legislações e políticas do sistema prisional brasileiro:

O periódico reúne produções que expressam resultados de estudos e pesquisas com a finalidade de refletir sobre: (i) o aprisionamento de indígenas; (ii) questões relacionadas ao encarceramento feminino como a influência da educação escolar e os desafios referentes aos cuidados com os filhos; (iii) ações e práticas direcionadas à população carcerária LGBTI (iv) atenção à saúde da mulher presa e à prevenção da violência doméstica. O atendimento às especificidades inerentes ao aprisionamento de grupos específicos atende as garantias previstas na Constituição, não alcançadas pela condenação ou prisão provisória, e asseguradas às pessoas privadas de liberdade. A legislação assegura a promoção do bem de todos, livre de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, conforme dispõe o art. 3º, inciso IV da Constituição Federal. Na mesma direção, o artigo 5º no qual estabelece que “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. (Revista Brasileira de Execução Penal, 2021, p. 9)

2.3 – Problemas Sociais e a Ressocialização.

O primeiro capítulo deste trabalho teve como objetivo estudar a desigualdade social, problemas sociais e a exclusão social vividas em nosso país. Para tanto, ainda vale destacar o atual cenário de crise, vivida em nosso país nestes últimos dois anos, agravados pela pandemia que ainda continua viva.

Num cenário assim, é iminente o aumento da violência, crimes, roubos, homicídios, latrocínio, crimes de feminicídios que aumentaram tanto nestes dias. Os

problemas sociais que enfrentamos contribuem para o aumento da população carcerária no país, uma vez que temos a terceira maior do mundo. O consumismo, impulsionado pelo capitalismo, cria as classes sociais, que dividem a sociedade.

O sonho de consumo de muitos jovens e adolescentes de periferias e favelas de nossas cidades tem levado muitos para o caminho da criminalidade, tendo como fator predominante as altas taxas de desemprego e profissionalização de jovens e adolescentes para o primeiro emprego.

Como mencionado neste trabalho no primeiro capítulo, o Brasil está entre os dez países mais desiguais do mundo. O Brasil é mais desigual que Botsuana, pequeno país vizinho à África do Sul com pouco mais de dois milhões de habitantes. Com tamanha desigualdade, ou seja, um pequeno grupo que possui a maior parte das riquezas e a outra maior parte das pessoas pobres, o desafio acaba se tornando grande, quando se fala em combater a violência, o crime e as drogas.

O tráfico de drogas, as facções, tem aliciado estes jovens com promessas de poder e dinheiro e com isso instalando as guerras entre o tráfico, as facções e a sociedade. Quando um egresso do sistema penal termina de cumprir a sua pena, ele se depara com as dificuldades de reinserção, não conseguindo trabalho e o preconceito pelo seu estigma, acaba por aumentar a reincidência tão alta de egressos ao crime.

A real expectativa seria o apoio da sociedade, como Antônio Molina (2013) em seu livro “O que é Criminologia”, descreve:

O estigma de cometer um delito acompanha o ex-detento por toda a vida e geralmente chega ao ouvido dos futuros patrões, inviabilizando a possibilidade de trabalho. A falta de oportunidade reserva basicamente uma única opção ao ex-presidiário: voltar a infringir a lei quando retorna ao convívio social. É como se a sociedade o empurrasse novamente para o mundo do crime. Há um preconceito de toda a sociedade. Isso tudo, sem dúvida, torna muito pouco provável a reabilitação. Triste realidade. Todavia, é preciso oferecer perspectiva de futuro ao preso, caso contrário, as penitenciárias vão seguir inchadas de reincidentes. (MOLINA, 2013, p. 40)

Sadao Omote (2004), explica que o conceito de estigma já era difundido na Grécia antiga, e tratava-se de marcas corporais feitas para a identificação e segregação de ladrões ou escravos. Porém, o estudo de Goffman (1982) em seu livro “Estigma” revolucionou por apontar que na sociedade moderna os estigmas não são necessariamente marcas corporais visíveis, podendo ser marcas construídas socialmente, ou seja, “Marcas Sociais”. Em seu livro “Estigma no tempo da inclusão”, mostra como se deu esta substituição:

Se as marcas corporais eram produzidas com a finalidade de sinalizar às pessoas que o seu portador era um ladrão, traidor ou escravo, alguém de status moral inferior, com quem deveria ser evitado qualquer contato mais próximo, evidentemente a sua imediata e inconfundível visibilidade era imprescindível. A marca social que representa hoje o estigma não é visível, mas a manipulação que se faz do estigma e o tratamento especializado dispensado ao estigmatizado podem aumentar a visibilidade da condição especial desse indivíduo. (OMOTE, 2004, p.295)

Partindo da teoria que o estigma é uma marca social, o egresso do sistema prisional sofrerá as suas sanções impostas pela sociedade. Flávia Schilling e Sandra Miyashiro (2008), definem o estigma como uma marca, mancha, aquilo que é indigno, ou vergonhoso em seu artigo “Como incluir?” O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade:

Se o preconceito é algo que emerge nas falas dos entrevistados como algo que incomoda e provoca indignação, o estigma evidencia algo que extrapola uma atitude de prejulgamento, como “sinal infamante, indigno e desonroso, mancha infamante na reputação de alguém” pressupõe a contaminação, o contágio, a transmissão, tornando urgente e necessário o isolamento do agente contaminador. Essa idéia de contágio parte em alguma medida da crença de que algo foi herdado ou adquirido no convívio social. (SCHILLING e MIYASHIRO, 2008, p. 248).

Em visita a um albergue que recebe presos do sistema aberto, e é devidamente credenciado pela Agepen, tive uma conversa com um reeducando de aproximadamente 28 anos, atencioso e muito alegre e que vou chamá-lo de José (pseudônimo⁹) e que está no processo de ressocialização. Na conversa, ele me relatou sobre as barreiras que o estigma de ex presidiário, lhe impedem de se ressocializar. Em sua fala ele me disse:

Hoje tenho que conviver com a exclusão das pessoas ao saberem que sou ex presidiário. Perdi amigos, pelo fato de hoje para eles eu ser perigoso. Sinto preconceito até mesmo de meus parentes, fiquei sabendo a pouco, que minha tia proibiu meu primo de me ver, isso me doeu muito, somos como irmãos. Minha mãe me disse que não me aceitaria em casa, pelo fato de não acreditar na minha mudança, como pode uma mãe dizer isto (eu percebi que o jovem ao dizer isto quis chorar), fiquei ainda mais triste. Ontem vi que um supermercado estava contratando, mas ao ver o anúncio, eles estavam pedindo antecedentes criminais, aí já era tenho a cativeira longa. A sociedade nos abandonou, somente o pastor (líder do albergue) e as irmãs que nos visitam e trazem presentes, psicólogos e assistentes sociais nos acolhem e nos encorajam a seguir

⁹ **Pseudônimo:** nome adotado por autor ou responsável por uma obra (literária ou de qualquer outra natureza), que não usa o seu nome civil verdadeiro ou o seu nome consuetudinário, por modéstia ou conveniência ocasional ou permanente, com ou sem real encobrimento de sua pessoa.

lutando pela nossa ressocialização. Choro muito, as vezes me sinto um nada, tenho vontade de morrer as vezes, as pessoas nos machucam muito com seus preconceitos. Peça a Deus força para não desistir. (José, Reeducando do sistema penal)

Como missionário em trabalhos de assistência religiosa a encarcerados tanto do sexo masculino ou feminino, pude observar que mesmo pessoas que participam das religiões diversas também tem preconceito aos encarcerados. Ouvi muitos comentários assim: “Vejo desnecessário as visitas a estas pessoas, são bandidos, estão ali porque merecem”. Certa vez uma mãe me disse: “*Pastor, meu filho está proibido de te acompanhar nas visitas aos presídios, lá só tem quem não presta*”.

Situações assim evidenciam o tamanho do problema que há em nossa sociedade com relação a aqueles que carregam o estigma (Marca Social) que a sociedade lhe impõe. Quero mencionar três textos da Bíblia Sagrada¹⁰, que incentiva o trabalho em presídios na luta pela ressocialização de encarcerados. O primeiro é, “*estive na prisão, e fostes ver-me*”, o segundo, “*Jesus, porém, ouvindo, disse-lhes: Não necessitam de médico os sãos, mas sim, os doentes*”, o terceiro, “*Lembraí-vos dos presos, como se estivésseis presos com eles, e dos maltratados, como sendo-o vós mesmos também no corpo*”. (Mateus 9:12 - 25:36 – Hebreus 13:3. ARC¹¹).

E a família do preso, será que também sofre os estigmas? A resposta desta pergunta é afirmativa. O estigma do preso pode se estender para toda a rede de relações que o cercam, sendo que as pessoas que o visitam recebem o rótulo pejorativo de “mulher de preso”, “filho de preso”, “mãe de preso”, etc¹².

O estigma, que pressupomos cercar os presidiários se estende para além do indivíduo encarcerado, passando para as pessoas que se relacionam diretamente com eles, seus familiares ou amigos, o que permite à sociedade considerá-los uma só pessoa. A sociedade os vê de maneira fundida: a mulher de presidiário ou o filho de presidiário. Com base nesses pressupostos, podemos concluir que o olhar estigmatizante que é direcionado à família do presidiário é uma extensão do estigma que o cerca (SCHILLING e MIYASHIRO, 2008, p. 248).

¹⁰ **Bíblia Sagrada:** Bíblia é o conjunto de livros do Antigo e do Novo Testamento, considerado como a sagrada escritura, contendo, além da história do povo judeu, também as doutrinas que orientam o comportamento dos povos que compõem o cristianismo. Fonte: www.significadosbr.com.br/biblia.

¹¹ Bíblia Sagrada: Tradução: ARC: João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida.

¹² Estes rótulos (marcas sociais) são recorrentes no discurso da população que tem contato com penitenciárias, mas não caracteriza necessariamente a família ou familiares do preso e sim qualquer pessoa que o visite.

Com relação ao estigma do preso que é passado para os que se aproximam dele, Natália C. N. Redígolo (2012), em seu artigo, “Sistema Penitenciário e seus Estigmas: O Caso de Paulista”, aborda uma tese que este estigma pode mudar dependendo da localização. Ela chama esta mudança de estigma como sendo “Construção Social”:

Porém este fenômeno ocorre de maneira diferente dependendo da localidade em que se habita. Há bairros em grandes cidades em que muitas pessoas são punidas e muitas outras têm relações com estes punidos. É o caso das favelas, que por si só carregam o estigma da criminalidade que se estende por todos os seus moradores, seja pela fraca presença das forças policiais, que pode atrair maior criminalidade, seja pelas piores condições de vida, que podem levar o sujeito a buscar meios alternativos de sobrevivência, seja pela construção segregacionista de criminalização da pobreza amplamente difundida pelos meios de comunicação. Neste caso, o estigma é atenuado dentro da localidade, já que todos são estigmatizados pelos “de fora”. Isto reforça a tese de que o estigma é uma construção social e mostra que ele é relativo: o estigmatizado em alguns lugares pode não ser em outros. (REDÍGOLO, 2012, p. 90).

Para Schilling e Sandra Miyashiro (2008), o contexto sociocultural das relações definem o grau do estigma:

O que designará a condição de estigmatizado ou não do filho de presidiário, por exemplo, não é a priori o encarceramento de um dos progenitores, mas o contexto sociocultural e de relações em que essa informação é fornecida ou visível. É preciso analisar em quais circunstâncias esse aspecto da trajetória pessoal constitui um fator estigmatizante ou de distinção. (SCHILLING e MIYASHIRO, 2008, p. 250).

Os problemas sociais existentes em nossa sociedade é um dos fatores que mais contribuem com a reincidência de presos nos sistemas carcerários. O desemprego, a má distribuição de renda, a desigualdade provoca a ociosidade e assim o alistamento de tantos jovens e adolescentes ao crime, aumentando a população carcerária no Brasil. O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo. Mato Grosso do Sul é a segunda maior do país.

Podemos assim concluir que o problema não está apenas dentro das grades, e sim, também fora das grades. A discriminação e o estigma que atinge tantos na sociedade como nas religiões, os deficientes físicos, os negros, a população LGBT, e também os ex detentos que não encontram o caminho para o retorno da vivência social.

2.4 – A Função dos Presídios e as Leis de Ressocialização.

Fato é que, nunca paramos para pensar que em um presídio existem histórias ou como costume pensar, os presídios fazem parte da nossa história mesmo antes de Cristo. Segundo Carvalho Filho (2002), um estudioso da história dos cárceres antigo descreve como eram os antigos cárceres:

Na idade antiga um longo período da História que se estende aproximadamente do século VIII a.C., à queda do Império romano do ocidente no século V d.C; o chamado cárcere, compreendendo de que não havia um código de regulamento social efetivado, é marcado pelo chamado encarceramento, que apresentava como emprego o ato de aprisionar não como caráter da pena, e sim como garantia de manter o sujeito sob o domínio físico, para se exercer a punição. Os locais que serviram como encarceramento para os suplícios eram desde calabouços, ruínas à torres de castelos. (CARVALHO, p. 28, 2002).

Do período dos cárceres, calabouços, ruínas a torres de castelos da idade antiga e olhando para nossos dias percebemos as mudanças sofridas com relação ao sistema punitivo.

No início do século XVIII, foi o período destas mudanças com o crescimento do iluminismo fundamentado pelas teorias da razão, e no mesmo período a revolução industrial buscando mais liberdade econômica, o crescimento político buscando melhorias para a sociedade e o estado.

A partir de todas estas mudanças, também surgem as mudanças quanto ao sistema punitivo carcerário. O filósofo Michel Foucault (2014) em “Vigiar e Punir”, destaca estas mudanças:

O protesto contra os suplícios é encontrado em toda parte na Segunda metade do século XVIII: entre os filósofos e teóricos do direito; entre juristas, magistrados, parlamentares; e entre os legisladores das assembléias. É preciso punir de outro modo: eliminar essa confrontação física entre soberano e condenado; esse conflito frontal entre a vingança do príncipe e a cólera contida do povo, por intermédio do supliciado e do carrasco (FOUCAULT, 2014, p. 63).

Quanto à forma de punir no passado, que era decidida pelo rei ou o ditador que governava o povo, agora Foucault (2014) compreende que, *"O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade"* (FOUCAULT, 2014, p. 63).

Bruno di Santis e Werner Engruch (2016), em seu artigo “A Evolução Histórica do Sistema Prisional”, escreve como foi todo este processo de mudança no sistema penal:

No final do século XVIII e início do século XIX, surgem na Filadélfia os primeiros presídios que seguiam o sistema celular, ou sistema da Filadélfia. O preso ficava isolado em sua cela, em reclusão total, sem contato com o mundo externo e com os outros presos. Em 1820 surge nos Estados Unidos o Sistema Auburn ou Sistema de Nova Iorque, que adotava a reclusão e o isolamento apenas no período noturno. Durante o dia, as refeições e o trabalho eram coletivos, mas impunha-se regra de silêncio, os presos não podiam se comunicar ou mesmo trocar olhares, a vigilância era absoluta. (DI SANTIS; ENGBRUCH, 2016, p. 38).

Di Santis e Werner Engruch (2016), ao escrever em seu artigo sobre o surgimento das primeiras prisões brasileiras faz algumas observações interessantes e ainda relatando um problema que até hoje temos que é a superlotação dos presídios e as más condições de sua infraestrutura:

As penitenciárias do Brasil ainda eram precárias. Por isso, em 1828, a Lei Imperial determina que uma comissão visite prisões civis, militares e eclesiásticas para informar do seu estado e melhoramentos necessários. Esse trabalho resultou em relatórios de suma importância para a questão prisional do país, mostrando a realidade lastimável desses estabelecimentos. O primeiro relatório da cidade de São Paulo, datado em abril de 1829, já tratava de problemas que ainda hoje existem, como falta de espaço para os presos e a convivência entre condenados e aqueles que ainda aguardavam julgamento. (DI SANTIS; ENGBRUCH, 2016, p. 42).

Luis Francisco Carvalho Filho (2002), explica em seu livro “A Prisão”, que o Brasil depois de sua independência de Portugal e com a promulgação da Constituição de 1824, é que foi possível as mudanças penais tais como: A abolição do açoite, da tortura, a proclamação da inviolabilidade dos direitos civis e políticos, e ainda determinando como deveriam ser organizadas as cadeias, nesse sentido.

A constituição de 1824, além de ter abolido o açoite (mantido para escravos), a tortura, a marca de ferro quente e outras penas cruéis e costumes punitivos antigos, disciplinados pelas Ordenações do Reino de Portugal, determinava que as cadeias fossem “seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casa para separação do réus, conforme suas circunstancias e natureza de seu crime. (FILHO, 2002, p. 37)

André Luis Turri (2016), em seu artigo, “Sistema Prisional Brasileiro: breves relatos históricos”, escreve que a entrada do Brasil como um país da era moderna

punitiva foi somente após a criação das casas de correção do Rio de Janeiro e de São Paulo:

Porém, o marco da entrada do Brasil como um país da era moderna punitiva deve-se a criação das casas de correção do Rio de Janeiro e de São Paulo, inauguradas respectivamente em 1850 e 1852 respectivamente, buscando atender a evolução do sistema prisional que ocorria daquele momento histórico, que era o sistema Auburniano (TURRI, 2016, p. 8).

Carvalho Filho (2002), em seu livro “A Prisão”, concorda que logo após a criação desses presídios em São Paulo e Rio de Janeiro que de fato houve essas mudanças:

Pode-se dizer que elas simbolizavam a entrada do país na era da modernidade punitiva. Forma idealizadas sob os influxos da arquitetura penitenciária de Bentham, praticada nos EUA e na Europa. Contavam com oficinas de trabalho, pátios e celas individuais. Buscavam a regeneração do condenado por intermédio de regulamentos inspirados no sistema de Auburn, segundo os quais os presos trabalhavam em silêncio durante o dia e recolhiam as celas durante a noite. (FILHO, 2002, p. 38)

2.5 - A função do Presídio.

A expectativa das pessoas com relação aos presídios é que ele cumpra o seu papel fundamental que é transformar as pessoas que ali chegam, vindas de práticas de delitos e outras condutas que a sociedade condena. Mas temos percebido que as pessoas não acreditam mais sobre a função principal dos presídios. Para tanto, de fato, qual a função da prisão. Foucault (2014), aponta que a prisão deveria ser:

Deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é “onidisciplinar” (FOUCAULT, 2014, p. 228).

Para Erving Goffman (2010) em seu livro “Manicômios, Prisões e Conventos”, define uma prisão como sendo:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo,

levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 2010, p.11).

Antônio Henrique Lima (2019), afirma em seu artigo, “Finalidade do Sistema Penitenciário”, que a prisão tem como finalidade, proteger a sociedade daqueles que infringem as regras sociais, e trazer segurança:

Uma das finalidades do sistema penitenciário é de proteger a sociedade de transgressores, pois o encarceramento dos delinquentes traz para a sociedade um sentimento de segurança, tendo outras funções como a ressocialização, embora a pena não previne crimes devido os criminosos continuam a cometer crimes de dentro das unidades prisionais, em contato com familiares e advogados, necessitando de investimentos nas unidades penitenciárias. (LIMA, 2019, p. 12)

3 - UM OLHAR ETNOGRÁFICO NO CENTRO PENAL AGROINDUSTRIAL DA GAMELEIRA.

Após anos de muita ansiedade, preparo, expectativas, paciência e convicção de que vai valer a pena todo o esforço envolvido na construção deste trabalho, começo a descrever os resultados da minha pesquisa de campo. O etnólogo passa por fases até o momento do campo, isto é, a teoria que nos permite melhor aprimorar nosso olhar etnográfico (CARDOSO 1998).

Na verdade, compreendo que a formação teórica nos leva ao campo de forma virtual, ou seja, nos faz sonhar, e planejar nossos roteiros de pesquisas antes do mundo real, “O Trabalho de Campo”. Durante o período de cumprir as disciplinas de antropologia social, sempre direcionei meu olhar nas leituras, nas perguntas em aulas, os trabalhos feitos para cumprir as exigências das disciplinas, sempre foram focados no meu objeto de pesquisa.

3.1 - Etnografia de Prisão: Métodos e Perspectivas.

No decorrer dos meus estudos sobre etnografia no curso de Antropologia Social, sempre avaliei o desafio de desenvolver o método num ambiente de prisão. A investigação de terreno em torno da prisão tem sido um grande desafio nos debates teórico-metodológicos, a respeito do método, Cunha (2014), Wacquant (2002), Biondi,

(2010). O terreno de investigação proposto no meu trabalho está situado num presídio semiaberto de segurança mínima.

O cotidiano de um presídio semiaberto, se diferencia muito de um presídio fechado. No semiaberto, os detentos saem para trabalhar, tem contato com “o mundo exterior”, recebem salários, diminui a ociosidade, estresse e o isolamento.

E isto somente foi possível ver com a minha entrada dentro do presídio, e observar as movimentações e conversas com interlocutores (Que será descrito estas observações no desenvolvimento do trabalho), assim como, Manuela Ivone Cunha (2014) em seu artigo, “Etnografias da prisão: novas direções”, propôs como decisiva a entrada no terreno de investigação para que a etnográfica tenha profundidade:

Num meio fechado e coercivo, a questão do acesso ao terreno é decisiva para a viabilidade de investigação etnográfica em profundidade, que por definição inclui não só narrativas suscitadas e entrevistas agendadas, mas também dados não solicitados, produzidos acidentalmente a partir da observação direta e de interações informais e não estruturadas. (CUNHA, 2014, p. 3).

O acesso ao campo de investigação, me propôs observar o que Cunha (2014), chama de dados não solicitados que são acidentalmente produzidos no cotidiano das visitas ao campo. Outrora, bem próximo do “Estar Lá” de Geertz (1989), compreendo como fundamental para a construção do meu trabalho o acesso ao campo para compreender o meu objeto de pesquisa, que é a ressocialização e ao mesmo tempo compreender o funcionamento do Centro Penal e Agroindustrial da Gameleira.

Com relação à expressão “Quase-etnografia”, proposto por Cunha (2014) e Wacquant (2002), pelo fato das limitações do campo e barreiras que um estabelecimento prisional exige se justificam. A minha experiência no campo me fez compreender que a maneira como foram realizados os agendamentos para entrar no presídio, foram barreiras para compreender melhor as rotinas dos reeducandos. Foi permitido o meu acesso somente na terça feira e das treze horas até às quinze horas no máximo.

Questionei ao diretor do presídio se não era possível algumas alternâncias, e ele me justificou dizendo que pela manhã o acesso era permitido mais para advogados, médicos e outras visitas programadas, e que na parte da tarde depois às quinze horas começavam a chegar os detentos que trabalham fora do estabelecimento.

Particularmente eu gostaria muito de ter visto a chegada dos detentos, depois de um dia de trabalho, mas, não foi permitido por conta da agitação e contagem dos detentos. O que consegui com o diretor do presídio foi alternar alguns dias de minhas visitas, que outrora uma semana era na terça e outra na quarta, porém sempre no mesmo horário.

Pude observar nas minhas visitas ao campo que mesmo sendo um presídio semiaberto de mínima segurança, não vi muita diferença com relação ao fechado, pois a todo tempo a vigilância é extrema (Panóptico). Dentro do presídio, não foi permitido eu caminhar sozinho, sempre de crachá de identificação, e meu acesso a qualquer lugar somente com permissão do diretor ou junto a um agente penal.

Karina Biondi (2009), em sua tese de doutorado, “Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC”, aponta que a saída para construção etnográfica em torno do objeto de pesquisa em terreno de prisão, é “criar mapas” (BIONDI, 2009). Este método é sugerido por Deleuze e Guattari, explica que “*O mapa constrói, ele é aberto, é conectável em todas as dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente*” (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p. 22).

A discussão surge pelo fato do que Biondi aponta como a “*Aquela velha caixa de ferramentas da Antropologia*” (BIONDI, 2009, p. 37), que na compreensão da autora pode sufocar os resultados da pesquisa, pelo fato dos instrumentos escolhidos pelo pesquisador poderem limitar os seus resultados em terreno de prisão.

Uma saída para este problema é não decalcar teorias (sejam as clássicas, sejam as contemporâneas ou pós-sociais), mas criar mapas (Deleuze & Guattari, 1995) a partir dos desafios colocados pelo próprio objeto de pesquisa. Nesta linha, meu objetivo passou a ser procurar entender o modo pelo qual as transcendências são construídas, bem como a sua eficácia. Trata-se de permitir pensar o transcendente sem considerá-lo anterior, preeminente; pensar essa força exterior valorizando a imanência, as potências de si como produto de um PCC transcendente. (BIONDI, 2009, p. 38).

A partir desta teoria “criar mapas”, estarei criando mapas a partir dos próprios desafios em torno do meu objeto de pesquisa (BIONDI, 2009). A ressocialização estudada a partir dos “nativos”, como o nativo compreende o método ressocializador vivenciando este processo? Realmente o trabalho é o melhor método para se ressocializar? O CPAIG, na visão do nativo, de fato é referência na ressocialização?

Será que de fato o maior problema quando se fala em ressocialização de presos no Brasil é a falta gestão do poder público?

Creio que estas respostas a partir dos “nativos” (Reeducandos, agentes penais, psicóloga e assistente social) vão nos ajudar a compreender os desafios em torno do objeto de pesquisa e a problematizar os desafios em torno da ressocialização. O cronograma de trabalho para a pesquisa de campo foi elaborado pensando nas limitações e buscando a melhor estratégia para que a pesquisa possa ter profundidade.

3.2 - Desenvolvimento da Pesquisa de Campo.

A pesquisa de campo teve início em junho de dois mil e dois e segue até dezembro de dois mil e vinte e dois. Na minha conversa com o diretor do presídio falei a ele sobre a necessidade de se estender a pesquisa por mais tempo se por acaso houver a necessidade e ele concordou. Então, o que ficou decidido com relação a duração da pesquisa foi de seis meses e se assim precisar de mais tempo será concedido.

Os recursos usados na pesquisa foram: caderno de campo, gravador de voz e máquina fotográfica. Na minha conversa com o diretor do presídio quando estávamos decidindo um cronograma de trabalho, propus a ele que eu gostaria de conhecer toda a estrutura do presídio e as indústrias instaladas no estabelecimento, toda a parte administrativa e as celas onde estavam os detentos e assim ficou combinado.

No cronograma ficou decidido que eu estaria realizando entrevistas estruturadas com alguns reeducandos selecionados pela assistente social e a psicóloga do presídio. Ficou acordado entrevistar reeducandos que estão passando pelo processo de ressocialização.

Ainda com relação às entrevistas foram incluídos, o diretor do presídio, assistente social, psicóloga, agentes penais dos quais são interlocutores fundamentais para desvendar os desafios em torno do meu objeto de pesquisa. Todos os dados coletados, fotos, entrevistas, gravações, observações e resultados da pesquisa serão descritos no desenvolvimento deste trabalho.

3.3 – E a Covid-19? Quase me fez mudar o Campo de Pesquisa.

A pandemia da Covid-19 desestruturou todos os setores da nossa sociedade e do mundo. A economia, a vida social, o isolamento e os lockdown, e tantas outras coisas que foram afetadas por este vírus assolador. No nosso curso de antropologia social, que é na modalidade presencial, no período da pandemia passou a ser online.

Tínhamos aulas via a plataforma Google Meet, foi uma mudança que obrigou os professores a mudarem a forma pedagógica do ensino presencial, agora para a forma virtual. Para nós alunos, também não foi fácil se adaptar com o momento, não tivemos a oportunidade de nos encontrar ou nos reunir para nos conhecer e conversarmos presencialmente.

Com relação ao meu trabalho, confesso que fiquei muito preocupado ao ponto de pensar em mudar o campo a ser pesquisado. Para tanto, de fato, no início eu tive que tomar esta decisão. Primeiro, o fato era que não sabíamos quanto tempo iria durar os picos da pandemia. Segundo, o tempo de duração do curso de mestrado é curto. Terceiro, as visitas nos presídios foram impedidas ou quaisquer outras atividades desenvolvidas ali dentro.

Durante este período cogitei em mudar minha pesquisa para um projeto conveniado pela Agepen, chamado “Associação Nova Criatura”, são dois albergues que atendem cerca de cinquenta reeducandos do sexo masculino, do sistema semiaberto e egressos do sistema penal de Campo Grande MS.

Estive conversando com o líder da associação e ele permitiu a pesquisa e assim estive ainda por algumas vezes visitando os albergues. Neste período estive ainda coletando dados a partir de conversas com estes interlocutores e estes dados irão aparecer neste trabalho.

Diferente dos presídios, os albergues que estive pesquisando neste período de pandemia, eram lugares abertos, com quantidade menor de pessoas e cumprindo os protocolos de biossegurança vigentes naquele período não apresentava tanto risco como nos presídios fechados. No período da pandemia foram proibidas todos tipos de entradas nos presídios.

Como segue uma matéria veiculada pelo site, do “Sindicato dos Servidores da Administração Penitenciária do Estado do Mato Grosso do Sul”, cujo tema era, “Após

proliferação do coronavírus, Agepen suspende visitas presenciais em todos presídios de regime fechado de MS”¹³, veja a matéria:

Foi publicado no Diário Oficial do Estado desta segunda-feira (11), a suspensão das visitas presenciais em todos os estabelecimentos penais de regime fechado de MS até o dia 31 de janeiro. Para o SINSAP/MS, a medida foi adotada de forma tardia, pois em muitas unidades o vírus já está sem controle. Apenas o Estabelecimento Penal Masculino de Ponta Porã já teve 158 casos confirmados de Coronavírus. Desde o início da pandemia, o SINSAP/MS tem alertado as autoridades sobre o risco de contaminação generalizada nas unidades prisionais do Estado. O Sindicato vinha solicitando a suspensão das visitas, como uma das medidas de prevenção ao COVID-19. Em dezembro, o SINSAP/MS impetrou mandado de segurança para a suspensão das visitas presenciais aos presídios durante a pandemia do COVID-19. Os próprios relatórios divulgados pela AGEPEN-MS vinham demonstrando o crescimento vertiginoso de casos de contaminados. “A prevenção é a melhor forma de combater o coronavírus. É lamentável que a AGEPEN-MS tenha esperado chegar a esse ponto para suspender as visitas”, declara o presidente do SINSAP/MS, André Santiago. (Fonte: SINSAP/MS).

A situação naquele período das ondas severas, onde o vírus estava circulando, realmente deixou uma situação preocupante a todos. Com o passar do tempo o vírus da covid-19, foi diminuindo e assim novamente nos trazendo a esperança de concluir o trabalho no lugar original da pesquisa, “O Centro Penal Agroindustrial da Gameleira”.

3.4 – O Pedido de Autorização para a Pesquisa no CPAIG.

Me recordo que desde quando escolhi o tema da minha pesquisa e o lugar onde ocorreria o trabalho de campo, sempre gerou em mim uma ansiedade sobre o momento de pedir autorização para a pesquisa. Howard Becker (1999), em seu livro “Métodos de pesquisa em ciências sociais”, escreve sobre os problemas que envolvem a inserção no campo a ser pesquisado:

Inserção. Um problema que aflige quase todos os pesquisadores - pelo menos todos aqueles que tentam estudar, por qualquer método, organizações, grupos e comunidades do mundo real - é se inserir: conseguir permissão para estudar aquilo que se quer estudar, ter acesso às pessoas que se quer observar, entrevistar ou entregar questionários. (BECKER, 1999, p. 34)

¹³ Informações extraída do site:

<http://www.sinsap.com.br/novidade/apos-proliferao-do-coronavirus-agepen-suspende-visitas-presenciais-em-todos-presidios-de-regime-fechado-de-ms/1687>. Acessado em: 23/08/2022.

Assim como Becker (1999), destaca, essa aflição me acompanhou até o momento de ouvir que minha licença para a pesquisa havia sido aprovada. Creio que todo campo a ser pesquisado possui suas dificuldades de inserção. O desafio de conseguir interlocutores, muitas vezes é o recurso até chegar ao campo, ou como no meu caso que é a inserção num ambiente de prisão.

Para eu ter acesso ao campo que iria pesquisar, tive que encaminhar uma carta (O modelo da carta que encaminhei a Agepen será disponibilizado nos anexos do trabalho) solicitando a liberação da pesquisa para a Agepen. Este processo se deu através do meu orientador, professor Asher Brum, que a todo momento esteve me ajudando quanto às orientações necessárias.

Quanto a este processo complexo de inserção ao campo Howard Becker (1999), compreende que pouca atenção se é dada a algo que traz tanta inquietação ao pesquisador:

De qualquer modo, a questão de se conseguir permissão para conduzir um estudo têm recebido pouca atenção na discussão metodológica séria. O que existe na literatura trata, na maior parte, da questão da ética. (BECKER, 1999, p. 36).

Uma das maiores dificuldades encontradas na liberação de pesquisadores dentro de uma prisão é pelo fato de ser uma instituição do Estado. Esta dificuldade foi enfrentada pela pesquisadora Liv Gaborit (2019), em seu artigo “Olhando através dos Portões da Prisão”, assim ela descreve, “*e as autoridades são apreensivas quanto a abrir os portões das prisões para pesquisadores*” (GABORIT, 2019, p. 3).

Como citado neste trabalho, as prisões no Brasil não possui estruturas adequadas para receber presos, a superlotação, as más condições das estruturas físicas dos presídios, a alta proliferação de doenças, contingente de agentes limitado, falta assistência jurídica e social, faz com que o estado se limite a permitir pesquisas em ambientes de prisão.

Outrora, no meu caso não tive tantos problemas quanto a liberação da pesquisa por parte da Agepen. Logo após o envio da carta, me recordo que levou cerca de aproximadamente vinte dias para a chegada da resposta por parte da instituição. Segue a resposta que recebi da instituição:

Resposta: Agepen, 23 de Junho 2022.

Informamos que foi autorizada a entrada do mestrando José Adauto Rocha da Silva para a realização da pesquisa "Por trás das Grades e Fora das Grades: Um Estudo Antropológico sobre ressocialização nas experiências de Vida dos detentos do Centro Penal Agroindustrial da Gameleira de Regime Semiaberto/CPAIG". Quanto ao agendamento das datas, solicitamos que o mestrando entre em contato com a Unidade, pode ser via telefone no número 3901-XXXX, para realizar agendamento de forma que atenda a ambos. (Fonte: Adauto Rocha)

A inserção ao campo é um dos primeiros degraus que o pesquisador enfrenta nesta jornada de coletar dados para o trabalho. Porém, no meu caso, julgo como o mais importante devido ao ambiente que estou pesquisando. Conquanto, não chegamos a este ponto e assim com a liberação segui com minha pesquisa. Outros detalhes sobre a inserção no campo continuarão nos próximos capítulos deste trabalho.

3.5 - A Inserção. A Experiência do Primeiro contato com o Campo.

“É impossível passar por uma prisão e sair sem marcas e feridas. Acontece com todos. Com os que para lá são mandados, para cumprir uma pena. Com funcionários e visitantes. E, por que não, com pesquisadores”. (LEMGRUBER, 1999 – prefácio à segunda edição).

Figura 1 – MS 455 - Estrada da Gameleira.



Fonte: Arquivo do Autor.

A primeira foto foi logo quando entrei na estrada da Gameleira, muito famosa em Campo Grande, pelo fato de dar acesso a vários presídios da cidade, inclusive ao presídio federal. A segunda foto eu tirei logo que me aproximei do presídio, e perceba que ele está entre pés de eucaliptos. Quero começar relatando a minha experiência de inserção ao campo um pouco antes de ter tirado estas fotos.

Logo após receber a liberação para a pesquisa, a primeira orientação foi entrar em contato no CPAIG e conversar com a direção do presídio. Ao ligar, quem atendeu a ligação foi uma agente que estava de plantão. Me identifiquei e logo ao saber que era um pesquisador da UFMS, passou a ligação para o diretor do presídio. O diretor do presídio, ao atender a ligação logo me falou que já havia sido notificado pela Agepen, quanto a pesquisa que seria realizada no presídio.

O diretor do presídio foi muito simpático comigo, e me perguntou, “*Como será esta pesquisa? O que você precisa? O que você exatamente quer? De que forma posso te ajudar?*” Ao tentar explicar para ele, percebi que seria um pouco complicado lhe falar sobre o objetivo da pesquisa por telefone. Sugeri para ele que marcássemos a

primeira visita ao CPAIG, e assim poderia com calma lhe explicar sobre o objetivo da pesquisa e elaboramos um roteiro de trabalho.

O diretor, sempre muito simpático e atencioso, concordou com a minha proposta e marcamos a primeira visita para a próxima semana, que seria numa terça feira, às treze horas. Após se passarem alguns dias, então chegou o grande dia. Era o dia cinco de Julho de dois mil e vinte e dois, acordei pela manhã e por sinal uma manhã que o sol estava brilhando muito, tudo indicava que aquele dia seria muito produtivo.

Desde quando me levantei, já estava muito ansioso com a primeira visita ao campo. Preparei o meu diário de campo, comprei duas canetas, elaborei um rascunho de como poderia ser meu roteiro de trabalho que iria apresentar ao diretor do presídio.

No horário combinado, parti rumo ao CPAIG. Da minha casa ao presídio eram cerca de vinte e cinco minutos de viagem. No decorrer da viagem, confesso que estava muito ansioso, preocupado com a minha conversa com o diretor. Faltando cerca de quinhentos metros para entrar no presídio, parei o carro, desci e fotografei aquele momento tão esperado para qualquer estudante de Antropologia, que irá realizar uma pesquisa de campo.

Roy Wagner (2014), em “A Invenção da Cultura”, relata a sua primeira experiência ao estudar o povo Daribi na Nova Guiné, ele revela suas expectativas quanto ao campo que iria estudar:

Quando fui fazer trabalho de campo entre os Daribi da Nova Guiné pela primeira vez, eu tinha certas expectativas quanto àquilo que esperava realizar, ainda que, naturalmente, tivesse poucas noções preconcebidas sobre "como seriam" aquelas pessoas. Afinal de contas, o trabalho de campo é um tipo de "trabalho": é uma experiência criativa, produtiva, muito embora suas "recompensas" não necessariamente se materializam da mesma maneira que aquelas obtidas em outras formas de trabalho. O pesquisador de campo produz uma espécie de conhecimento como resultado de suas experiências, um produto que pode ser mascateado no mercado acadêmico como "qualificação" ou inscrito em livros. (WAGNER, 2014, p. 49).

Foi exatamente este sentimento descrito por Wagner (2014) “*Como seriam, aquelas pessoas*”, que eu sentia naquele primeiro contato que teria com o campo. Confesso que no decorrer de todo este período de preparação, criamos expectativas enormes a respeito daquilo que almejamos conseguir com nossa pesquisa de campo. Pelo fato destas expectativas é que gera em nós ansiedade e medo de não chegarmos ao nosso alvo.

Assim estava eu naquele momento. Será que me receberam bem? As minhas expectativas serão superadas? Outrora, afinal meu campo de pesquisa é um presídio que por si só já nos causa um desconforto natural.

Ao parar o carro, desci e fiquei ali um pouco e comecei a me lembrar das experiências de Malinowski (1982), em “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, em que, logo na introdução, ele define o método da etnografia, e relata sua primeira experiência ao chegar na Nova Guiné. Ele descreve que era apenas um iniciante, sem experiência, sem roteiro e ninguém para ajudá-lo.

Assim me senti naquele momento, sozinho, e apenas ouvindo o som dos ventos batendo nas árvores de eucaliptos, ladeando o presídio. Assim Malinowski (1982), descreve sua iniciação no campo:

Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. Tendo encontrado um lugar para morar no alojamento de algum homem branco – negociante ou missionário – você nada tem para fazer a não ser iniciar imediatamente seu trabalho etnográfico. Suponhamos, além disso, que você seja apenas um principiante, sem nenhuma experiência, sem roteiro e sem ninguém que possa auxiliar – pois o homem branco está temporariamente ausente ou, então, não se dispõe a perder tempo com você. Isso descreve exatamente minha iniciação na pesquisa de campo, no litoral sul da Nova Guiné. Lembro-me bem das longas visitas que fiz às aldeias durante as primeiras semanas, do sentimento de desespero e desalento após inúmeras tentativas obstinadas mais inúteis para tentar estabelecer contato real com os nativos deles e conseguir material para a minha pesquisa. Passei por fases de grandes desânimos, quando então me entregava a leitura de um romance qualquer, exatamente como um homem que, numa crise de depressão e tédio tropical, se entrega à bebida. (MALINOWSKI, 1982, p. 23).

A experiência descrita por Malinowski (1982), de se deparar com a solidão no campo, momentos de tédio e inexperiência, são realidades que somente experimentamos quando temos este contato com o campo de pesquisa. O meu primeiro contato com o campo, os momentos de espera para liberar minha entrada no presídio, a falta de experiência nas abordagens e contatos nos faz ter estes sentimentos, comuns à vida de um pesquisador que está conhecendo a terra, o povo e desvendando os mistérios em torno do seu objeto de pesquisa.

Figura 2 – Portão Principal. Entrada do CPAIG.



Fonte: CPAIG.

Ao me aproximar do CPAIG, entrei e coloquei o carro no estacionamento exclusivo para visitantes, desci e caminhei até a entrada principal do presídio. Ao me aproximar do portão principal, não havia ninguém, nenhum guarda ou qualquer outra pessoa desta natureza. Mas, em instantes, o portão se abriu automaticamente e logo percebi que alguém estava me observando a tempo, mesmo que eu não o percebesse.

Para o pesquisador, em ambiente de prisão é importante compreender que em todos os momentos está sendo extremamente vigiado como um “Panoptismo”, descrito por Michel Foucault (1997): *“Daí o efeito mais importante do panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder”* (FOUCAULT, 1997, p. 195).

O monitoramento de pessoas é muito severo dentro de uma prisão e ao redor dela. Falo isso pelo fato de ter entrado na sala de monitoramento do CPAIG, e fiquei impressionado com tantas câmeras posicionadas em todos os lugares, mas sobre essa sala estarei detalhando no decorrer do trabalho.

Figura 3 - Entrada do CPAIG. Recepção e Identificação.



Fonte: Arquivo do Autor.

Ao abrir o portão, entrei e caminhei cerca de cinquenta metros até a recepção. Ali dentro daquela espécie de cabine, estava uma senhora agente penal, e, com um sorriso, me perguntou em que poderia me ajudar. Me identifiquei como pesquisador da UFMS, e ela me falou que estava sabendo da minha visita e a minha entrada estava permitida.

Vale destacar que, independentemente de quem seja a pessoa advogado, policiais, promotores ou qualquer outra autoridade, todos são submetidos aos protocolos de segurança e ainda tive de mostrar um documento com foto, o qual é retido durante todo período em que a pessoa estiver dentro do presídio e numa ficha é descrito sua identificação e motivo da visita. Logo após o cumprimento do protocolo, é entregue um crachá com a identificação do seu motivo de estar ali, que, no meu caso, foi enquadrado como visitante.

Depois de cumprir o protocolo de entrada, a agente penal me pediu para aguardar um momento e disse que logo o diretor iria me atender. Foi exatamente neste momento que fiz o que Roberto Cardoso de Oliveira (1998) descreve:

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo - ou no campo - esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre

o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. (CARDOSO, 1998, p. 19).

Concordo também com Uriarte (2012), que compreende que nosso olhar é mudado pela teoria, que nos ajuda a domesticar o nosso olhar:

A teoria e a prática são inseparáveis: o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria. Antes de ir a campo, para nos informarmos de todo o conhecimento produzido sobre a temática e o grupo a ser pesquisado; no campo, ao ser o nosso olhar e nosso escutar guiado, moldado e disciplinado pela teoria; ao voltar e escrever, pondo em ordem os fatos, isto é, traduzindo os fatos e emoldurando-os numa teoria interpretativa. (URIARTE, 2012, p. 1).

Foi exatamente isso que aconteceu comigo, a domesticação teórica do meu olhar, apontado por Cardoso (1998), me fez perceber muitas coisas diferentes naquele ambiente. Eu não saberia precisar quantas monografias e livros que li sobre presídios na preparação teórica para o campo, além de que minhas experiências em presídios no interior do estado, domesticaram meu olhar, ensinaram-me a ver um presídio como algo totalmente diferente do que eu comecei a enxergar naquele momento.

A primeira vez que entrei no PED (Presídio Estadual de Dourados), a experiência que tive foi ver algo totalmente diferente. Em primeiro lugar, logo na entrada, fui recebido de forma muito truculenta, tive que passar por raio-x, revista manual, tive a sensação naquele momento que havia cometido algum crime. O cheiro de mofo, as paredes sujas e danificadas, presente nos presídios, me fizeram mudar o meu olhar quando ao CPAIG. Na leitura de artigos e monografias feitas em presídios de todo o país, sempre é relatado estes problemas presentes nestas instituições, Di Santis; Engbruch (2016), Filho (2002), Turri (2016).

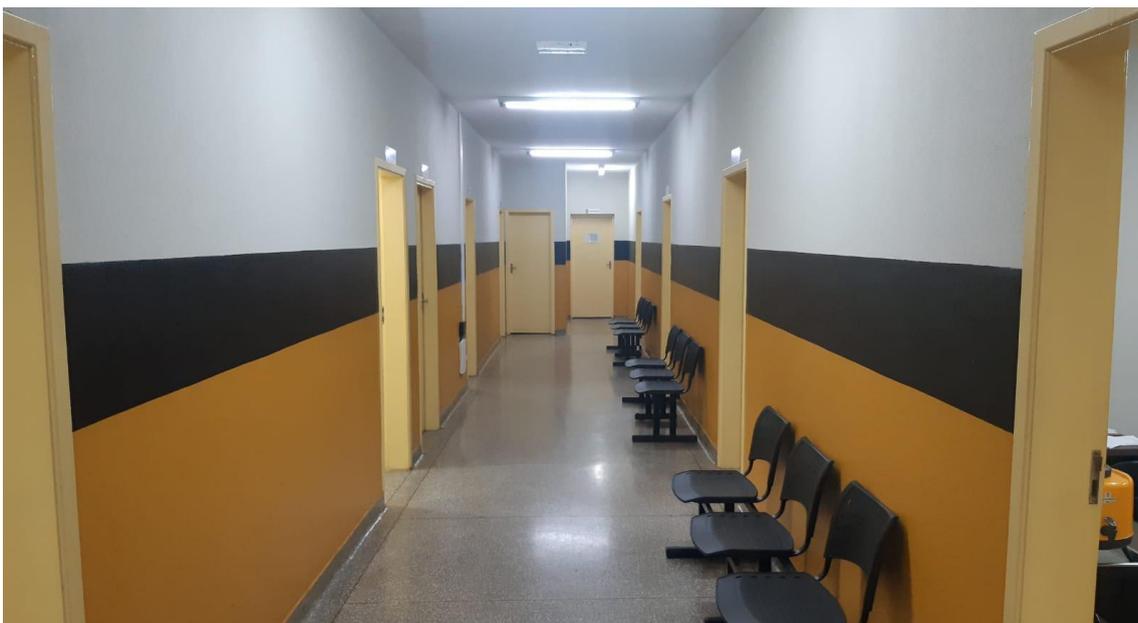
Figura 4 – 2º Portão de Entrada no CPAIG.



Fonte: Arquivo do Autor.

Sendo assim, comecei a observar com olhares atentos, e ver o piso brilhando como podemos ver na foto acima, tudo no seu devido lugar. Com relação ao olfato, eu estava sentindo um cheiro de desinfetante de eucalipto, pois, a pouco haviam limpadado aquela área e exalava um cheiro gostoso de sentir, deixando a sensação de limpeza e higiene. Tudo muito diferente de um presídio que eu já havia visitado anteriormente e os registros em livros que eu havia lido.

Figura 5 – Salas Administrativas do CPAIG.



Fonte: Arquivo do Autor.

Confesso que estava impressionado com tudo que via naquele momento. Comecei a andar um pouco mais, porém, vale destacar que, eu estava sempre vigiado por agentes que ali se encontravam. Mas, como um bom etnólogo, tomado de muita curiosidade, fui avançando a passos curtos, para não chamar muito a atenção e não levar uma advertência logo no primeiro dia, segui para saber se tudo era daquela maneira mesmo, voltei a minha atenção para o corredor administrativo do CPAIG, como segue a foto acima.

Impressionante o que vi, tudo limpo, as paredes pintadas, ouvia poucos barulhos e percebi que nas salas todos que ali trabalhavam estavam focados. Uma observação importante é quanto às cores nas paredes do CPAIG, elas seguem exatamente as cores adotadas pela AGEPEN, que administra todos os presídios do estado, ou seja, o preto, amarelo e branco são cores adotadas como padrão para todos os presídios do estado.

Figura 6 – Foto A - Espaço entre as celas e o Pavilhão Administrativo.



Fonte: Arquivo do Autor.

Figura 7 – Foto B - Espaço entre as celas e o Pavilhão Administrativo.



Fonte: Arquivo do Autor.

Logo após olhar o corredor administrativo do CPAIG, olhei para o meu lado direito e percebi que os agentes estavam conversando e suas atenções não estavam mais em mim, talvez por estarem tranquilos com a minha presença ali, afinal, ouviram a agente da recepção dizer que eu era um simples pesquisador da UFMS e o diretor me

aguardava. Munido desta segurança, decidi avançar um pouco mais, a passos curtos e com cautela para não chamar a atenção.

Então, envolvido na minha curiosidade, passei o portão e fiquei entre o espaço que fazia a divisão entre as celas e o pavilhão administrativo, como segue nas fotos acima. Impressionado!!!! Esta é a palavra que define a minha sensação naquele instante. Olhei, para um lado, depois para o outro, e fiquei encantado, com as gramas cortadas na régua, pés de coqueiros e plantas ornamentais que chamavam a atenção para as belas flores que enfeitavam aquele lugar.

Talvez você que esteja lendo estes relatos sobre a minha experiência da inserção no campo possa estar se perguntando, mas porque tanto espanto com as cenas vistas neste lugar? A resposta é simples. Quando estudamos sobre teorias acerca de presídios sempre nos deparamos com ambientes hostis, de medo, morte, dores, sofrimento, condições precárias, doenças, enfim, com relação a tudo, isto é verdade.

Foucault (2014), em seu livro “Vigiar e Punir”, descreve sua percepção sobre a prisão: *“Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa, quando não inútil. E, entretanto, não “vemos” o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão”*. (FOUCAULT, 2014, p. 224). Para Foucault (2014), a prisão é um lugar que não deveria existir, isto pela sua obviedade que é abrigar pessoas que pelo aparelho judicial foram condenadas a pagar por crimes que infringem as normas sociais.

“A prisão, essa região mais sombria do aparelho de justiça...” (FOUCAULT, 2014, p. 249), creio que o fato de Foucault (2014) definir a prisão como região sombria, pode-se compreender também pelos perigos que ela oferece pelo simples fato de não cumprir com a sua finalidade de *“Aparelho de transformar indivíduos”* (FOUCAULT, 2014, p. 225).

Como já foi escrito neste trabalho, o PCC, a maior organização criminosa do país em atividade até o momento, surge como um movimento dentro do presídio de Taubaté, com o objetivo de exigir direitos que não eram cumpridos conforme assim descreve as leis penais, o aumento da violência praticado dentro dos presídios por forças policiais também faziam parte das reivindicações.

Eles ainda afirmaram que pretendiam combater a opressão dentro do sistema prisional paulista e vingar a morte dos cento e onze presos mortos em 2 de outubro de 1992, no "massacre do Carandiru", quando a Polícia Militar matou presidiários no pavilhão 9 da extinta Casa de Detenção de São Paulo.

Tenho observado e percebido que as pessoas possuem um certo receio quando se fala em presídio. Passar em frente de um presídio, morar próximo, visitar ou conversar sobre o assunto, sempre provoca nas pessoas um desconforto, e isto, é pelo fato do que o tema presídio representa no imaginário das pessoas.

Figura 8 - Sala do Diretor do CPAIG.



Fonte: Arquivo do Autor.

Figura 9 – Mesa de Reuniões e Café.



Fonte: Arquivo do Autor.

Neste período em que fiquei observando os detalhes e toda a movimentação na recepção do CPAIG, e enquanto aguardava o diretor, levou cerca de uns dez a quinze minutos. Passando estes minutos, o diretor então chega e pede para eu segui-lo até sua sala. Logo ao chegar na porta e avistar a sala, pensei, mais que sala bonita!!!

As fotos acima tiradas por mim, mostram por si só a minha reação. Observando os detalhes, era uma sala com ar condicionado, geladeira, móveis e cadeiras de bom padrão, uma mesa de reuniões e realizar café da tarde. Sobre a mesa, xícaras, copos e vários potes com variadas balas e doces aos visitantes que ali entram. Diferente de alguns diretores de presídio que outrora eu havia conhecido, o diretor do CPAIG, desde o nosso primeiro contato que foi via telefone, sempre se mostrou muito atencioso e aberto para me ajudar na pesquisa.

Ele pediu para que me sentasse, e então nos cumprimentamos e começamos a conversar. Me apresentei e assim também ele fez o mesmo e já começou a me falar da sua trajetória como agente penitenciário na Agepen. Ainda compartilhou comigo um pouco da história do CPAIG e enfim comecei a compartilhar com ele sobre o objetivo principal da pesquisa.

Após ouvir o objetivo da minha pesquisa e compreendê-la, percebi que o agradou muito e me disse:

Adauto, a muito tempo tenho sido cobrado pela Agepen por conta da necessidade de melhor ser conhecido nosso trabalho no CPAIG. O nosso presídio tem recebido visitas de autoridades de todo o país, para conhecer os projetos desenvolvidos e as inúmeras parcerias que temos com empresas de várias modalidades e seguimento. Desde que assumi a direção do CPAIG, muitas mudanças ocorreram, na parte de infraestrutura do prédio, lutamos muito para fazer parcerias com indústrias, empresas e seguimentos da sociedade. Confesso a você que até o presente momento nunca foi realizado um estudo científico sobre o CPAIG, principalmente pelo fato da pesquisa ocorrer por um aluno de mestrado da UFMS, que goza de tanto prestígio e seriedade. Agora que você está me falando que seu trabalho ficará a disposição num banco de dissertações produzidas a disposição de todos que assim tiver interesse em conhecer o trabalho, ficou ainda mais alegre. Eu quero dizer para você, que eu mesmo estarei caminhando com você e mostrando toda a estrutura do CPAIG e também falando sobre tudo o que acontece no nosso dia a dia. Os projetos empresariais, que estão instalados aqui, e também os projetos externos. Compromisso firmado. (FONTE: Adauto Rocha).

Confesso que fiquei feliz ao ouvir as palavras do diretor do CPAIG, ao compartilhar com ele sobre o objetivo da pesquisa que de fato é realizar um estudo que venha mostrar as iniciativas e resultados dos projetos desenvolvidos com a finalidade de ressocializar detentos que estão neste processo de retornar ao convívio social.

Também imagino, que o fato de me alegrar com a reação recebida por parte do diretor possa estar associada às experiências vividas por outros pesquisadores que tiveram experiências totalmente diferentes das que tive ao entrar no campo e ser bem recebido e receber total apoio da gestão do presídio para o desenvolvimento do trabalho. Para tanto, me sinto privilegiado e ao mesmo tempo com uma responsabilidade maior na construção do meu trabalho.

Ao me deparar com a animação do diretor, em ver o CPAIG, sendo estudado e descrito em uma dissertação de mestrado, me fez lembrar das experiências de William Foote Whyte (2005), em seu livro “Sociedade de Esquina”, quando retornou a Cornerville, e perguntou sobre a reação dos seus interlocutores acerca de suas impressões a respeito do livro. Em seu diálogo com Pecci, um de seus interlocutores relata que em alguns momentos fez de tudo para que o livro não fosse lido e nem divulgado, como assim ele descreve:

Presumo que, de sua maneira discreta, Pecci fez todo o possível para desencorajar a leitura local do livro, pelo embaraço que poderia causar a vários indivíduos, inclusive a ele mesmo. Por exemplo, dificilmente seria uma leitura agradável para os que ocupavam as posições inferiores entre os Bennett, pois veriam quão baixo era seu status e em que tipo de dificuldades eles se metiam. Portanto, tenho a maior simpatia pelos esforços de Pecci em limitar a circulação do livro. (WHYTE, 2005, p. 329).

Um dos momentos que mais me marcaram na leitura do livro de Whyte (2005), foi exatamente sobre as impressões dos informantes acerca da escrita do seu trabalho. Roberto Cardoso de Oliveira (1998), em seu livro “O trabalho do Antropólogo”, descreve que a escrita de um trabalho etnográfico, passa pela interpretação do etnólogo que envolve todo um processo que é desde as observações, o discurso da disciplina, o que ele chama de “Refração”:

O momento do escrever, marcado por uma interpretação *de e no* gabinete, faz com que aqueles dados sofram uma nova "refração", uma vez que todo o processo de escrever, ou de *inscrever* as observações no discurso da disciplina, está contaminado pelo contexto do *being here* - a saber, pelas conversas de corredor ou de restaurante, pelos debates realizados em congressos, pela atividade docente, pela pesquisa de biblioteca ou *library fieldwork*, como, jocosamente, se costuma chamá-la, entre muitas outras atividades, enfim pelo ambiente acadêmico. (CARDOSO, 1998, p. 27).

James Clifford (2002), em seu livro, “Etnografia Antropológica”, descreve o método como uma “experiência”, que é construída a partir de um mundo de significados, sentimentos, percepções e sentimentos:

Seguindo os passos de Dilthey, a “experiência” etnográfica pode ser encarada como a construção de um mundo comum de significados, a partir de estilos intuitivos de sentimento, percepção e inferências. Essa atividade faz uso de pistas, traços, gestos e restos de sentido antes de desenvolver interpretações estáveis. (CLIFFORD, 2002, p. 36).

A etnografia é um método interpretativo, que envolve as experiências do etnólogo junto a seus informantes. Outrora, sendo assim para Clifford (2002), “*a "experiência" tem servido como uma eficaz garantia de autoridade etnográfica*” (CLIFFORD, 2002, p. 36). Assim, como para os autores citados a autoridade etnográfica, se dá pela experiência, devemos assim continuar vivenciando e experimentando as experiências no campo.

Acredito que minha preocupação com relação a autoridade etnográfica que também passa pela responsabilidade que temos de narrar os fatos observados, experiências vividas e relatos dos informantes se justifica principalmente porque somos profissionais e compreendemos a importância do nosso trabalho.

Em um artigo publicado pela revista DR, as autoras, Oiara Bonilla e Bruna Franchetto (2020), trazem uma entrevista com uma estudante de antropologia social,

chamada de Nelly, Indígena da tribo Marubo, no Amazonas onde ela narra para a revista as palavras de apelo das mulheres da sua aldeia, *“Os antropólogos contam tudo errado! Nós somos as autoras das nossas falas, e queremos que você conte do jeito que a gente contar para você. E que você coloque isso no papel”*, (BONILLA; FRANCHETTO, 2020, p. 4).

O relato desta fala, vindo de uma interlocutora, mostra a ideia que muitos informantes têm a respeito do antropólogo (etnólogo). A fala do informante ao chegar aos ouvidos do etnólogo tende a passar pela interpretação dos fatos narrados do que Cardozo (1998), chama de “Refração”. Clifford Geertz (2008), em seu livro “Interpretação da Cultura”, afirma que o homem é um animal amarrado em suas teias de significados que ele mesmo constrói:

O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 2008, p.4).

Compreendo a partir de Geertz (2008), que além do método da etnografia ser interpretativa, ela também passa pelas experiências do etnólogo tais como as suas ideologias, convicções e formação teórica. A antropologia que é uma ciência interpretativa, investigativa se mostra cada vez mais necessária para o estudo dos seus limites e métodos.

Bem, mais voltando ao meu encontro com o diretor do CPAIG, e após expor a ele um possível roteiro de trabalho, ficou assim definido minha agenda de visitas no CPAIG.

Roteiro da pesquisa:

- Todas as terças feiras, às treze horas será minha visita ao campo;
- Foi autorizado a entrada de: Diário de Campo, canetas, gravador, fotografar;
- Foi autorizado: A seleção de informantes para a entrevista estruturada;
- Foi autorizado: Entrevistas com assistente social, psicóloga;
- Com relação a duração da pesquisa, ficou definido que a sua duração será o tempo necessário para coleta dos dados para o trabalho.

3.6 - Conhecendo o Centro Penal Agroindustrial da Gameleira.

Figura 10 – Vista Aérea do CPAIG.



Fonte: Google Maps.

O Centro Penal Agroindustrial da Gameleira de Regime Semiaberto é um estabelecimento penal, destinado a presos condenados do sexo masculino que cumprem pena em regime semiaberto. Criado pelo Decreto nº 12.990, de 14 de maio de 2010, publicado no DOE nº 7.707, de 17 de maio de 2010, está localizado na Estrada da Gameleira - Km 455 - Zona Rural - Campo Grande - Mato Grosso do Sul.

Atualmente o CPAIG, tem 1217 reeducandos¹⁴. Através do diretor do presídio, me foi concedido um resumo total dos reeducandos divididos por setor de trabalho. Um relatório privilegiado e que não está disponível o acesso ao público, contendo as parcerias e forma como estão divididos os trabalhos dos reeducandos.

Através deste relatório podemos conhecer a quantidade de parcerias como indústrias, empresas, instituições e projetos que têm acreditado na ressocialização de detentos no Mato Grosso do Sul.

Através do resumo me concedido sobre a atual movimentação no CPAIG, podemos perceber que a quantidade de empresas e parcerias envolvidas oportunizam os

¹⁴ SIAP – Sistema Integrado de Administração Penitenciária.

detentos a mais oportunidades de trabalho. Atualmente o CPAIG, tem 87,89 %. O trabalho prisional, está assegurado pela LEP¹⁵, (Lei de Execução Penal) e no artigo 28, reitera que existe dupla finalidade na execução da lei: a educativa e a produtiva, e o reeducando será sempre remunerado.

3.7 - Um Dia de Campo: Conhecendo Projetos instalados dentro do CPAIG.

O meu objetivo com o trabalho de campo visitando as estruturas dentro do CPAIG, é observar, compreender e investigar como funciona toda a estrutura usada no processo de ressocialização. As impressões, e observações que serão feitas vão contribuir para compreender o meu objeto de pesquisa que gira em torno da ressocialização de presos.

O CPAIG, possui mais de mil e duzentos reeducandos e cerca de oitenta e sete por cento estão ativamente trabalhando, outrora dentro do presídio e fora também através de convênios em várias empresas. O meu primeiro objetivo em desvendar os problemas em torno do meu objeto de pesquisa é conhecer, investigar e dialogar sobre os fatos que outrora somente ouvia falar sobre o CPAIG.

A minha experiência realizando trabalho de campo, sempre foi marcada por novas descobertas em cada visita. Talvez pelo fato das minhas visitas terem sempre a duração de duas horas no campo me fizeram gerar expectativas de aproveitar o máximo cada minuto.

A investigação em terrenos de prisão não nos permite ter as experiências que Malinowski (1982), teve nas Ilhas Trobriand. Ele, descreve suas experiências no campo em determinados momentos como períodos de grandes desânimos, que geravam muitas sentimentos:

Passei por fases de grandes desânimos, quando então me entregava a leitura de um romance qualquer, exatamente como um homem que, numa crise de depressão e tédio tropical, se entrega à bebida. (MALINOWSKI, 1982, p. 23)

Ao pesquisador em terrenos de prisão não é permitido sua permanência de longa duração no ambiente. Outrora, as rodas de conversas, amizades construídas, o anoitecer ou amanhecer com o povo, tudo isto é vetado em ambientes assim. Outrora, vale

¹⁵ **LEP (Lei de Execução Penal):** Decreto-Lei n. 2.848, de 07/12/1940 (Código Penal) – no artigo 39 -, e a Lei n. 7.210, de 11/7/1984.

considerar que ambientes assim também nos proporcionam emoções que ficaram em nossas memórias. Numa investigação em terreno de prisão, em suas primeiras visitas ou contato com o campo, existem calafrios, boca seca, medo, ansiedade, dúvidas e tantas outras experiências geradas no etnólogo.

Camila Dias (2011), em sua tese de doutorado, “Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista”, descreve uma experiência vivida ao observar como era feito os procedimentos de segurança naquele presídio:

Decorrente desse mesmo problema de a sala ser próxima ao portão principal da unidade era a necessidade de algemas nos pés e nas mãos dos presos que vinham para a entrevista. A imposição desse procedimento de segurança para todos os presos que tivessem acesso a esse local me causou um enorme mal-estar na medida em que a colaboração com a pesquisa acabava por expor esses indivíduos a uma situação extremamente vexatória, vindo algemados desde o interior da unidade, passando pelo longo corredor do prédio administrativo conduzidos por um funcionário da mesma maneira que se conduz um animal feroz que se acaba de caçar (DIAS, 2011, p.39).

A experiência vivida por Dias (2011), faz parte de um ambiente com estas características, que tem o poder de afetar o nosso emocional e muitas vezes nos choca quando enfrentamos a realidade do dia a dia.

Uma experiência minha vivida no CPAIG, foi quando tive acesso ao pavilhão das celas onde ficam os detentos de alta periculosidade como os estupradores, esquartejadores, serial killers, pedófilos. Caminhando em direção ao pavilhão, o diretor do presídio explicou que a esses detentos não é permitido trabalhar nem internamente ou externamente, pelo fato do perigo que eles representam.

Ao chegar às celas e encarar aqueles homens, com seus olhares curiosos para mim e de agonia naquele lugar de isolamento, confesso que gerou em mim medo, angústia e claro vontade de me afastar rapidamente daquele lugar.

Figura 11 – Celas Destinadas a Presos Perigosos.



Fonte: Arquivo do Autor.

Quando estive com o diretor do presídio para montarmos uma agenda de visitas, ficou definido que eu estaria conhecendo todas as estruturas do presídio, as indústrias e fábricas existentes ali dentro. Quando compartilho sobre minhas experiências conhecendo o CPAIG, as pessoas ficam surpresas em saberem que ali dentro do presídio existe toda esta estrutura disponível para a ressocialização dos reeducandos.

O meu objetivo em descrever as minhas experiências conhecendo as fábricas e indústrias no CPAIG, é mostrar que ainda existe esperança por parte da sociedade civil organizada em realizar parcerias que oportunizam através do trabalho uma saída da vida do crime e sonhar com dias melhores. Te faço um convite para vir comigo nesta caminhada.

3.7.1 - Padaria da Liberdade.

Uma das minhas primeiras visitas foi à padaria da liberdade. Creio que isto se deu pelo fato da padaria está localizada ao lado do pavilhão administrativo. O diretor do

presídio me descreveu o grande desafio de implantar esta padaria no presídio. Dentre alguns desafios na implantação da padaria está o alto custo das máquinas e fornos para a produção de pães, salgados e outros produtos.

A produção da padaria é de dois mil e quinhentos pães por dia. Toda a produção tem como objetivo o abastecimento interno e também os pães vão para abastecer escolas da cidade. Os reeducandos que trabalham na padaria recebem treinamentos para produção de várias receitas de pães e bolos. Segundo o diretor do presídio, além dos reeducandos ganharem o seu salário, quando saírem do presídio já saem com uma profissão de padeiro.

Figura 12 – Fachada da entrada da Padaria da Liberdade.



Fonte: Arquivo do Autor.

Figura 13 – Produção de Pães doces, salgados.



Fonte: CPAIG.

A imagem acima mostra a produção de pães doces e salgados pela padaria da Liberdade. Os salgados produzidos na padaria são vendidos na salgaderia do presídio.

Figura 14 – Reeducandos trabalhando na Padaria Liberdade.



Fonte: CPAIG.

Caminhando e conhecendo o presídio tive o privilégio de entrar dentro da padaria da liberdade e ver o trabalho árduo dos reeducandos na produção de pães e outros produtos. Conversando com um reeducando que trabalha na padaria, ele me falou que os trabalhos começam logo às cinco horas da manhã. Ele me disse que todos os dias eles têm a missão de produzir pães e outros produtos. Ainda me falou que a rotina de trabalho segue até às dezesseis horas e após esse horário eles seguem para as celas.

Figura 15 - Produção de Pães Francês.

Fonte: CPAIG.

Os pães produzidos pela padaria Liberdade, são doados para escolas da cidade. Também são para o consumo interno no presídio e todos os dias são produzidos dois mil e quinhentos pães. Observei quando estive ali dentro da padaria o cuidado na higiene e na fabricação dos pães. A limpeza nas máquinas, mesas e demais objetos me chamaram a atenção. Segundo o diretor do presídio, há uma disputa entre os reeducandos para conseguir uma vaga na padaria.

Figura 16 - Curso de formação de padeiro.

Fonte: CPAIG.

O diretor do presídio me falou sobre a parceria que existe entre o CPAIG e o Senai¹⁶, na formação de padeiros para trabalhar na padaria da liberdade. Ainda existem outros cursos que o Senai oferece com o objetivo de oferecer uma profissão ao reeducando quando deixar o presídio.

3.7.2 - Real Food.

A Real Food é uma empresa terceirizada pelo CPAIG, para produzir as refeições dos detentos. A produção ultrapassa mais de duas mil marmitas por dia. A empresa usa cem por cento da mão de obra carcerária e ainda conta com uma nutricionista contratada para acompanhar toda a produção.

Estive conversando com a nutricionista e ela me disse que gosta de trabalhar naquela cozinha e que em nenhum momento se sentiu ameaçada ou sofreu algum

¹⁶ **SENAI** - Cursos de qualificação, destinado às pessoas que buscam a formação e desenvolvimento de competências de um determinado perfil profissional.

assédio por parte dos reeducandos. Ela afirmou que a equipe formada pelos reeducandos é muito eficiente na produção de todas as refeições diárias do presídio.

Figura 17 - Real Food. Produção de Marmitas.



Fonte: Arquivo do Autor.

O diretor do presídio, me levou na sala e cozinha onde os agentes penais fazem as suas refeições. Sentamos em uma das mesas e eu, curioso, o questionei sobre a razão das refeições dos agentes penais serem separadas. Ele me explicou que em anos atrás, houve um envenenamento de agentes penais.

Um reeducando colocou chumbinho na refeição dos agentes penais e quase houve uma tragédia. Após este fato a Agepen, orientou que as refeições dos agentes penais devem ser separadas. A cozinha conta com uma cozinheira contratada e uma auxiliar.

Figura 18 - Cozinha e Sala para as refeições dos agentes penais.



Fonte: Arquivo do Autor.

3.7.3 - Jade - Erva Mate para Tereré.

Quando estive visitando a fábrica de erva mate para tereré, o dia estava muito quente, era no mês de outubro, uma linda tarde e a temperatura passava dos trinta e cinco graus. Um dia muito convidativo para apreciar esta bebida tradicional para o povo Sul Mato Grossense que tem como tradição tomar o “Rico Tereré”¹⁷ que é muito consumido entre o nosso povo.

¹⁷ **TERERÉ** - É uma bebida ancestral que se prepara a partir da mistura de água gelada com ervas medicinais denominadas "pohã ñana" esmagadas em um pilão. E que acaba de ser reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

https://br.vida-estilo.yahoo.com/o-que-%C3%A9-o-terer%C3%A9-120135829.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAAFzRdjDrpEG7rb2VN_IVLGrOirmDX9JLgSA7S-CgBiHtzB89000joOyUeAClxCmN6rsE7Gir_xdUeuK-6jttuiwt0gJRDksna9dLZHKe6I5kFpRnw6cRMo3642uFzhsWa-PgQ1BPRkISM_zdi5sx938uw4bJHKyFaTC1Hg0CYnq
Acesso em: 27/12/2022.

Naquele dia tive o privilégio de conversar com o dono da fábrica instalada no CPAIG, que estava ali para acompanhar a produção. Eu fiz uma pergunta direta a ele: Por que o senhor colocou sua empresa no CPAIG?

Resposta do Empresário:

Já tenho minha empresa há anos aqui. A parceria que tenho com a Agepen nunca me trouxe problemas. Estou satisfeito com a parceria de anos por dois motivos. Primeiro, é pelo fato de estar apoiando a ressocialização dos reeducandos que são pessoas trabalhadoras e na minha empresa desenvolvem um bom trabalho na produção de ervas. Segundo, também pelos incentivos recebidos, o barracão que uso é fornecido pelo CPAIG, a mão de obra é mais barata e com isso posso estar investindo mais na ampliação da empresa. Estou planejando para o próximo ano estar aumentando a produção de ervas e assim aumentando a mão de obra. (Fonte: Adauto Rocha)

Figura 19 - Jade - Fábrica de Erva para Tereré.



Fonte: Arquivo do Autor.

Figura 20 - Jade - Fábrica de Erva para Tereré.



Fonte: Arquivo do Autor.

3.7.4 - Comper, Manutenção e Reformas.

“O Supermercado Comper é parceiro do CPAIG”, afirmou o diretor do presídio ao chegarmos no barracão que a empresa usa para realizar reformas e consertos em carrinhos de compras, cadeiras, prateleiras e móveis de escritório. Outrora, a empresa ainda usa mão de obra carcerária nos seus mercados espalhados pela cidade.

O diretor do presídio me falou que é difícil conseguir parcerias para usar mão de obra carcerária. Segundo ele, ainda existe muito preconceito sobre esta mão de obra, porém ao mesmo tempo ele comemora a grande quantidade de parcerias fechadas que podem beneficiar centenas de reeducandos que através do trabalho conseguem a sua inclusão ao convívio social.

Segundo o diretor do presídio é comum empresas contratarem reeducandos após o cumprimento de sua pena no CPAIG e inclusive o Comper, segundo ele tem funcionários até hoje, que no passado entraram como reeducandos do sistema penal.

Figura 21 - Comper - Consertos e Reformas.

Fonte: Arquivo do Autor.

3.7.5 - Bolas Sportball.

A fábrica de bolas é uma empresa que contrata muitos trabalhadores, pelo fato de toda produção ser manual. Estive conhecendo toda a estrutura da fábrica instalada no CPAIG, e também conversando com os reeducandos que trabalham na fábrica. O diretor do presídio, me disse que a fábrica é de São Paulo, e também é parceira há muito tempo.

Uma questão importante que o diretor do presídio me disse enquanto caminhávamos pela fábrica é que a maioria empregada na fábrica de bolas é da comunidade LGBT. O motivo segundo ele, é que estes reeducandos não gostam de trabalhar externamente por conta do preconceito e discriminação que sofrem (Homofobia), devido a estes fatores eles preferem trabalhar internamente. O diretor me disse que as vagas na fábrica de bolas são reservadas para esses reeducandos.

Figura 22 - Homens Trabalhando na Fábrica de Bolas.



Fonte: Arquivo do Autor.

3.7.6 - Fundição Edyp.

A Edyp é uma empresa de ferro fundido, que fabrica tampas para bueiros e esgoto. O diretor do presídio me disse que a tempo esta empresa é parceira do CPAIG. Atualmente são mais de cinquenta reeducandos contratados internamente e externamente. Observei que é um trabalho pesado e exige dos reeducandos cuidados e habilidade para manusear equipamentos pesados.

Figura 23 - Produção de Tampas de Esgoto.



Fonte: Arquivo do Autor.

Figura 24 - Produção de Grelha Boca de Lobo.



Fonte: Arquivo do Autor.

3.7.7 - Concrelaje - Pré Moldados.

A Concrelaje é uma empresa que atua na fabricação de pré-moldados. Cerca de cinquenta reeducandos trabalham nesta empresa internamente e externamente. Internamente, a empresa usa a mão de obra carcerária para montagem de grandes estruturas de ferragens.

O diretor do presídio me disse que os reeducandos que trabalham nesta empresa recebem cursos de montador de ferragens, que é um profissional muito procurado nas empresas de construção civil.

Figura 25 - Reeducandos Trabalhando na Montagem de ferragens.



Fonte: Arquivo do Autor.

3.7.8 - Fábrica de Paralelepípedo.

A fábrica de paralelepípedo é do CPAIG, o objetivo em criar esta fábrica é pela demanda na construção de calçadas e reformas tanto no CPAIG e nos demais presídios e instituições que solicitar. O diretor do presídio me disse que tanto a fabricação de

paralelepípedo, as pinturas, plantio de gramas, reparos e manutenções tem como objetivo criar mão de obra para empregar os reeducandos. A produção de paralelepípedo é alta, pois a fábrica não para de funcionar pela demanda de pedidos.

Figura 26 - Reeducandos Trabalhando na Produção de Paralelepípedo.



Fonte: Arquivo do Autor.

3.8 - Sustentabilidade, Reformas e Ampliações do CPAIG, de Onde Vem os Recursos?

A discussão sobre os custos de um presídio sempre esteve nos debates a respeito do tema. Sabemos que os custos são elevados para manter um presídio. Talvez, o maior problema da discussão que gera insatisfação se dá pela ineficiência da sua finalidade que é ressocializar.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ)¹⁸ calcula que a média nacional de custo por preso é de R\$ 2.400, porém, isto pode variar de estado para estado. Segundo o

¹⁸ CNJ - Conselho Nacional de Justiça. <https://www.cnj.jus.br/>. Acesso em: 27/12/2022.

Conselho, “os custos refletem gastos com sistema de segurança, contratação de agentes penitenciários e outros funcionários, serviços como alimentação e compra de vestuário, assistência médica e jurídica, entre outros”. (Fonte: CNJ).

No site do Jusbrasil¹⁹, tem um artigo intitulado, “Quanto custa um preso no Brasil?”²⁰, que traz um artigo muito importante para esclarecer sobre algumas dúvidas que temos a respeito do tema. Os recursos para financiar os presídios sai de onde?

O montante destinado à manutenção do sistema prisional vem do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) é gerido pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e foi criado pela Lei Complementar nº 799 de 1994, com a finalidade de proporcionar recursos e meios para a modernização e o aprimoramento do sistema penitenciário brasileiro. (Fonte: Jusbrasil, 2016)

O Funpen²¹ é constituído de recursos vindos de onde?

O Funpen é constituído de recursos provenientes das dotações orçamentárias, custas judiciais recolhidas em favor da União, arrecadação dos concursos de prognósticos, recursos confiscados ou provenientes da alienação dos bens perdidos em favor da União, multas de sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado, fianças quebradas ou perdidas, e rendimentos decorrentes da aplicação de seu patrimônio. (Fonte: Jusbrasil, 2016)

Onde é aplicado estes recursos arrecadados pelo Funpen?

Construção, reforma e ampliação de unidades penais; formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço penitenciário; aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados; formação educacional e cultural dos presos; e programas de assistência jurídica aos presos carentes. (Fonte: Jusbrasil, 2016)

Com estas informações temos uma breve noção de onde vem os recursos para a manutenção, investimentos e construções de presídios e também outros investimentos. Na sala do diretor do presídio, realizando uma entrevista com o mesmo, estive perguntando ao diretor de onde vem os recursos para que ele possa investir no CPAIG.

O motivo da minha pergunta está pautado exatamente pelo fato da escassez de recursos para investimentos em presídios no Brasil. Como já registrei neste trabalho

¹⁹ <https://www.jusbrasil.com.br/>. Acesso em: 29/12/2022.

²⁰ <https://politize.jusbrasil.com.br/artigos/431281471/quanto-custa-um-preso-no-brasil>. Acesso em: 28/12/2022.

²¹ FUNPEN - Fundo Penitenciário Nacional - Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

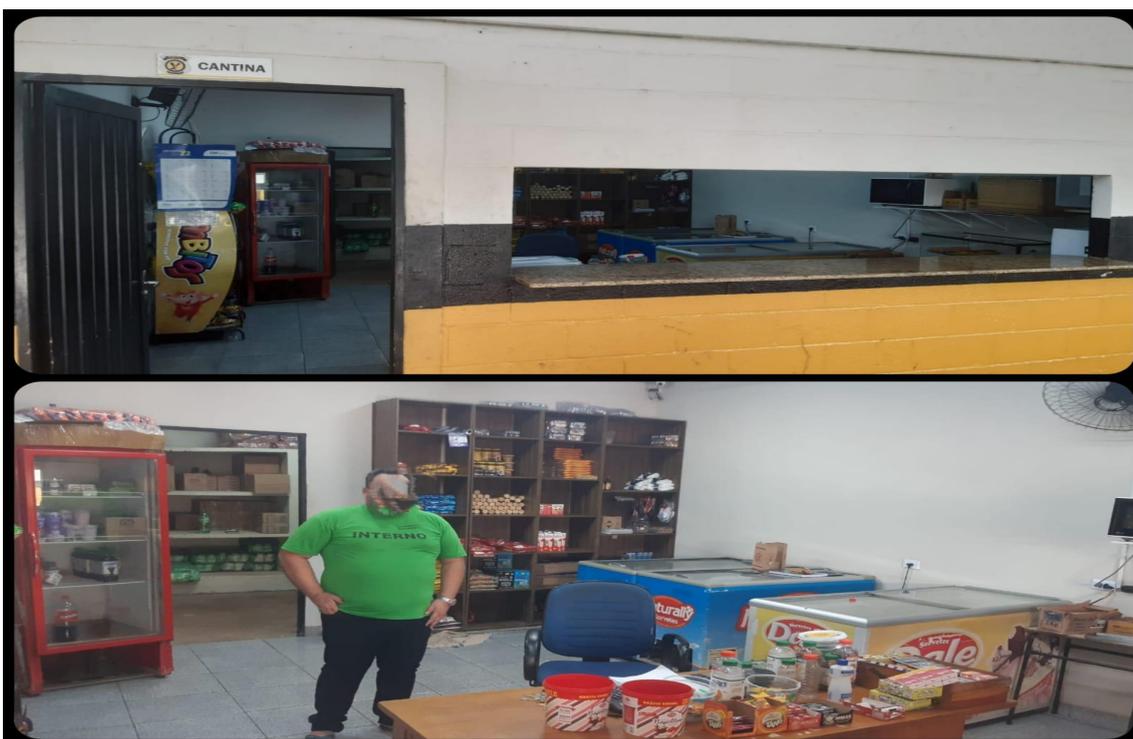
através de fotos o CPAIG, é um presídio que busca através de sua administração o mínimo para oferecer aos seus reeducandos. Reformas em salas, banheiros, jardins, muitos barracões com estruturas para receber empresas e empreendimentos para empregar seus reeducandos.

Nas entrevistas que tive com o diretor ele compartilhou comigo que existem licitações em andamento para mais ampliações e construção de barracões para novas parcerias com empresas e indústrias. Então fiz uma pergunta: De onde vem os recursos para sustentar o CPAIG?

Resposta do Diretor:

Quero começar respondendo a sua pergunta esclarecendo que as verbas destinadas aos presídios realmente são muito poucas para financiar as necessidades que existem. Não existem verbas para se investir em melhorias e ampliações em presídios no Brasil. Na verdade o que temos é para precariamente manter os serviços essenciais nestes estabelecimentos. Os presídios vivem uma crise, e os diretores de presídios precisam se reinventar e fazer milagres com as verbas que existem para financiar os presídios no Brasil. Com relação ao CPAIG, temos avançado e investido em construções, reformas e melhorias por algumas razões. Primeiro, somos um presídio semiaberto, onde os reeducandos trabalham e uma parte do seu salário vai para um fundo, onde através de licitações e projetos conseguimos investir esta verba no CPAIG. Segundo, temos uma cantina onde vendemos alimentos secos e molhados, refrigerantes, salgados, sorvetes. Quero compartilhar com você que já fomos os maiores vendedores de sorvetes de uma marca muito conhecida no nosso estado. A cantina do presídio tem sido uma saída para realizarmos investimentos altos no CPAIG. Imagine você, com mais de mil e duzentos homens que trabalham e têm seu dinheiro, e que tem uma cantina, que na verdade é um mercado e sem concorrentes vendendo em todo tempo. Esta é a nossa maior fonte de renda, a cantina do CPAIG. Terceiro é a mão de obra que temos a disposição, Manutenção, reparos, construção, limpeza, pinturas e quase todos os dias chega no CPAIG, profissionais de várias áreas para cumprir pena e usamos estas mãos de obra para os avanços e melhorias no CPAIG (Fonte: Adauto Rocha)

Figura 27 - Cantina do CPAIG.



Fonte: Arquivo do Autor.

Figura 28 - Cantina do CPAIG/Estoque.



Fonte: Arquivo do Autor.

Figura 29 - Cantina CPAIG/Chegada de Mercadorias.



Fonte: Arquivo do Autor.

3.9 - Projeto: Pintando e Revitalizando a Educação com Liberdade.

Continuando os nossos trabalhos de campo com o objetivo de conhecer, observar e estudar o CPAIG, descobrimos que existe um projeto desenvolvido pelo CPAIG e outras parcerias chamado de “Pintando e Revitalizando a Educação com Liberdade”, conversando com o diretor do presídio ele me disse que o projeto tem a finalidade de reformar escolas.

As reformas são desde a parte hidráulica, elétrica, pintura completa, instalação de nova cobertura metálica, construção de bancos, reformas de banheiros, jardinagem e outras áreas. Ele me explicou ainda que os recursos usados nestas reformas são arrecadados com o desconto de dez por cento dos salários dos detentos que trabalham via convênio na Capital.

No site da Funtrab²², a jornalista Tatyane Santinoni (2021), traz uma matéria intitulada, “Com mão de obra de presos, reforma da 12ª escola irá beneficiar mil alunos na Capital”, nesta matéria a jornalista escreve sobre as parcerias envolvidas, o CPAIG e a importância do projeto na reforma de escolas na cidade.

²² FUNTRAB: Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul. <https://www.funtrab.ms.gov.br/>.

A iniciativa acontece com presos em regimes semiaberto e aberto do Centro Penal Agroindustrial da Gameleira, na capital, que também custeiam as obras, com os descontos dos salários dos apenados, previsto no art. 29, da Lei de Execução Penal. Os trabalhos são desenvolvidos desde 2013, já contou com a participação de 275 reeducandos e acontecem por meio da parceria entre a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen), Secretaria de Estado de Educação (SED) e o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), por meio da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande. (SANTINONI, 2021).

Na matéria a jornalista, traz uma entrevista com o diretor de uma escola revitalizada falando sobre a importância desta iniciativa:

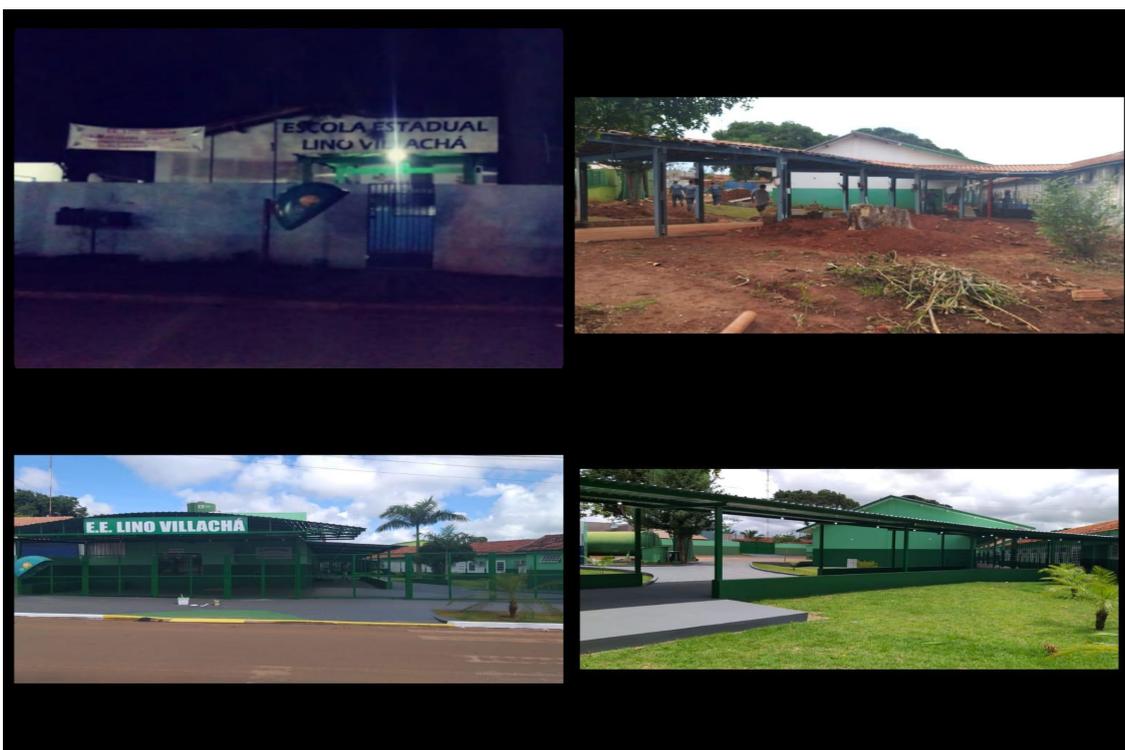
Esse trabalho é exemplo de uma educação de excelência, aqui os internos também aprendem que o trabalho deles transforma o ensino e isso contribui com a mudança deles, de dentro para fora. Despertar a vontade deles em finalizar os estudos, de voltar a sonhar com um futuro profissional e acadêmico, estimulando o senso crítico e mudança de comportamento, é uma verdadeira reciprocidade, afirmou o diretor da escola. (SANTINONI, 2021).

O diretor presidente da Agepen, fala também da importância do projeto para a comunidade e seus benefícios em cooperação em cooperar com os bens públicos:

Conforme o diretor-presidente da Agepen, Aud de Oliveira Chaves, a iniciativa é realizada há oito anos e oportuniza ocupação produtiva aos reeducandos, remição de pena e geração de renda. “Além de proporcionar uma nova profissão aos internos, também possibilita maior economia aos cofres públicos e alcance social com a junção do sistema penitenciário em benefício da educação”, ressalta o dirigente. (SANTINONI, 2021).

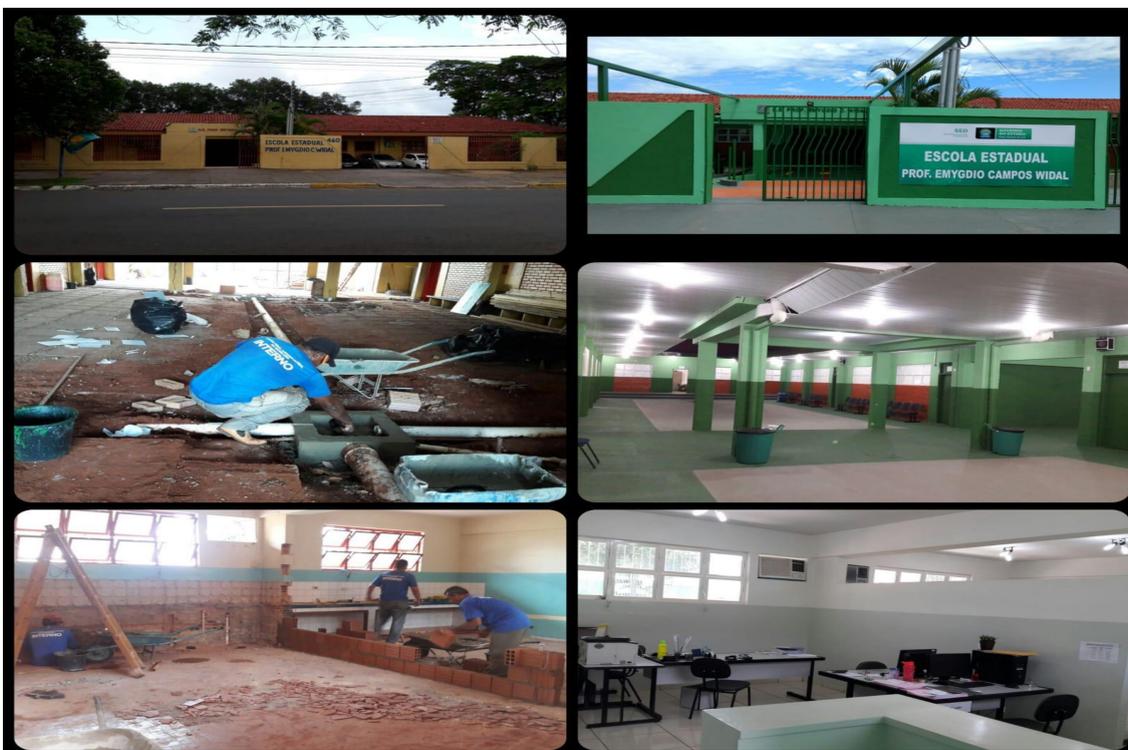
Estarei colocando algumas fotos do projeto executado em algumas escolas de Campo Grande MS. As fotos foram cedidas pela direção do CPAIG e apresentam um pouco deste projeto que visa o bem estar nas escolas e a ressocialização de detentos do sistema penitenciário de Mato Grosso do Sul.

Figura 30 - Revitalização da Escola Lino Villachá.



Fonte: CPAIG.

Figura 31 - Revitalização da Escola Prof. Emygdio de Campos Widal.



Fonte: CPAIG.

3.10 - As Alas Rosas no CPAIG.

Enquanto caminhava com o diretor do presídio, ele compartilhou comigo sobre os reeducandos da comunidade LGBT. Segundo o diretor do presídio, ele cumpre a rigor o que a lei garante sobre a comunidade LGBT. Na Constituição Federal Brasileira que é a Carta Magna de 1988, em seu artigo 5º, diz:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (BRASIL. Constituição, 1988, art.5º).

A garantia dos direitos e dignidade da pessoa humana está assegurada pela nossa constituição. Entretanto, quando falamos sobre presos e presídios no Brasil o que ouvimos é a superlotação nas celas, violência, doenças e o que não falta é descumprimento de leis.

Em minhas visitas no CPAIG, observei o cuidado de toda a direção do presídio em garantir os direitos aos reeducandos. Algo que observei foi a enfermaria com atendimento médico e enfermeira de plantão para atendimentos de emergência e uma farmácia com remédios básicos para os primeiros socorros.

As Alas (Celas) Rosas, segundo o diretor do presídio foram criadas para garantir os direitos da comunidade LGBT no CPAIG. Com relação às alas rosas, Guilherme Dias (2022) em seu trabalho de conclusão de curso *“Inserção das Alas Rosa nos presídios de Minas Gerais”*, escreve sobre a criação da lei, objetivos e finalidades destas alas tão importante para a comunidade LGBT:

A primeira Ala destinada exclusivamente ao público carcerário LGBT criada no Brasil foi no Estado de Minas Gerais, no Presídio São Joaquim de Bicas II, executado em 2009 em parceria com o Centro de Referência de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros de Minas Gerais em parceria com a Coordenadoria Especial de Políticas de Diversidade Sexual de Minas Gerais (CODS), ambos órgãos vinculados à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDESE) conforme anuncia o jornal Minas Gerais (2013). De acordo com o jornal Minas Gerais (2013), a Ala Rosa foi criada com o intuito de que os LGBT's possam cumprir suas penas sendo quem são e mantendo seus hábitos de vida como: maquiarem-se, serem chamados pelo nome social, pintar as unhas, cabelos e se protegerem das diversas formas de

agressões. Porquanto, as referidas Alas Rosas se oficializaram e foram estabelecidos os parâmetros por meio da Resolução Conjunta nº 1 de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União, seção 1, nº 74, no dia 17 de abril de 2014, estabelecendo medidas de acolhimento em cárcere para a comunidade LGBT (DIAS, 2022, p. 8).

Junto com o diretor do presídio, estive visitando as celas da “Ala Rosa” e fotografando como segue as fotos abaixo. As celas são pintadas na cor rosa e possuem lavatório e banheiros. Segundo o diretor do presídio, os esforços são grandes para cumprir as leis que garantem os direitos da comunidade LGBT.

Figura 32 - Celas Comunidade LGBT.



Fonte: Arquivo do Autor.

Figura 33 - Celas comunidade LGBT. Lavatório e Banheiro.



Fonte: Arquivo do Autor.

3.11 - Considerações e Impressões sobre o Trabalho de Campo.

No período em que realizei o meu trabalho de campo, me dediquei a investigar e observar situações importantes para compreender a veracidade de fatos que outrora necessitam para uma ressocialização eficiente. Desde quando escolhi o CPAIG, como lugar onde iria realizar meu trabalho de campo, tinha como expectativa investigar todas as questões que giram em torno da ressocialização.

Foi decisivo o meu acesso ao ambiente de pesquisa, assim proposto por Manuela Cunha (2014), “*Num meio fechado e coercivo, a questão do acesso ao terreno é decisiva para a viabilidade de investigação etnográfica em profundidade*” (CUNHA, 2014, p. 3).

O acesso ao campo me permitiu observar coisas peculiares do dia a dia de uma prisão com estas características de semiaberto. Wacquant (2002), em seu artigo intitulado, “O curioso eclipse da etnografia prisional na era do encarceramento de massa”, faz uma discussão sobre os obstáculos que existe para se fazer uma pesquisa de profundidade em ambientes de prisão:

Obstáculos para tal pesquisa, incluindo questões de acesso e financiamento, a organização profissional da academia, o status social inferior e, portanto, científico do objeto de investigação e o (mau) uso da metáfora militar de 'dano colateral' . Conclui sugerindo que entrar e sair da barriga da besta oferece um ponto de vista único para contribuir com a etnografia comparativa do Estado na era do neoliberalismo triunfante. (WACQUANT, 2002, p. 2)

A discussão proposta por Wacquant (2002), em buscar um caminho metodológico para investigação do objeto de pesquisa se aproxima da minha escolha com relação ao método etnográfico de “Criar Mapas”, em torno do meu objeto de pesquisa, do qual também é utilizado por Biondi, (2009). O entrar e sair da “Barriga da Besta”, metáfora usada por Wacquant (2002), de fato me proporcionou pontos de vista que contribuíram na investigação do meu objeto de pesquisa.

“O estar lá”, de Geertz (1989), permite observarmos e desvendarmos pontos de vistas que giram em torno de temas tão debatidos como o proposto neste trabalho que é a ressocialização de detentos no sistema prisional brasileiro. A observação intensiva também é proposta por Wacquant:

Os pesquisadores de campo precisam se preocupar menos em 'interromper os termos do debate' sobre a prisão e mais em entrar e contornar as instalações penais para realizar uma observação intensiva e de perto das inúmeras relações que elas contêm e sustentam. (WACQUANT, 2002, p. 2).

Nas minhas caminhadas, conhecendo as estruturas, de forma intensiva e com profundidade, me possibilitou comprovar de forma real, como funciona no dia a dia o CPAIG. Acredito que fui privilegiado com a permissão de estar fotografando e conseguindo fotos do acervo do presídio para estar colocando neste trabalho e assim os leitores poderem de fato observar como o CPAIG funciona no seu cotidiano.

Ouvi inúmeras vezes o diretor do presídio destacar seus esforços para manter o padrão no CPAIG, em ressocialização de presos. Minhas conclusões são que de fato o CPAIG, mostra um trabalho que possui esforços em cumprir seu papel como presídio semi aberto. Conversando com empresários que possuem empresas dentro do presídio pude perceber a satisfação com relação a seriedade e segurança que o CPAIG disponibiliza para o desenvolvimento dos trabalhos destas empresas.

O CPAIG possui muitos convênios, que são cerca de quarenta empresas conveniadas para receber mão de obra carcerária, com variados ramos de serviços que oportunizam os reeducandos a trabalharem e aprenderem uma profissão. Observei que existe uma disputa entre os reeducandos por vagas de empregos em determinadas empresas.

A Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal (LEP), dedica todo o seu Capítulo III ao trabalho penitenciário. Segundo o art. 28 da LEP: “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”. A ressocialização de fato ocorre quando existem estas duas junções, “Educativa e Produtiva”.

Em uma conversa que tive com um reeducando ele me disse que o trabalho é o melhor caminho para a ressocialização, pois resgata a dignidade e insere o indivíduo ao convívio social. Observando e caminhando, conhecendo as estruturas do CPAIG tive a certeza de alguns fatos que estava a investigar.

Porém temos ainda as entrevistas realizadas com reeducandos que vão nos ajudar a compreender os problemas que giram em torno do objeto de pesquisa. A pesquisa será descrita nos próximos capítulos.

4 - ENTREVISTAS COM DOIS REEDUCANDOS DO CPAIG.

O objetivo com estas entrevistas é coletar dados na busca de compreender a concepção do nativo (Reeducando), como ele descreve a ressocialização vivida por ele no CPAIG. Quais as suas impressões sobre o método laboral usado pelo presídio, os obstáculos que giram em torno da ressocialização de presidiários no Brasil.

O fato dos reeducandos terem um capítulo dedicado a suas falas, é por compreender que eles possuem papel fundamental para compreender do objeto de pesquisa que é a ressocialização, uma vez que são eles que vivem a realidade na prática. Com isto, não se compreende que os demais interlocutores como o diretor do presídio, agentes penais, assistente social, psicóloga e empresários não possuem a sua importância para a construção do trabalho em torno do objeto de pesquisa. Compreende-se que todos foram importantes para o resultado final deste trabalho.

O problema da pesquisa partiu das perguntas: É possível um preso se ressocializar? O CPAIG, de fato, ressocializa? Quais os obstáculos enfrentados para se ressocializar? Desde o início deste trabalho objetiva-se investigar estes fatos para compreendermos sua veracidade.

Observando e investigando enquanto caminhava no CPAIG, pude coletar dados que unido com as entrevistas realizadas com os nativos (Reeducandos, diretor do presídio, psicóloga, assistente social e agentes penais), poderemos ter respostas de perguntas que giram em torno do meu objeto de pesquisa.

O roteiro para as entrevistas, teve como objetivo elaborar perguntas que possam nos ajudar a compreender fatos narrados neste trabalho desde seus primeiros capítulos. Para tanto, este trabalho trata de um assunto que é a ressocialização de presos, que outrora antes do indivíduo ir para a prisão existe todo um processo vivido por ele que o leva a este lugar.

A desigualdade social, o capitalismo consumista, a ausência de políticas públicas que desenvolvam projetos, programas e cursos que tirem os jovens e adolescentes da ociosidade. A pobreza instalada nas periferias das cidades são fatores importantes para o acesso do adolescente e do jovem à marginalidade.

A trajetória de vida narrada por esses nativos, nos permitiram compreender o objeto de pesquisa deste trabalho. A seleção dos dois reeducandos ocorreu pela assistente social do CPAIG.

O perfil dos dois reeducandos selecionados são: sexo masculino; 25 e 46 anos de idade; um é negro e o outro é branco; um casado e o outro solteiro; estavam cumprindo penas no sistema fechado antes de vir para o CPAIG, um na Máxima e o outro no Instituto Penal; os dois estão a cerca de dois anos no CPAIG; respondem pelos crimes, Artigo 33 - Tráfico de Drogas, Artigo 121 - Homicídio, Artigo 129 - Lesões corporais, Artigo 155 - Furto, Artigo 157 - Roubo, Artigo 171 - Estelionato, Artigo 180 - Receptação.

Estarei identificando os reeducandos entrevistados com pseudônimo para preservar a identidade de ambos, o mais jovem de Antônio, o outro de Manuel. No momento das entrevistas ambos aceitaram contribuir com a pesquisa realizada neste trabalho assinando os termos de consentimentos por ambos.

4.1 - Entrevistas e Respostas.

Para Oliveira (2020), em seu artigo, “Técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa”, aponta que:

Para que uma determinada entrevista atinja plenamente as finalidades pretendidas é necessária a sua adequada preparação. A preparação da entrevista consiste numa etapa importante da pesquisa e requer do pesquisador tempo e a execução de certas ações fundamentais, dentre elas: planejar detalhadamente a entrevista; definir os objetivos a serem alcançados; selecionar entrevistados que possuem conhecimento da temática estudada; verificar a disponibilidade e interesse dos entrevistados em participar da entrevista; agendar com antecedência a data, o horário e o local da entrevista; estabelecer procedimentos que garantam aos entrevistados o sigilo absoluto de suas confidências e de suas identidades e elaborar o roteiro ou formulário com as questões consideradas essenciais à efetivação da pesquisa (OLIVEIRA, 2020, p. 04).

A maneira como deve ser conduzida uma entrevista sempre requer do entrevistador alguns planejamentos antes, para que tudo ocorra bem, como, perguntas, ambiente, horários, datas e a seleção dos entrevistados.

No decorrer do meu trabalho de campo, foram realizadas visitas num período de seis meses com o objetivo de observar e participar das atividades realizadas no CPAIG, e coletar dados importantes para o desenvolvimento da pesquisa. No roteiro de trabalho planejado existe um período de entrevistas estruturadas, com o objetivo de ouvir os detentos que vivem este processo de ressocialização.

Quero destacar como ocorreu estas entrevistas para que o leitor possa compreender o cenário usado para estas coletas de dados. Foram selecionados dois detentos pela assistente social do presídio conforme conversei com ela e falar qual o perfil que melhor contribuiria com a pesquisa.

As entrevistas ocorreram numa sala, usada pela assistente social, onde estava apenas o entrevistador e o entrevistado. Antes de começar a entrevista foi esclarecido ao

entrevistado que sua identidade seria preservada e usado pseudônimo para sua segurança.

As entrevistas tiveram uma duração de cerca de duas horas, era apenas um entrevistado por vez e foram realizadas em dias diferentes. Os dois entrevistados concordaram em responder o questionário e assinar os termos de concordância devidamente amparados pelas leis de segurança.

1 - Como foi sua infância.

Resposta do Antônio:

A minha infância foi marcada por muitos problemas, com a separação dos meus pais, aos três anos fui morar com meu pai no interior. Certo dia, devido a umas bagunças que nós fizemos ele espancou eu e meus irmãos e daí o conselho tutelar veio e nos recolheu. Aí passamos a morar com nossa mãe aqui na capital até os 12 anos de idade. Aí, tivemos que decidir quem iria morar com a minha mãe ou com o pai, a minha decisão foi morar com minha mãe. Aí fiquei morando todo tempo com minha mãe até vir para cá. Minha infância foi marcada por muitos acontecimentos ruins. Isso me chateou muito. (Fonte: Antônio, 25 anos).

Resposta do Manuel:

Eu fui criado pela minha avó paterna, com a separação dos meus pais. Ela me deu tudo, desde a educação, estudos e amor. Porém, isto não foi o suficiente para suprir a ausência dos meus pais. Talvez por conta disso vim para o crime muito cedo. (Manuel, 46 anos)

2 - Você já participou de algum projeto social?

Resposta Antônio:

Quando morava no interior participei do sema, um projeto que auxilia crianças no reforço escolar e atividades sociais. me ajudou muito a esquecer uns problemas e fazer amigos e também gostava da alimentação. Estes projetos são importantes porque nos marcam (Manuel, 25 anos).

Resposta do Manuel:

Quando ainda tinha meus nove anos, participava da escolinha de futebol que me ajudou muito e também fui da guarda mirim até os meus dezessete anos. Estes projetos me ajudaram muito com alguns problemas que eu tive nesta fase da vida. (Fonte: Manuel, 46 anos)

3 - Qual a sua escolaridade?

Resposta do Antônio:

Estudei até a sétima série, me envolvi no crime cedo, fui preso aos dezesseis anos e nem o serviço militar cumpri (Fonte: Antônio, 25 anos).

Resposta do Manuel:

Antes de ser preso tinha concluído até o nono ano do ensino fundamental, quando fui preso na Máxima consegui concluir os meus estudos na prisão. (Fonte: Manuel, 46 anos)

4 - Quais os principais fatores que te levaram a prisão?

Resposta do Antônio:

A primeira vez que vim para a prisão eu ainda era menor e tinha cometido um assalto e um homicídio. Fui parar na Unei em Aquidauana. Lá me envolvi em uma rebelião onde matamos um rival, aí me trouxeram para Campo Grande. Depois sai da Unei, e não adiantou, logo comecei a me envolver em uma colegagem pesada. Então, voltei a praticar assalto a mão armada, tráfico de drogas e novamente cometi mais um homicídio. Então, acabei caindo e fui para o Penal e agora estou aqui. (Fonte: Antônio, 25 anos).

Resposta do Manuel:

Logo que completei dezoito anos cometi um homicídio em uma festa, fiquei foragido e comecei a praticar assaltos, tráfico de drogas até que fui preso e fiquei onze anos na Máxima. Logo que sai da Máxima cometi outro homicídio, me tornei um forte traficante novamente até que cai de novo e então fiquei mais sete anos na Máxima e agora estou aqui no CPAIG (Fonte: Manuel, 46 anos).

5 - Qual a sua avaliação do CPAIG?

Resposta do Antônio:

A minha avaliação sobre o CPAIG, é boa. Por que eles oferecem as oportunidades para a gente trabalhar e se reerguer na vida. Trabalhei na Induspan onde trabalha com couro curtido e também hoje trabalho dentro do presídio. Assistência, apoio quando a gente precisa sempre é bom. Não tenho nada de mal para falar. (Fonte: Antônio, 25 anos).

Resposta do Manuel:

Sim, o CPAIG, é modelo de presídio na ressocialização de presos. Basta a pessoa querer que ele consegue sair daqui uma pessoa diferente. Cheguei aqui e com quinze dias já estava trabalhando e as oportunidades são para todos. Diferente da Máxima, onde não tem serviço para todos e a competição é muito grande. Na primeira vez que vim para cá trabalhei na Agraer, e hoje sou auxiliar na enfermaria. Somente tenho a elogiar o CPAIG (Fonte: Manuel, 46 anos).

6 - Você tem o desejo de ser Ressocialização?

Resposta do Antônio:

Sim, quero muito sair dessa vida. Não quero mais me envolver no crime. Vou cuidar da minha mãe e procurar viver uma vida diferente. O diretor me disse que vai me arrumar um serviço na padaria, aí vou sair e arrumar um serviço nessa área. (Fonte: Antônio, 25 anos).

Resposta do Manuel:

Infelizmente, já perdi muito tempo na cadeia, hoje estou com 46 anos e desde os meus 18 anos estou na cadeia. Reflito muito, pois tenho uma família, meus filhos me cobram muito. Hoje meu maior desejo é sair desta vida. Peço a Deus que me ajude a não voltar mais para a prisão (Fonte: Manuel, 46 anos).

7 - Quais os principais métodos que contribuem para a ressocialização?

Resposta do Antônio:

Pra mim é o trabalho, ele é o que mais a gente gosta. O dinheiro que ajuda a gente, vindo do nosso trabalho nos dá dignidade para comprar as coisas e também a gente num fica parado pensando em coisa ruim. Gosto também da religião, participo dos

cultos que tem aqui. A família também contribui, por mais que a tempo não recebo visitas deles. (Fonte: Antônio, 25 anos).

Resposta do Manuel:

Sim, concordo que o trabalho é o melhor método para se ressocializar. Desde a minha primeira cadeia que trabalho, na Máxima eu trabalhava auxiliando o pessoal da enfermagem e aqui no CPAIG também continuo auxiliando o pessoal da enfermaria. A família também é importante no processo, apesar da grande maioria dos que conheci na cadeia não tem família presente (Fonte: Manuel, 46 anos).

8 - Você se considera integrado pela sociedade?

Resposta do Antônio:

Não. Infelizmente. Já me falaram que o pessoal lá fora não perdoa. Concurso a cargo público, comércio, tem até fazenda no meio, se pedir antecedentes criminais já era, a vaga de emprego já não é minha. Acredito que isso tinha que mudar, aqui a gente trabalha mais chega lá fora a porta tá fechada. Nas conversas de cela com os companheiro todos contam casos de discriminação sofrida, a gente fica revoltado. Tenho um amigo de cela que falou que foi fazer um tratamento de dentes no dentista e na primeira vez que foi atendido tudo de boa. Mas, daí o cara (dentista) descobriu que ele já tinha sido preso e daí a reação do cara mudou totalmente. Ele disse que percebeu na hora e teve vontade de sair dali. A gente sofre muito, até com o jeito deles (sociedade) olharem para nós. Acho difícil isso mudar. (Fonte: Antônio, 25 anos).

Resposta do Manuel:

Não. A sociedade não aceita um ex-presidiário. Eu trabalhava na Agraer que é uma empresa do governo, na primeira vez que vim para o CPAIG. Trabalhei lá por quatro anos, o pessoal gostou de mim, a minha chefe queria me contratar para continuar lá. Mas, pelo fato de eu ser agora um ex-presidiário, o estado não me contrata pelo fato dos meus antecedentes criminais. Pensa bem, o estado que cria leis para ressocializar, não aceita um ex-presidiário para trabalhar. Quando saí a primeira vez da cadeia, eu não tinha dinheiro nem para a passagem de circular. Cheguei em casa e não tinha nada para minha esposa fazer. Pensa bem na minha situação. Tentei arrumar emprego, mas era impossível, as pessoas desistiram de me contratar por ser um ex-presidiário. Acabei voltando para o tráfico e entendo porque tantos voltam para o crime. Estou juntando dinheiro para quando sair daqui montar uma conveniência para mim e trabalhar como autônomo, essa é a saída (Fonte: Manuel, 46 anos).

9 - Ao sair do CPAIG, quais seus objetivos e metas?

Resposta do Antônio:

Meus objetivos ao sair daqui são dois: Arrumar um emprego e constituir família. Sei que muda muita coisa no decorrer do tempo. Mas o que é certo para todos é que ninguém quer voltar para cá. Quero abandonar o crime, e ter uma vida normal. É o que minha mãe pede. Vou comprar uma casinha perto dela, para cuidar da mãe. (Fonte: Antônio, 25 anos).

Resposta do Manuel:

Primeiro, não quero mais voltar para cá. Quero acabar de criar meus filhos. Por que eles cresceram sem minha presença. Abrir um negócio para mim, e tentar recomeçar tudo de novo. Sei que vai ter muitas barreiras e problemas, mas a gente aqui também aprende muito, afinal são anos de dores nestes lugares sombrios. Vou vencer, eu sei. (Fonte: Manuel, 46 anos).

4.2 - Considerações e Impressões sobre as Entrevistas.

A questão da ressocialização de presos no Brasil é um tema que necessita da união de forças para se chegar a sua eficiência. Conhecendo o CPAIG, no decorrer do meu trabalho de campo foi importante para compreender que é possível ressocializar um preso no Brasil. Todavia, isto se torna difícil quando não há uma união de forças envolvidas, o estado e a sociedade civil organizada.

O CPAIG, de fato, faz um esforço na ressocialização. As estruturas do presídio são de ótima qualidade, o reeducando tem assistências como, médico, dentista, psicólogo e assistente social, diversas oportunidades de empregos que através de parcerias são mais de quarenta empresas envolvidas e é notório os esforços realizados pela gestão do CPAIG em cumprir as leis vigentes.

Em conversas nos corredores, com agentes penais e outros reeducandos, o que sempre observei foi a afirmação de que o CPAIG é muito bom. Segundo uma agente penal há disputas entre eles para trabalhar no presídio por conta da gestão desenvolvida.

Com relação ao diretor do presídio sempre observei a sua seriedade e visão de gestor que busca sempre o aperfeiçoamento na qualidade dos trabalhos desenvolvidos

no CPAIG. O trabalho de campo me permitiu realizar uma caminhada, observando atentamente toda a estrutura e movimentação naquele lugar.

Para tanto, nas entrevistas ficou claro que somente o presídio cumprindo sua finalidade não é suficiente para a ressocialização de presos no Brasil. Ouvindo as falas nas entrevistas pude concluir fatos que já outrora havia lido nos artigos e livros para a construção bibliográfica deste trabalho. A partir das entrevistas quero fazer algumas considerações:

4.2.1 - Trajetória de vida.

A nossa sociedade tem enfrentado muitos problemas que surgem a partir da desigualdade social. A pobreza provocada pela má distribuição de renda em nosso país provoca muitos problemas que afetam a família. Outrora, tem faltado políticas que tragam mais apoio e esclarecimentos sobre estrutura familiar e ainda melhores esclarecimentos sobre a gravidez precoce, pois por mais que haja políticas neste sentido, parece que ainda é pouco.

Nas entrevistas com os dois reeducandos, eles têm histórias muito parecidas quando se fala em criação de filhos. Eles não foram criados pelo seu pais biológico. Ambos afirmam que esta ausência dos pais os prejudicou de alguma forma no seu crescimento e desenvolvimento emocional e social. Antônio, narra que em sua infância houve violência por parte do seu pai e isso ocasionou a ida deles para uma casa de acolhimento de crianças até sua mãe vir buscá-los.

A desestruturação familiar recorrente nestes dias tem deixado as crianças, adolescentes e jovens desprotegidos e sendo alvos fáceis dos aliciadores do tráfico de drogas. Ouvindo Antônio, me lembrei do jovem Pedro, que é citado por Feltran (2008) em seu artigo, “O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. A história de Pedro é um retrato da vida de muitos jovens e adolescentes nas periferias de nossas cidades:

Até por isso, sua narrativa monta um quadro, antes de mais nada, de justificação, em diversas camadas, de sua entrada no crime – a mãe que morreu, a carência material, o alcoolismo do pai, o irmão que se envolvia pouco a pouco, a irmã que se afastava, os convites freqüentes no bairro, os “bicos” que não davam renda suficiente, as tentativas de evitar esse mundo, os objetos de desejo dos meninos – roupas de marca, bicicleta etc. Pedro monta a cena, em boa parte realista, e por vezes, digamos, hiper-realista, do

depoimento padrão dos adolescentes das periferias que ingressaram no crime. (FELTRAN, 2008, P. 98).

O “depoimento padrão” citado por Feltran, aparece nas entrevistas feitas com Manoel e Antônio, a ausência dos pais, sonhos de ostentação e amigos que envolvidos no tráfico acabam influenciando outros a entrar por esta porta. A violência e o tráfico de drogas têm levado muitos a prisão. O problema das superlotações nos presídios reflete a falta de políticas públicas de base que valorizem a importância da família e valores de vida.

4.2.2 - A importância de projetos Sociais e iniciativas da sociedade civil organizada.

Na elaboração das perguntas que iriam fazer parte do roteiro das entrevistas, foi colocado a pergunta se o entrevistado já havia participado de algum projeto social. Nas falas dos reeducandos entrevistados todos afirmaram que já participaram de projetos sociais. Foram citados projetos da assistência social, guarda mirim e escolinha de futebol.

O objetivo desta pergunta é buscar mostrar a importância da iniciativa de projetos que promovam o bem estar social e a educação. Eu, quando ainda adolescente participei da guarda mirim na minha cidade e quando trabalhei em uma cidade como missionário desenvolvi um projeto social chamado “Renascer”, que tinha como objetivo ensinar sobre complexo de inferioridade e baixa autoestima e outros temas importantes na fase da adolescência.

Na minha vida foi muito impactante participar de um projeto social e na vida dos reeducandos entrevistados também foi muito importante pois para eles foi uma alternativa para socializar e pelo menos aprender princípios que vão levar para o resto da vida.

Nas periferias e bairros de nossas cidades existem muitos projetos com o objetivo de resgatar crianças, jovens e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. No artigo do Feltran, ele escreve que Pedro foi para o Cedeca, uma casa de acolhimento que proporcionou ao jovem Pedro uma chance de mudança e se ressocializar

Iniciativas do poder público e da sociedade civil organizada promovem experiências na vida das crianças e adolescentes que vão marcar suas vidas e ao mesmo tempo distanciá-los das drogas e da ociosidade.

4.2.3 - A Ressocialização na concepção do Interlocutor.

A ressocialização de presos é o tema principal deste trabalho e o objetivo é buscar discursos que nos possibilite compreender fatores que possam contribuir com a compreensão do tema. Cezar Roberto Bitencourt (2002), aponta os desafios de se ressocializar presos no Brasil por alguns motivos, tais como, a precariedade estrutural das penitenciárias, o não cumprimento de direitos legais para com os delinquentes e pessoas capacitadas para exercer tratamentos penitenciária eficaz:

A ressocialização passa pela consideração de uma sociedade mais igualitária, pela imposição de penas mais humanitárias, prescindindo dentro do possível das privativas de liberdade, pela previsão orçamentária adequada à grandeza do problema penitenciário, pela capacitação de pessoal técnico, etc. Uma consequência lógica de teoria preventivo-especial ressocializadora é no âmbito penitenciário, o tratamento do delinquente. A primeira contrariedade que se apresenta em relação ao tratamento penitenciário é sua eficácia diante das condições de vida que o interior prisional oferece atualmente. Em segundo lugar, mencionam-se os possíveis problemas para o delinquente e seus direitos fundamentais que a aplicação acarretaria. Finalmente, a terceira posição refere-se à falta de meios adequados e de pessoal capacitado para colocar em prática um tratamento penitenciário eficaz. (BITENCOURT, 2002, p. 91)

No meu trabalho de campo, busquei compreender estes fatores que são destaques em muitos livros e trabalhos realizados dentro de penitenciárias. Posso concluir que a Ressocialização somente é possível quando um conjunto de fatores funcionam juntamente. Conversando com a psicóloga do CPAIG, ela me relatou que apenas eles cumprindo com o seu papel não é suficiente para a ressocialização.

Em sua fala ela me disse assim:

A ressocialização se faz em conjunto. Não adianta termos um presídio adequado e todas as condições para receber os reeducandos, trabalho e cursos de formação para eles e quando eles saírem daqui, lá fora terão apoio? Certa vez conversando com um reeducando que voltou a cumprir pena aqui, perguntei a ele como foi sua experiência ao sair daqui e voltar a liberdade? Ele me respondeu que ficou totalmente perdido, desempregado, sem apoio da família e como sempre todos virando as costas para ele. Enquanto não tivermos um trabalho em conjunto que é o estado cumprindo seu papel e a sociedade contribuir e apoiar aqueles que querem mudar, tenho a impressão que

nosso trabalho é semelhante a secar gelo, nunca chegaremos ao objetivo principal que é ressocializar. (Fonte: Psicóloga, CPAIG)

Nas entrevistas com os reeducandos, ambos afirmaram que a ressocialização também depende de cada um. Ambos disseram, “*Se a pessoa quiser é possível*”, creio que na fala dos reeducandos existe verdade e sinceridade da parte deles. Com outros reeducandos que estive conversando no decorrer do trabalho de campo também ouvi falas semelhantes. Todavia, esse desejo de se ressocializar pode ficar nas barreiras encontradas no decorrer do percurso.

O desemprego, estigma, a facilidade que o crime possui para se envolver e ter altos ganhos financeiros são atrativos que desestimulam o egresso do sistema penal em continuar no caminho da ressocialização. Com relação à reincidência criminal, Luis Flávio Sapori (2021), em seu artigo “A reincidência criminal”, faz as seguintes conclusões:

Um dos temas recorrentes no debate público sobre violência no Brasil é a reincidência criminal. Prevalece a representação de que a maioria absoluta dos presos que saem da prisão após o cumprimento da pena volta a delinquir em pouco tempo. Consolidou-se no pensamento jurídico e no senso comum a certeza de que a taxa de reincidência criminal no Brasil supera 70%. Entretanto, são poucos os estudos científicos sobre o assunto em nosso país (SAPORI, 2021, p. 1).

Como Sapori (2021) conclui, não há estudos que apontem com eficiência a porcentagem exata da reincidência criminal no Brasil, porém a certeza de que se ultrapasse a casa dos setenta por cento é um número muito elevado. Com o meu trabalho de campo, posso concluir que o centro penal busca cumprir com seu objetivo de ressocializar.

Primeiro, possui estruturas prediais adequadas, gestão eficiente, estrutura para oferecer atendimentos como: enfermaria, farmácia, psicólogo, atendimento jurídico, dentista, defensoria e convênio com cerca de quarenta empresas conveniadas e hoje conta com mais de oitenta e sete por cento dos presos trabalhando.

No capítulo 5, deste trabalho, “Um dia de Campo”, pude mostrar através de imagens a veracidade dos fatos descritos no trabalho. Quando temos acesso ao CPAIG pela primeira vez, somos impactados pela enorme estrutura que o presídio possui.

Na cidade de Campo Grande, Capital do Mato Grosso do Sul, é comum encontrar reeducando trabalhando em vários setores da cidade como: mercados,

hospitais, companhia de águas, parques da cidade, prefeitura, parque dos poderes, Universidade Federal, escolas públicas, comércio, empresas de reciclagem, transporte público e outros setores da cidade.

Muitos cidadãos nem imaginam, mas ali está um reeducando do sistema penal. O fato de outros estados virem a Campo Grande visitar e conhecer toda a estrutura e gestão do centro penal mostra o esforço que o mesmo busca realizar.

Enquanto caminhava e conversava com o diretor do presídio, ele me disse que o objetivo é ampliar as estruturas do presídio, aumentar o número de convênios com empresas e chegar ao número de noventa e cinco por cento (95%) do número de reeducandos trabalhando. E ele complementa, temos sonhos, alvos e metas, creio que vamos concluir.

4.2.4 - Estigma.

A palavra Estigma pode ser definido da seguinte maneira: *“A co-ocorrência de rotulagem, estereótipos, exclusão, perda de status e discriminação em um contexto no qual o poder é exercido, ou seja, estigma sobrepõe-se com o racismo e a discriminação”*²³.

Erving Goffaman (2004), em seu livro, “Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, escreve que a palavra estigma surge entre os gregos com as seguintes finalidades:

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor, uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos (GOFFAMAN, 2004, p. 5).

Com esta breve definição da palavra estigma, podemos perceber que isto se trata de discriminação e preconceito sofrido, por uma pessoa que possui marcas ou rotulo que a exclui do convívio social. O estigma, é um dos grandes impedimentos no processo de ressocialização. Como Goffaman (2004) aponta, o termo surge entre os gregos a milênios atrás, para marcar aqueles que deveriam ser estigmatizados (rejeitados).

Antônio Molina (2013) em seu livro “O que é Criminologia”, descreve:

²³ <http://cienciasecognicao.org> > neuroemdebate > arquivos. Acesso: 22/01/2023.

O estigma de cometer um delito acompanha o ex-detento por toda a vida e geralmente chega ao ouvido dos futuros patrões, inviabilizando a possibilidade de trabalho. A falta de oportunidade reserva basicamente uma única opção ao ex-presidiário: voltar a infringir a lei quando retorna ao convívio social. É como se a sociedade o empurrasse novamente para o mundo do crime. Há um preconceito de toda a sociedade. Isso tudo, sem dúvida, torna muito pouco provável a reabilitação. Triste realidade. Todavia, é preciso oferecer perspectiva de futuro ao preso, caso contrário, as penitenciárias vão seguir inchadas de reincidentes (MOLINA, 2013, p. 40).

Molina (2013), descreve exatamente o que ocorre na vida de um egresso do sistema penal quando este sai em liberdade. Nas entrevistas com os reeducandos, aparece exatamente o que Molina descreve em seu livro. Outrora também, o que Goffman (2004) escreve sobre a estigmatização sofrida por um ex-presidiário aparece nas entrevistas realizadas com os reeducandos.

Vivemos em uma sociedade que cria rótulos, estigmatiza, exclui e rejeita aqueles que ela define como não sendo o padrão social determinado. Ficou bem claro nas entrevistas realizadas com os reeducandos que o CPAIG, pode ser considerado um presídio que cumpre o seu papel esperado. Entretanto, quando falamos se a sociedade os acolhe aí muda totalmente o discurso.

Nas entrevistas, ambos afirmam já terem sofrido algum preconceito. Manoel faz um desabafo que nos faz refletir sobre as leis que o estado cria que outrora é contraditória. Manoel, trabalhava na Agraer que é um órgão do estado e quando ele ganhou a liberdade a sua chefe por ter ele desenvolvido um bom trabalho pretendia contratá-lo para continuar a trabalhar ali no órgão.

Incrivelmente, a resposta obtida era que pelo fato dele ser um ex-presidiário as normas de contratação impediam dele ser contratado por ter antecedentes criminais. Nas suas palavras ele diz: *“O mesmo estado que cria leis para a ressocialização, não aceita um ex-presidiário como seu funcionário”* (Manuel, 46 anos).

A ressocialização de presos no Brasil, não é somente uma discussão que gira em torno dos presídios e do estado. Pelo contrário, o debate deve ter ampla abrangência em todas as camadas da sociedade. Assim como a comunidade negra, comunidade LGBT, Feminismo tem sido presente nas discussões sobre o racismo, preconceito e feminicídio, cabe também ao estado e a sociedade em geral buscar discutir a ressocialização de presos.

A sociedade que critica o alto índice de reincidência criminal também é cúmplice, quando discrimina, é preconceituosa, isto é, impedimento à volta do regresso

ao convívio social. Goffaman (2004), aponta em seu livro que não é somente o ex presidiário que sofre com este estigma, mas também sua família, “A mulher do preso”, “O filho do preso”, “A mãe do preso”, e assim este mal estigmatizante vai causando suas dores e divisões numa sociedade tão marcada pelo altos índice de preconceito e discriminação.

Conclui-se, a partir dos trabalhos de campo, das entrevistas que a ressocialização é uma soma de esforços entre o estado, presídio e sociedade civil. Sem estas parcerias que entrelaçadas se tornam uma grande engrenagem que movimenta para o bem, ou seja, para ressocialização de fato, que assim como Foucault (1997), escreve que é a sua obviedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que podemos considerar sobre a ressocialização no Centro Penal e Agroindustrial da Gameleira, através de observações e falas dos interlocutores, é que o esforço somente partindo do presídio não é suficiente. Para os reeducandos enquanto estão cumprindo sua pena, eles têm emprego garantido e benefícios, outrora, quando ganham liberdade, para muitos o desafio de encontrar alternativas para se manterem fora do crime se torna um grande problema.

Conversando com um reeducando, ele me disse demonstrando uma visão positiva a respeito do processo de ressocialização através do método laboral: “*O trabalho me trouxe novamente a possibilidade de enviar dinheiro a meu filho e posso também viver melhor aqui*”. Caminhando pelos corredores e celas do CPAIG, com o diretor a todo tempo os reeducando que trabalhavam internamente, pediam para que ele os colocasse em um trabalho externo.

Pela LEP, o preso tem direito a: Assistência Religiosa, A Educação e ao Trabalho. Os três métodos possuem suas contribuições ao reeducando que está no processo de se ressocializar, todavia, o método laboral possui a condição do reeducando ter seu sustento financeiro tão importante para sua vida. Pude verificar isso nas falas dos interlocutores.

Conversando com um reeducando de cerca de trinta e cinco anos, fiz a ele uma pergunta: Com o trabalho, você se sente incluído na sociedade? Rapidamente ele me respondeu que sim. E novamente perguntei por que? E ele me disse: “*Trabalho no*

parque das nações, consegui fazer amigos e um desses amigos me disse que quando eu deixar o presídio vai me ajudar a arrumar um trabalho”.

Diferente do sistema fechado, onde o detento trabalha somente dentro da prisão sem contato externo, o sistema semiaberto através do trabalho externo oportuniza o reeducando a se integrar à sociedade. Em uma conversa com a assistente social do presídio, fiz uma pergunta para ela: Qual a sua avaliação sobre a ressocialização no CPAIG? Ela então me respondeu:

Sim, o CPAIG de fato se esforça buscando parcerias que contribuam com a ressocialização de presos. Os esforços dos juizes e da direção do CPAIG, em criar projetos e parcerias que propiciam trabalho e meios para que os reeducandos tenham sua oportunidade digna de se integrar na sociedade de fato existe. Temos exemplos de pessoas que passaram por aqui e hoje tem suas vidas fora do crime. Além do mais, oferecemos cursos, como de padeiro, cozinheiro e outros mais. Em dias programados temos a assistência religiosa com várias religiões cadastradas e realizam suas reuniões. Agora qual é o problema? Quando o reeducando sai do presídio não há de fato apoio para que ele continue o processo de retorno à sociedade. As empresas dificilmente empregam um ex-detento, falta apoio familiar, a sociedade resiste a aceitar um ex-presidiário, faltam projetos para que o egresso do sistema penal possa continuar se ressocializando como ele encontra aqui no CPAIG. Aí chegam as velhas amigas, os convites a voltar ao crime e a falta de oportunidade digna os levam a retornar a vida criminoso. (Fonte: Assistente Social CPAIG).

Nesta conversa, podemos perceber que a maneira como se vê a ressocialização a partir do “nativo”, é que não há uma continuidade de projetos que possam dar condições do reeducando se ressocializar. Outrora, podemos perceber que a eficiência na ressocialização de presos precisa de uma união de forças para que haja êxito.

Com relação sobre a ideia de ressocialização entre a direção do presídio e os reeducandos pude observar que não há uma tensão sobre a maneira como se conduz a gestão por parte dos reeducandos. Numa conversa com o diretor do presídio, perguntei para ele como os presos reagiam com sua gestão. Ele me disse que há muitos anos não há uma rebelião no presídio, motim ou algo semelhante.

Segundo ele, mesmo os presos faccionados tem bom comportamento. Conversando com os interlocutores em conversas formais e informais, me falaram que o importante para eles é serem respeitados e ter trabalho para o seu sustento e de suas famílias.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, S. **Sistema Penitenciário no Brasil: Problemas e desafios**. In: Revista USP, Dossiê Violência, n. 9. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

AGÊNCIA BRASIL. **Ipea diz que Brasil está longe de atingir pleno emprego embora tenha aumento de vagas e rendimento**. Jornal do Commercio: Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: Acesso em: 28/06/2022.

AGIER, Michel. **Encontros Etnográficos: interação, contexto, comparação**. Tradução de Bruno C. Cavalcanti; Maria S. T. B. Limeira; Yann Hamonic, São Paulo: Ed. Unesp; Alagoas: Edufal, 2015.

BAIERL, L. Fátima; AMENDRA C. A. da Cunha. **A Dinâmica Perversa do Medo da Violência Urbana**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº70, São Paulo, p.59-74, julho. 200

ALMEIDA, João Ferreira de. **Bíblia Sagrada**: Tradução: ARC. Revista e Corrigida.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo. 4. ed. Hucitec, 1999.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de direito penal: parte geral**. Imprensa: São Paulo, Saraiva, 2002.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**, 1 – 17. Ed. Rev., ampl. E atual. De acordo com a Lei n. 12.550, de 2011. – São Paulo: Saraiva, 2012.

BECKER, Howard G. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução: Maria Luiza de Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. - L. e d. - Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2008.

Bortolami Gabriele, «**O trabalho de campo como experiência etnográfica nas aldeias da comuna de Luvo, município de Mbanza Kongo**», Mulemba, 2016, posto online no dia 30 setembro de 2018, consultado o 26 janeiro de 2021.

URL:<http://journals.openedition.org/mulemba/1141>;DOI:<https://doi.org/10.4000/mulemba.1141>

BRASIL, **Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**. Lei de Execução Penal (Lei n.7.210), de 11 de julho de 1984. Brasília: MJ. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 28/06/2022.

_____. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Regras Mínimas para o Tratamento do Preso** (Resolução n.14/1994). Disponível em: <http://www2.mp.pr.gov.br/cpdignid/telas/cep_legislacao_2_5_6.html>. Acesso em: 28/06/2022.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever.** In: O trabalho do antropólogo. São Paulo: Unesp, Paralelo 15, 1998.

CARVALHO, José dos Santos. **A Prisão. Publifolha.** São Paulo, 2002.

CARVALHO FILHO, Luis Francisco. **A Prisão.** São Paulo: Publifolha, 2002.

CRISTALDO, Letícia Fernandes. **A Atuação dos Sistemas Prisionais na Ressocialização dos presos.** XVI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e XII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Paraíba. Maio de 2011.

Conselho de Cidadania do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo, 2001. In: SILVA, 2001, p. 79.

CUNHA, Ivone Emanuela. **Etnografias da prisão: novas direções.** Configurações Online, 2014, posto online no dia 22 abril 2015, consultado o 08 de novembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/configuracoes/2389>; DOI: 10.4000/configuracoes.2389.

DAMATTA, Roberto. **As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social.** In: BENEVIDES, M.V. et alii. A violência brasileira. São Paulo, Brasiliense. (1982).

DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social.** Petrópolis: Vozes, 1981.

Declaração Universal dos Direitos Humanos: Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 28/06/2022.

DIAS, Camila Nunes Caldeira. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista.** 2011. 355f. (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13062012-164151/publico/2011_CamilaCaldeiraNunesDias_VOrig.pdf. Acesso em: 23.011.2022.

DIAS, Guilherme. **Inserção das Alas Rosa nos presídios de Minas Gerais.** TCC. Centro Universitário Una da Ânima Educação. 2022.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Antropologia Social.** Lisboa: Edições 70, 1985.

DI SANTIS, Bruno Morais, ENGBRUCH, Werner. **A Evolução Histórica do Sistema Prisional.** Disponível em: <http://www.pre.univesp.br/sistema-prisional#.WxpndNRL_IU>; Acesso em 28/06/2022.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo.** Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM/CEBRAP) p. 93-123, 2008.

FRIEDE, Reis. **As prisões brasileiras e a condição humana do encarcerado**. Revista Interdisciplinar de Direito. v. 17, n. 1, pp.215-230, jan./jun. 2019.

FREHSE, Fraya. **Ô da rua. O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis, Vozes, 2014.

INGOLD, Tim. **Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia**. Educação (Porto Alegre), v. 39, n. 3, p. 404-411, set.-dez, 2016.

INFOPEN: O Infopen é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro. O sistema, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos desde 2004, sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: Imanência e transcendência no PCC**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de São Carlos 2009.

KING, Stephen. **Sobre a escrita: a arte em memórias**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015,

JUNIOR, Carlos Roberto da Costa. **O sistema prisional: superlotação e Ressocialização**. Revista Vox, n. 10, p. 22-33, jul.-dez. 2019.

LEP: Lei de Execução Penal. Lei Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.
<https://www.tjdft.jus.br/lei-de-execucoes-penais>. Acessado em: 28/06/2022.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

LIMA, Antônio Henrique. **Finalidade do sistema penitenciário**.
<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/Direito>. Acesso em: 29/06/2022.

GABORIT, Liv S. **Olhando através dos Portões da Prisão: o acesso no campo da etnografia**. Cadernos Pagu, 2019.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDMAN, Márcio. “**Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica**”. Etnográfica, Vol. X (1) 2006, pp.161-173.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: (1975) LTC.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo, Perspectiva, 2010.

GRECO, Rogério. **Sistema Prisional – Colapso atual e Soluções Alternativas**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Cosac Naify: São Paulo, 2014.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: sociologia de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

MARCÃO, Renato. **Lei de Execução Penal Anotada e Interpretada**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução penal: comentários à Lei nº 7.210, de 11-7-1984**. 11. Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2008.

MOLINA, Antônio García Pablos de. **O que é Criminologia**. Revista dos Tribunais, 8ª edição, 2013.

BONILLA, Oiara; FRANCHETTO, Bruna. **“Os antropólogos contam tudo errado! Nós somos as autoras das nossas falas”**. Revista DR. 2020. Disponível em: <https://revistadr.com.br/posts/os-antropologos-contam-tudo-errado-nos-somos-as-autoras-das-nossas-falas/> Acessado em: 02/09/2022

OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. **Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?**. In: Cadernos da Fucamp, UNIFUCAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

OMOTE, Sadao. **Estigma no tempo da inclusão**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2004.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. (Pensamento criminológico; 7) 3ª reimpressão, 2015.

PEIRANO, Marisa. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez, 2014.

Quanto custa um preso no Brasil.

<https://politize.jusbrasil.com.br/artigos/431281471/quanto-custa-um-preso-no-brasil>. Acesso em: 28/12/2022.

QUERINO, Tatiane de Oliveira. **O Trabalho como forma de ressocialização do apenado retido na penitenciária regional sul de Criciúma/SC e a remição da pena**. Artigo: Constituição e Justiça, Estudos e Reflexões. UNIBAVE 2013.

Revista Brasileira de Execução Penal / Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional. – V. 2, n. 2 (jul./dez. 2021) . Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021- v.2 419 p. Semestral.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, **Otto. Punição e estrutura social.** Trad. Gizlene Neder. 2. Ed., Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SAPORI, Luis Flavio. **A reincidência criminal.** Múltiplas Vozes. 2021.
<https://fontesegura.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/91-Multiplas-vozes-A-reincidencia-criminal.pdf>. Acesso em: 18/01/2023.

SALLA, Fernando. **Políticas penitenciárias e as facções criminosas: Uma análise do regime disciplinar diferenciado (rdd) e outras medidas administrativas de controle da população carcerária.** *Estudos sociológicos*, Araraquara, v.17, n.33, p.333-351, 2012.

SANTINONI, Tatyane. **Com mão de obra de presos, reforma da 12ª escola irá beneficiar mil alunos na Capital.**
<https://www.funtrab.ms.gov.br/com-mao-de-obra-de-presos-reforma-da-12a-escola-ira-beneficiar-mil-alunos-na-capital/>. Acesso em: 30/12/2022.

SIAP – Sistema Integrado de Administração Penitenciária.

SOUSA, Emilene L. **As crianças e a etnografia: criatividade e imaginação na pesquisa de campo com crianças.** *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 16, n. 38, p.140-164, jan./jul. 2015.

SOUZA NETO, Arlindo; AMARAL, Polyanny L. **Os imponderáveis da etnografia religiosa: uma análise sobre o trabalho etnográfico no campo da religião.** *MNEME – Revista de Humanidades*, 11(29), Jan/Julho, 2011.

SCHILLING, Flávia; MIYASHIRO, Sandra Regina Galdino. **Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.34, n.2, p. 243-254, maio/ago. 2008

WACQUANT, Loic. (2002), **The curious eclipse of prison ethnography in the age of mass incarceration.** *Ethnography* 3(4): 371-397.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

IBGE. **A População do Brasil:** dados censitários. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do Crime: A Ordem Pelo Averso.** 2ed.São Paulo: [s.n] 1984

REDÍGOLO, Natália Carolina Narciso. **Sistema Penitenciário e seus Estigmas: O Caso de Paulista.** *Revista LEVS/UNESP – Marília*. Ano 2012. Edição 9. Maio 2012.

SANTOS, J. Seixas. **Dicionário de Criminologia**. 3 ed. Campinas: Conan, 1995.

SIQUEIRA, Jailson Rocha. **O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade**. In: Serviço Social e sociedade. São Paulo: Cortez, n. 67, set. 2001.
TEIXEIRA, Alessandra. **Dispositivos de Exceção e novas Realidades do Sistema Punitivo: Surgimento do PCC e o RDD**. Perspectivas, São Paulo, v. 36, p. 175-208, jul./dez. 2009

TURRI, André Luis. **Sistema Prisional Brasileiro: breves relatos históricos**. <https://jus.com.br/artigos>. 2016. Acesso em: 28/06/2022.

URIARTE, Urpi Montoya. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**. 2012 acessado em <https://journals.openedition.org/pontourbe/30>.

ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. **Manual do criminalista: Lei de Execução Penal anotada e comentada**. 2ª ed. São Paulo: Edijur, 2014.

APÊNDICES

Apêndice A - Pedido de liberação da pesquisa.

À Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN

A/C Diretoria de Assistência Penitenciária - DAP

Carta de Apresentação do Mestrando Pesquisador

Por meio desta, Eu, José Aauto Rocha da Silva, portador do CPF, 00000000000, residente nesta cidade, Campo Grande MS. Atualmente sou Mestrando do Curso “Mestrado em Antropologia Social”, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, (PPGAS/UFMS) e devidamente matriculado nesta instituição de ensino. Assim sendo aprovada, estarei realizando a pesquisa intitulada “*Por Trás das Grades e Fora*”

das Grades: Um Estudo Antropológico Sobre Ressocialização no Centro Penal Agroindustrial da Gameleira em Campo Grande”

A escolha do Centro Penal Agroindustrial da Gameleira de Regime Semiaberto (CPAIG), é pelo fato dele ser referência nacional no trabalho de ressocialização de detentos. A pesquisa se desenvolverá, através de entrevistas com alguns reeducandos e conhecer as estruturas da instituição, sua história e seus projetos para ressocialização.

Com relação aos reeducandos, a pesquisa tem como objetivo estudar o impacto da ressocialização em suas vidas e suas expectativas sobre os projetos desenvolvidos neste estabelecimento.

Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade da instituição e dos entrevistados.

Ainda queremos dizer-lhe que uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento deste pesquisador em possibilitar, aos entrevistados, um retorno dos resultados da pesquisa. Por outro lado, solicitamos-lhes, aqui, permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa preservando sigilo e ética.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento desta pesquisa científica em nossa instituição.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos antecipadamente.

Campo Grande, MS, ___ de _____ de 20__.

Asher Brum

Professor Orientador

Jose Aduino Rocha da Silva

Mestrando Pesquisador

Apêndice B - Roteiro das entrevistas.

ROTEIRO DA ENTREVISTA:

1 – Como foi a sua infância?

2 – Você já participou de algum projeto social?

3 – Qual a sua escolaridade?

4 – Quais os principais fatores que te levaram a prisão?

5 – Como você avalia o CPAIG?

6 – Como você avalia o processo de ressocialização?

7 – Quais os principais agentes que contribuem para este processo?

8 – Você se considera integrado na sociedade?

9 – Ao sair do CPAIG, quais seus objetivos e metas?

Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “POR TRÁS DAS GRADES E FORA DAS GRADES: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE RESSOCIALIZAÇÃO NO Centro Penal Agro-Industrial DA Gameleira EM CAMPO GRANDE - MS”, desenvolvida pelo pesquisador, José Aduino Rocha da Silva. O objetivo central do estudo é “RESSOCIALIZAÇÃO”. O convite para a sua participação na pesquisa, se deve pelo fato de que você está passando pelo processo de ressocialização neste presídio.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não terá prejuízo algum caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

1) A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista ao pesquisador do projeto.

2) O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora (01:00 h).

3) As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, sob guarda e responsabilidade do pesquisador responsável, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS no 466/2012.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados em artigos científicos e no formato de dissertação. Este termo é redigido em duas vias, sendo uma do participante da pesquisa e outra do pesquisador. Em caso de dúvidas quanto à sua participação, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável através do e-mail: _____

Nome e assinatura do pesquisador _____,

Data ___ de _____ de _____, Local _____

Nome e assinatura do participante da pesquisa, _____

Data ___ de _____ de _____, Local _____

ANEXOS

Anexo A - Fotos cedidas pelo CPAIG.



Entrada do Presídio.





Detector de Metais



Raio X

Anexo B - Projetos desenvolvidos pela AGEPEN, que visam a ressocialização no Estado do Mato Grosso do Sul.



Cartilha de orientação sobre trabalho prisional está disponível no Portal da Agepen:

Disponível:

<https://www.agepen.ms.gov.br/cartilha-de-orientacao-sobre-trabalho-prisional-esta-disponivel-no-portal-da-agepen/>



Reeducandas iniciam trabalho de limpeza urbana em Jateí.

Disponível em:

<https://www.agepen.ms.gov.br/reeducandas-iniciam-trabalho-de-limpeza-urbana-em-jatei/>



Reformada por reeducandos, entrega de escola no Indubrasil beneficia 850 estudantes.

Disponível em:

<https://www.agepen.ms.gov.br/reformada-por-reeducandos-entrega-de-escola-no-indubrasil-beneficia-850-estudantes/>